



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE PLANALTINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE
E DESENVOLVIMENTO RURAL**

MILLENA AYLDA DA MATA DIAS

**AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DO SUL DO PIAUÍ: MEMÓRIAS
E IDENTIDADES EM MOVIMENTO**

**Planaltina - DF
Julho de 2023**

MILLENA AYLA DA MATA DIAS

**AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DO SUL DO PIAUÍ: MEMÓRIAS E
IDENTIDADES EM MOVIMENTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, da Faculdade UnB Planaltina (FUP/UnB), como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

Orientadora: Profa. Dra. Suzi Huff Theodoro
Co-orientadora: Profa. Dra. Kelci Anne Pereira

**Planaltina-DF
Julho de 2023**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

DD541q Dias, Millena Ayla da Mata
AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DO SUL DO PIAUÍ: MEMÓRIAS
E IDENTIDADES EM MOVIMENTO / Millena Ayla da Mata Dias;
orientador Suzi Huff Theodoro ; co-orientador Kelci Anne
Pereira . -- Brasília, 2023.
136 p.

Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Rural) -- Universidade de Brasília, 2023.

1. Comunidade tradicional. 2. Gênero. 3. Juventude. 4.
Conflitos sociambientais . 5. Matopiba. I. Theodoro , Suzi
Huff , orient. II. Pereira , Kelci Anne , co-orient. III.
Título.

AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DO SUL DO PIAUÍ: MEMÓRIAS E IDENTIDADES EM MOVIMENTO

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, pelo Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, da Universidade de Brasília.

Banca Examinadora

Profa Dra. Suzi Huff Theodoro
Orientadora

Profa Dra. Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Examinadora Interna

Dra. Daniela Ramos
Examinadora Externa

Profa Dra. Kelci Anne Pereira
Co-orientadora

Este trabalho é dedicado às quebradeiras de coco babaçu da comunidade Sítio – as grandes guardiãs de saberes, sabores e do bem viver em comunidade.

Joguem fora a abstração e o aprendizado acadêmico, as regras, o mapa e o compasso. Sintam seu caminho sem anteparos. Para alcançar mais pessoas, deve-se evocar as realidades pessoais e sociais - não através da retórica, mas com sangue, pus e suor.

Escrevam com seus olhos como pintoras, com seus ouvidos como músicas, com seus pés como dançarinas. Vocês são as profetisas com penas e tochas. Escrevam com suas línguas de fogo. Não deixem que a caneta lhes afugente de vocês mesmas. Não deixem a tinta coagular em suas canetas. Não deixem o censor apagar as centelhas, nem mordanças abafar suas vozes. Ponham suas tripas no papel.

Não estamos reconciliadas com o opressor que afia seu grito em nosso pesar. Não estamos reconciliadas. Encontrem a musa dentro de vocês. Desenterrem a voz que está soterrada em vocês. Não a falsifiquem, não tentem vendê-la por alguns aplausos ou para terem seus nomes impressos.

(Glória Anzaldua, 1980)

Escrever-viver, escrever-se-ver, escrever-se-vendo, escrevendo-se.

(Conceição Evaristo, 1995).

AGRADECIMENTOS

Mãe, estou caminhando, nós estamos caminhando, tenho certeza de que sua mãe, avó Adelaide, se estivesse viva mesmo analfabeta estaria orgulhosa da gente agora, quero agradecer a vocês, que me alimentaram do coco sem ao menos eu ter nascido, como na música Povoadá “eu sou uma, mas não sou só”. Sou o seu legado dos meus ancestrais. Quero deixar isso registrado nas primeiras linhas deste trabalho.

Agradeço também a minha irmã, Ana Beatriz, que mesmo com sua saúde mental debilitada sempre me ensina que podemos sermos inteiras, que nunca estamos sozinhas, independente do lugar, estaremos juntas, como metade neste mundo, eu sei que em outras vidas estivemos unidas.

Quero agradecer as mulheres quebradeiras de coco babaçu da comunidade Sítio, que me ensinaram que mesmo com um trabalho árduo do dia a dia a vida em coletivo é mais bonita e mais feliz. Que fizeram eu me sentir em casa em suas casas, das conversas, das partilhas e do aprendizado que se mantém constante nas convivências que tivemos. Aqui deixo meu imenso agradecimento por deixarem eu ser parte de suas vidas. Não tenho palavras para expressar a gratidão que eu sinto.

Agradecendo também as minhas mestras de ofício, à minha orientadora e professora Suzi que, me deixou bem à vontade na pesquisa, me ouviu e me fez ouvir, entendendo que precisamos caminhar com os nossos próprios passos e ao nosso tempo, que autonomia é seguir, segurando a mão da outra, mas olhando para frente, para o futuro.

Grata a professora e amiga Kelci Anne, que com seu olhar criativo e seu modo de ver o mundo pelas lentes da arte, me ensinou a ver a criatividade como ferramenta de uma intelectualidade que dialoga com os sentidos e com os sentimentos, sempre me incentivando a seguir firme na escrita e na vida acadêmica, gratidão pelo acolhimento e pelos ensinamentos.

À professora Regina Saraiva, pela gentileza, doçura e paciência, sempre bem-disposta a ajudar e dar apoio aos seus alunos e alunas. Também sou grata aos demais professores do MADER pelos aprendizados e partilhas.

Ao Núcleo de Agroecologia e Artes do Vale do Gurguéia (NAGU), que foi meu espaço de encontro, regido pelo afeto, encontrei os meus e onde encontrei incentivo para a luta nos espaços hegemônicos.

Aos meus colegas de turma 2021, em especial ao nosso guerreiro grupo de bolsistas composto por Jéssica, Eva, Lucas, José, Iolanda, Thiago, Railson e Hélio, vocês foram essenciais para que essa caminhada no mestrado fluísse com mais leveza e companheirismo, na luta pela permanência nesse espaço, meus agradecimentos com muito carinho.

Ao PPG-MADER, Programa de Pós-graduação que me acolheu e que pude perceber que ser pesquisadora é algo além de um título, mas é construído como crescimento pessoal coletivo, mas, também, como um espaço contraditório, como é o normal em espaços acadêmicos.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (Fap-DF), entidades que me proporcionaram a vida na academia, com a disponibilidade de apoio estudantil por meio de bolsas de pesquisa.

A Universidade de Brasília (UnB) pelo espaço na construção da intelectualidade e de vivência com outros estudantes.

A sociedade, que acredita e investe na educação, principalmente ao povo do campo e da favela, em especial a da J. Lima hoje, resido, que lutam todo dia pela sobrevivência e que acreditam em um amanhã melhor com muita garra e dedicação.

Enfim, muito obrigada a todas as pessoas que me acompanharam e incentivaram para que eu chegasse até aqui. Este trabalho não é só meu, é regido pela coletividade, transformando sonho em realidade, processo imensurável de autoconhecimento e aprendizado.

RESUMO

Esta dissertação discute as relações entre identidades e memórias coletivas de quebradeiras de coco babaçu, em uma região considerada a “última fronteira agrícola” e que está localizada no nordeste brasileiro. Tem como objetivo geral investigar os processos de mudanças de identidades e memórias coletivas das quebradeiras de coco babaçu, que são afetadas pela expansão do agronegócio na região Sul do Piauí. Os objetivos específicos da pesquisa buscam i) conhecer e descrever a realidade sócio-territorial das mulheres quebradeiras de coco babaçu, da comunidade Sítio (ii) identificar e caracterizar os processos de formação de identidades das jovens quebradeiras de coco, a partir das seguintes influências: as redes de movimentos e as vivências familiar e comunitária com as quebradeiras mais velhas; (iii) problematizar e investigar as relações entre a mudança da identidade e a construção da memória coletiva na desterritorialização da comunidade Sítio. Para atingi-los, utilizamos a pesquisa qualitativa, com abordagem participativa e colaborativa dialógica. Os instrumentos da pesquisa foram revisões documentais, entrevistas semiestruturadas, grupos focais e a organização de um audiovisual popular. Os dados foram organizados em eixos temáticos e submetidos à análise a partir do referencial teórico. Como resultados, verificamos que essas vivências, com todas as contradições que as cercam, têm o potencial de desenvolver a resistência camponesa, em prol de seu modo de vida. As mulheres quebradeiras de coco babaçu resistem aos processos de cooptação das mentes e dos territórios da Comunidade Sítio. Como “Filhas das Nascentes”, encontram forças no coletivo para lutar contra a ameaça de extinção dos babaçuais em decorrência da expansão das fazendas do agronegócio. Conforme lutam, estabelecem novos modos de coleta do coco e se organizam em movimentos para que seus corpos e territórios não sejam dominados pelo capital. Articulam um feminismo que brota da terra, com suas múltiplas identidades, e combate as opressões, configuradas pela violência pautada em desigualdades de gênero, raça e classe social. A juventude quebradeira, em prol da memória coletiva da Comunidade, se movimenta, nas transformações, ainda que precise frequentar uma escola urbana, que sistematicamente interfere do seu imaginário, ao fortalecer uma visão e narrativa distorcidas sobre a vida no campo. Em contrapartida, essa juventude percebe que, ao buscar o acesso a novos horizontes de formação (os quais foram negados às gerações de suas matriarcas) adquire instrumentos de luta para a defesa dos territórios das quebradeiras e para o enfrentamento ao agronegócio. Ao final da pesquisa foi possível constatar que os modos de resistência das mulheres quebradeiras de coco babaçu da comunidade Sítio vinculam-se à ancestralidade, ao território e ao modo de vida ligado à reprodução social a partir do extrativismo do coco babaçu.

Palavras-chave: Comunidade tradicional, gênero, juventude, Conflitos socioambientais, Matopiba.

ABSTRACT

This dissertation discusses the relationships between identities and collective memories of babassu coconut breakers, in a region considered the “last agricultural frontier” and which is located in northeastern Brazil. Its general objective is to investigate the identity change processes and collective memories of babassu coconut breakers, which are supported by the expansion of agribusiness in the southern region of Piauí. The specific objectives of the research seek to i) understand and describe the socio-territorial reality of babassu coconut breakers from the Sítio community (ii) identify and characterize the identity formation processes of young coconut breakers, based on the following influences: movement networks and family and community experiences with older breakers; (iii) problematize and investigate the relationships between the change of identity and the construction of collective memory in the deterritorialization of the Sítio community. To reach them, we used qualitative research, with a participatory and collaborative dialogic approach. The research instruments were documentary reviews, semi-structured interviews, focus groups and an organization of a popular audiovisual. Data were organized into thematic axes and received for analysis from the theoretical framework. As a result, we found that these experiences, with all the contradictions that surround them, have the potential to develop peasant resistance, in favor of their way of life. The women babassu coconut breakers resist the processes of co-option of the minds and territories of the Sítio Community. As “Daughters of the Springs”, they find strength in the collective to fight against the threat of extinction of babassu trees as a result of the expansion of agribusiness farms. As they fight, they establish new ways of collecting coconut and organize themselves into movements so that their bodies and territories are not dominated by capital. They articulate a feminism that springs from the earth, with its multiple identities, and fight oppression, shaped by violence based on gender, race and social class inequalities. The break-up youth, in favor of the collective memory of the Community, moves, in the transformations, even if they need to attend an urban school, which systematically interferes with their imagination, by strengthening a distorted vision and narrative about life in the countryside. On the other hand, this youth realizes that, by seeking access to new training horizons (which were denied to the generations of their matriarchs), they acquire instruments of struggle to defend the land breakers' territories and to confront agribusiness. At the end of the research, it was possible to verify that the modes of resistance of women babassu coconut breakers from the Sítio community are linked to ancestry, territory and way of life linked to social reproduction from the extraction of babassu coconut.

Keywords: Traditional community, gender, youth, socio-environmental conflicts, Matopiba.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AATR- Associação dos Advogados/as dos Trabalhadores/as Rurais
CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPRO- Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais
CFEMEA- Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CODEVASF- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CPCE- *Campus* Professora Cinobelina Elvas
CPT- Comissão Pastoral da Terra
ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio
FAP-DF- Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISPN- Instituto Sociedade, População e Natureza
LEDOC- Licenciatura em Educação no Campo
MATOPIBA- Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MIQCB- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MMA- Ministério do Meio Ambiente
NAGU- Núcleo de Agroecologia e Artes do Vale do Gurguéia
ONGs- Organizações Não Governamentais
PDA- Plano de Desenvolvimento Agropecuário
PNCSA- Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PPG-MADER- Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural
TPP- Tribunal Permanente dos Povos
SEPLAN- Secretária de Estado do Planejamento e Desenvolvimento
TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPI- Universidade Federal do Piauí
UnB-Universidade de Brasília

Sumário

INTRODUÇÃO	14
Apresentação da autora principal	15
Os caminhos acessados	15
O lugar da pesquisa e suas contradições: da coevolução com matas dos cocais ao MATOPIBA	16
Experiências anteriores: a pesquisa e a extensão com as quebradeiras	18
Questões e objetivos da pesquisa	20
Organização da dissertação	20
CAPÍTULO 1	22
1.0 ASPECTOS METODOLÓGICOS	22
1.1 Métodos	22
1.2 O universo da pesquisa: quem são as interlocutoras?	24
1.3 O audiovisual	25
1.4 Grupo focal	26
1.5 Entrevistas individuais	27
1.6 Análise dos dados	28
CAPÍTULO 2	29
Filhas das nascentes: memórias das mudanças sócio territoriais das quebradeiras de coco babaçu no ecótono do Sul Piauí	29
1.0 Introdução	29
2.0 Metodologia	31
3.0 Entre chapadas e baixões, o Matopiba como reflexo do capitalismo no campo: uma dualidade ideológica na construção do território sul do Piauí	32
3.1. Chapada das Nascentes: o território a partir de seu povo	33
3.2 O Matopiba	36
3.3 A mesorregião Chapada das Mangabeiras	37
3.4 As consequências: a partir dos olhares das filhas das nascentes	41
3.5 Caracterização da área	43
4.0 Considerações finais	48
Referências:	49
CAPÍTULO 3	52
Feminismos da terra: a identidade coletiva enquanto organização de um feminismo popular camponês	52
1.0 Introdução	52
2.0 Metodologia	54

3.0 Feminismo que brota da terra: identidade e gênero	56
3.1 A formação da identidade quebradeira	56
3.2 A identidade quebradeira a partir do trabalho	58
3.3 As influências sobre a identidade quebradeira	63
3.4 Identidade quebradeira pela autonomia	68
3.4 A identidade no enfrentamento a violência de gênero	72
4.0 Considerações finais	78
Referências	79
CAPÍTULO 4	83
Educação, identidade e memória no enfrentamento ao agronegócio: a partir da juventude quebradeira de coco babaçu da Comunidade Sítio	83
1.0 Introdução	83
2.0 Metodologia	86
3.0 Aspectos da identidade conforme a memória coletiva: a visão da juventude quebradeira do Sítio	88
3.1 Escolarização: impactos na identidade e memória	89
3.2 Identidade e memória na relação com a cultura e a ancestralidade	92
3.3 A construção da juventude quebradeira como sujeito político – ancestralidade e direito como elementos da construção de uma identidade e memória	93
3.3 Juventude: trabalho, sonhos e futuro em meio a contradições	94
3.4 Conflitos, desterritorialização e permanência na comunidade	98
4.0 Considerações finais	101
Referências	102
5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
6.0 REFERÊNCIAS GERAIS	108
APÊNDICES	117

INTRODUÇÃO

“Escrevivências é como o espelho de Oxum e de Iemanjá. No abebé de Oxum, nos descobrimos belas e contemplamos a nossa própria potência. Encontramos o nosso rosto individual, a nossa subjetividade que as culturas colonizadoras tentaram mutilar, mas ainda conseguimos tocar o nosso próprio rosto. E quando recuperamos a nossa individualidade pelo abebé de Oxum, outro nos é oferecido, o de Iemanjá, para que possamos ver as outras imagens para além de nosso rosto individual. Certeza que não somos pessoas sozinhas. Vimos rostos próximos e distantes que são os nossos. O abebé de Iemanjá nos revela a nossa potência coletiva, nos conscientiza de que somos capazes de escrever a nossa história de muitas vozes. E que a nossa imagem, o nosso corpo, é potência para acolher os nossos outros corpos“ (CONCEIÇÃO EVARISTO, 2020).

Esta pesquisa mistura-se com as vivências da pesquisadora, transformando-se em escrevivências, conforme Conceição Evaristo conceitua. O objeto de estudo entrelaça aprendizados da mulher preta e pesquisadora com a trajetória do seu povo - mulheres negras e quebradeiras de coco.

Dito isso, nos propomos a apresentar as formas que pensamos, juntamente com um coletivo de mulheres, pesquisadoras e interlocutoras da pesquisa, para escrever essa dissertação tal como para apresentar seus resultados.

Trazemos, como principal fundamento, uma escrita contra colonial, tal como propõe Mumbuca (SILVA, 2019), como uma prática essencial para sistematizar percepções e tecer análise crítica sobre as formas de como a academia está baseada pelas ciências ocidentais.

Nesse sentido, este estudo segue na trilha de uma literatura engajada e militante, seguindo a corrente política filosófica do pensamento suleado conforme problematizado por Freire (1997), ao defender os pensamentos, práticas e vozes do Sul, particularmente da América Latina, como fundamentos de uma nova ciência. Nesse trabalho, deu-se especial preferência às vozes de pesquisadoras negras e de comunidades tradicionais, como embasamento teórico, a saber: Lélia Gonzáles (1984), Sueli Carneiro (2003), Elisa Guaraná de Castro (2009), Antônio Bispo dos Santos (2015), Lilian Sousa de Jesus (2018), Maria Ignez Silveira Paulilo (2016), Elionice Conceição Sacramento (2019) e Akotirene (2019). Fizemos tal escolha como princípio político-epistêmico, porque acreditamos que devemos trazer essas vozes como principais referências nesse diálogo.

Partindo desse pressuposto, recorreremos às memórias resultantes da história da autora da dissertação e das memórias de suas ancestrais para que se entenda a teia de relações e motivações que deram origem a essa pesquisa.

Apresentação da autora principal

Sou Millena da Mata, mulher preta maranhense, filha e neta de quebradeiras de coco babaçu, de família oriunda da cidade de Urbano Santos, interior do estado do Maranhão. As mulheres da minha família foram trabalhadoras rurais que precisaram sair de suas terras pelo avanço do capitalismo no campo, na região leste maranhense, que transforma a paisagem em “desertos” verdes de eucalipto. A minha avó Adelaide, já morando na cidade, foi vítima de um infortúnio e faleceu por ocorrência de uma “bala perdida”. Assim, a minha mãe, na época com doze anos, uma das filhas mais velhas, precisou tomar conta de seus seis irmãos mais novos, na medida que já eram órfãos de pai.

Conforme os irmãos iam crescendo, trabalhavam na casa de parentes ou até mesmo de estranhos. Eram quatro do sexo feminino, assim originou cinco trabalhadoras domésticas, contando com minha mãe, que ainda hoje exerce essa profissão.

Quando nasci não tive vivência na mata, na quebra do coco, mas pelos relatos de minha mãe entendo como o trabalho foi essencial para que ela esteja viva atualmente. Ela foi e é mãe solo, mas sempre me proporcionou tudo para que eu pudesse estar viva e com saúde. Hoje rogo aos meus orixás e às mulheres que vieram antes de mim por estar conseguindo trabalhar na escrita desta dissertação. Oportunidade essa que as outras mulheres da minha família e de milhares de famílias brasileiras, principalmente aquelas chefiadas por mulheres pretas, não tiveram. Mas entendo que suas sabedorias e conhecimentos, ligado à vida, me permitiram chegar até aqui.

Os caminhos acessados

Tive acesso à universidade, por meio do programa das cotas raciais, uma política pública que proporcionou a entrada no curso de graduação e, posteriormente, no mestrado. Na Universidade Federal do Piauí (UFPI), ingressei no curso de Engenharia Florestal, onde me deparei com um dilema pessoal. Não queria fazer parte de um projeto que aceita eliminar a socioagrobiodiversidade em nome da reprodução do capital, processo que ocorreu na minha região de origem. Por meio de contatos com a Licenciatura em Educação no Campo (LEDOC/UFPI), conheci o Núcleo de Agroecologia e Artes do Vale do Gurguéia (NAGU) e, nesse espaço, internalizei a agroecologia como modo de vida, movimento, política, ciência e prática (SILVA, 2021). Nesse sentido, esses acontecimentos orientaram as percepções de vida e permitiram que eu seguisse acreditando em outras formas de ver, sentir e estar no mundo, contribuindo com o desenvolvimento dessa pesquisa.

A partir do NAGU, tive conhecimento das contradições que permeiam a região do Sul do estado do Piauí, mais especificamente no município de Bom Jesus e adjacências.

O lugar da pesquisa e suas contradições: da coevolução com matas dos cocais ao MATOPIBA

Para os empresários do setor agrário, o MATOPIBA (um acrônimo formado pelas iniciais dos estados do MAranhão, TOcantins, PIAuí e BAhia) representa a capital do agronegócio ou parte importante do celeiro do Cerrado, mas que para a população de camponeses e camponesas traduz-se no território das Chapadas das Mangabeiras. Para os filhos e filhas da terra é símbolo de riqueza, produção de alimentos e de reprodução da vida, mas para os empresários do agronegócio representa oportunidades de exploração dos vastos recursos naturais e replicação do capital.

Compõe-se de 24 (vinte e quatro) municípios: Alvorada do Gurguéia, Avelino Lopes, Barreiras do Piauí, Bom Jesus, Colônia do Gurguéia, Corrente, Cristalândia do Piauí, Cristino Castro, Curimatá, Currais, Eliseu Martins, Gilbués, Júlio Borges, Manoel Emídio, Monte Alegre do Piauí, Morro Cabeça no Tempo, Palmeira do Piauí, Parnaguá, Redenção do Gurguéia, Riacho Frio, Santa Filomena, Santa Luz, São Gonçalo do Gurguéia e Sebastião Barros (BRASIL, 2015).

Foi por meio do NAGU e da extensão universitária que conheci a luta das quebradeiras de coco babaçu na região dominada pelo agronegócio em sua extensão territorial e em expansão de dominação das mentes das pessoas da região. No projeto de extensão “Ações de sustentabilidade e boas práticas na cadeia produtiva do coco babaçu”, vinculado à Universidade Federal do Piauí (UFPI) campus Professora Cinobelina Elvas (CPCE), e que trabalha no fortalecimento do trabalho extrativismo e na auto-formação das quebradeiras de coco babaçu da comunidade Sítio, pude vivenciar os processos de organização das quebradeiras da Comunidade e conhecer os processos de luta e de disputa do capital na região.

Sob tal prisma, originou-se minha pesquisa de conclusão de curso, intitulada “Mulheres, floresta e extrativismo: modos de ser, existir e resistir de quebradeiras de coco babaçu da comunidade Sítio, Cristino Castro, Piauí, Brasil”, a qual se configurou como principal fio condutor nos questionamentos que, posteriormente, vieram a orientar a presente pesquisa. Estudando a vida das mulheres da Comunidade, percebi que a juventude quebradeira não se encaixava e não via mais a possibilidade, para si, do trabalho da quebra do coco. As jovens enfrentam vários desafios da vida na Comunidade, o que as leva a partir para a cidade, na perspectiva de viabilizar seus estudos e encontrar empregos que atendam às suas demandas de vida.

A partir dessa realidade, e por meio desses processos, na presente dissertação nos propomos a discutir o modo de vida e identidade de quebradeiras de coco babaçu, na região Sul do Piauí. Importante destacar que essa região faz parte do projeto de ocupação e apropriação de territórios pelo capital nacional e internacional, denominado como Matopiba, que abrange parte dos estados do

nordeste e norte do país. Esse projeto retrata a articulação de uma política pública, representada por um plano de desenvolvimento agropecuário, com vistas a estimular a produção de commodities - soja e milho, preferencialmente. Reflete, ainda, um modelo de ocupação e de uso da terra que impacta negativa e violentamente os bens naturais, as terras e os territórios dos povos que vivem naquela região, reproduzindo, assim, um desenvolvimento econômico excludente (FAVORETO et al., 2019).

O Matopiba foi implementado por volta dos anos 2000 e teve forte apoio e financiamento de instituições públicas brasileiras. Aliadas às políticas do agronegócio, as ações que permitem a reprodução desse modelo de agricultura, que implementam práticas de especulação, de concentração de terras e de riquezas, de desmatamentos, entre outros expedientes que causam violências material e simbólica. Esse panorama socioambiental da região ameaça os povos, as identidades, os costumes e os processos de trabalhos e vidas das populações tradicionais que já habitam nesse território (SPADOTTO; COGUETO, 2019).

Cumprir assinalar que o Estado, enquanto estrutura de gestão no contexto do modo de produção capitalista, é aparelhado pela burguesia, mas também disputado, sob regimes democráticos de governo, pela classe trabalhadora. O Estado, nesse sentido, é portador da contradição central da sociedade de classes, e no capitalismo periférico (estruturalmente colonialista), se organiza com bases racistas e patriarcais. Nesse contexto, é perfeitamente possível a realidade contraditória e de disputas do Estado que, de um lado cria políticas sócias de expansão do acesso à universidade e promulga a a lei do Babaçu Livre¹, e de outro cria áreas de desenvolvimento promovendo o agronegócio, como o Matopiba.

Esse paradoxo, presente no aparato normativo, retrata o resultado de disputas em níveis organizacionais, sociais e econômicos distintos, desde o contexto local/regional até o nacional. De modo geral, uma lei que se converte em uma política pública resulta de uma ampla negociação entre as partes que serão atingidas e ou beneficiadas (Theodoro, 2015). São, assim, uma tentativa de alcançar uma mediação em que todos possam ganhar e onde as perdas não sejam demasiadamente severas (Santos, 2008). Ocorre que muitas vezes os atores e interesses envolvidos nas disputas possuem forças desiguais, o que tende a levar às injustiças ou privilegiar o interesse de grupos com maior poder de negociação.

¹ Trata-se da lei do babaçu livre que reconhece como patrimônio cultural, do estado do Piauí, as atividades tradicionais de coleta e quebra de coco babaçu, bem como os produtos delas decorrentes e seu modo tradicional de produzir. A lei de nº 7.888, de 09 de dezembro de 2022, foi sancionada pela governadora do Estado do Piauí, Regina Sousa, e divulgada no diário oficial na mesma data. A lei também prevê que o estado do Piauí deve destinar terras públicas para titulação de territórios de quebradeiras, criação de assentamento, livre acesso de quebradeiras em qualquer imóvel com babaçuais, seja eles público ou privado (MIQCB, 2022).

Há ainda os casos onde as leis promulgadas no nível estadual colidem com a legislação nacional tornando-as menos efetivas, já que a sua competência hierárquica é menor. A lei do Babaçu Livre, promulgada pelo estado do Piauí em 2022, enquadra-se nessa situação, uma vez que, indiretamente, é antagônica com perspectiva de implementação e expansão da fronteira agrícola da região do Matopiba. Enquanto a primeira tem o objetivo de preservar a sociobiodiversidade local, a segunda incentiva o uso e ocupação do solo, mesmo que as custas do desaparecimento ou restrição a reprodução de comunidades tradicionais que habitam historicamente o território.

Tais processos de desconstrução do campo como espaço social, de formação e de produção afetam os territórios de comunidades tradicionais de forma radical, desarticulando os meios e modos de vida. Particularmente, nessa região, tal desarticulação representa um prejuízo inestimável ao patrimônio ambiental e cultural produzido pelas quebradeiras, que, com seu trabalho e cultura, são as guardiãs das florestas dos cocais e da sociobiodiversidade que as envolvem, revelado em seus saberes do trabalho com a natureza em um rico legado cultural e traduzido, em grande parte, como um patrimônio alimentar, arquitetônico, fitoterápico e artístico.

Experiências com as quebradeiras

As quebradeiras ensinam que da palmeira se obtêm meios para produzir comida, remédios, moradia e artesanato, organizando tais saberes-fazer sob uma cosmovisão em que consideram a palmeira uma mãe protetora e provedora das necessidades de seus filhos, conforme pesquisas anteriores (DIAS et al, 2021; DIAS; PEREIRA, 2022; DIAS, 2023.). Para as quebradeiras de coco babaçu do sul do Piauí, o agronegócio configura-se como opressor e opositor, uma vez que resulta em intensos processos de perdas de seus territórios e em transformações das paisagens dos babaçuais em monoculturas de soja e de pastagens (LIMA, 2019).

Além disso, esse modelo de exploração e especulação agrário tem interferido em diferentes aspectos sociais das comunidades camponesas locais. Na medida em que o agronegócio avança nos territórios, vários grupos sociais são cooptados pela ideia de um campo reduzido à mercadoria. Estudos como o de Chã (2018) evidenciam o papel que a indústria cultural cumpre na consolidação dessas práticas de cooptação. Nesse mesmo sentido, Shiva (2003) explicita como as monoculturas extrapolam os territórios e invadem as mentes dos grupos sociais, fortalecendo um projeto de espaço rural com mercadorias e sem sujeitos. Na medida que as elites do agronegócio controlam a mídia empresarial, se inserem nos contextos educacionais e dominam a política nacional, bem como

trabalham na construção da imagem do agronegócio como um projeto político ideológico que se desenvolve em prol do capital (ALENTEJANO, 2020), essa monocultura mental se expande.

Essas questões também afetam o imaginário das populações do campo. Para as quebradeiras de coco, essa realidade manifesta-se quando elas se veem sem território, sem acesso ao coco, sem possibilidade de trabalho e de suprimento de suas necessidades básicas (como saúde e educação) em suas comunidades, interferindo em seu contexto social, em seus modos de vida, em sua identidade e, conseqüentemente, na memória dos grupos identitários. Elas sofrem porque percebem que seus filhos e filhas têm interesse em buscar empregos no setor do agronegócio.

É nesse sentido que se tem trabalhado com os projetos de extensão universitária, via UFPI e colaboradores (CPT, MIQCB, ISPN), dentro da Comunidade. Tais projetos se destinam ao fortalecimento das questões sociopolíticas, da auto-organização comunitária e do desenvolvimento da cadeia produtiva do babaçu como processo fundamental para a reprodução social das mulheres e de suas famílias, inseridas no Sítio.

Esse novo modo de entender a vida na Comunidade põe em questão a manutenção da identidade quebradeira, em especial das jovens que não conseguem identificar o trabalho do coco como futuro possível de vida na Comunidade. Para além disso, transcorre para a identidade e memória coletiva das quebradeiras, que vislumbram um ideário de vida fora da realidade da Comunidade, uma vez que almejam ter acesso à educação e outras formas de trabalho oferecidas pelo capital, conforme demonstrado em pesquisas anteriores na comunidade (DIAS *et al.*, 2021)

Na comunidade Sítio, essas questões são refletidas em ações, como o fechamento da escola, que obriga juventude a se deslocar para a cidade, onde enfrentam as péssimas condições de transporte e das estradas. Os desafios assentam-se na busca de um futuro possível, mediado pelo acesso à educação. No entanto, a falta de políticas públicas para esse público pontua-se nas contradições, na medida que a escola urbanocêntrica não às valoriza como quebradeiras de coco, pelo aspecto do capitalismo que é estabelecido no contexto educacional e pelo fato da invisibilidade delas como grupo específico formal (DIAS *et al.*, 2021). Conforme pontua Arroyo (2017), essas formas de relações representam pedagogias brutais, onde predominam processos de dominação e subordinação, herdadas desde a colonização dos povos e comunidades emergentes das Américas.

É nesse sentido que Barbosa (2018), para apreender nuances dessas pedagogias, considera relevante que as pesquisas com as quebradeiras de coco babaçu não se prendem apenas aos seus contextos político ou econômico, permeando a esfera do cotidiano e do imaginário desses sujeitos.

Questões e objetivos da pesquisa

Nesse contexto, algumas perguntas orientaram esta pesquisa quais sejam: (i) de que forma a expansão do agronegócio na região sul do Piauí está interferindo no modo de vida das quebradeiras de coco babaçu? (ii) Como a ampliação do capitalismo no campo está afetando a (des)construção da identidade dessas mulheres e da comunidade Sítio, incluindo as gerações jovens? (iii) De que modo o processo de desterritorialização repercute ou apaga memórias entre as quebradeiras de coco da comunidade Sítio?

A partir dessas questões, a presente pesquisa teve o objetivo de investigar os processos das mudanças de identidades e memórias coletivas das quebradeiras de coco babaçu afetadas pela expansão do agronegócio na região Sul do Piauí.

Para além disso, pretende-se alcançar os seguintes objetivos específicos: (i) conhecer e descrever a realidade sócio territorial das mulheres quebradeiras de coco babaçu, da comunidade Sítio; (ii) identificar e caracterizar os processos de formação de identidades das jovens quebradeiras de coco, a partir das seguintes influências: as redes de movimentos e as vivências familiar/comunitária com as quebradeiras mais velhas; (iii) problematizar e investigar as relações entre a mudança da identidade das quebradeiras e a (re)construção de suas memórias coletivas na desterritorialização da comunidade Sítio.

Organização da dissertação

Para atender a estes objetivos, optou-se pela construção de cada capítulo no formato de artigos. Mas, de início, a dissertação conta com os **aspectos introdutórios** e com os procedimentos metodológicos que retratam os **caminhos da pesquisa**, onde serão descritos os passos percorridos desde a apresentação da pesquisa para as mulheres quebradeiras de coco babaçu da comunidade Sítio, até a análise dos dados, compondo o Capítulo 1.

O segundo capítulo, intitulado **Filhas das nascentes: memórias das mudanças sócio territoriais das quebradeiras de coco babaçu no ecótono do Sul Piauí**, abordo o processo de construção social do território das quebradeiras, assim como a resistência na região sul do estado do Piauí e as influências do Matopiba.

No terceiro capítulo, **Feminismos da terra: a identidade coletiva enquanto organização de um feminismo popular camponês**, trato da construção do feminismo camponês, retratando a identidade como símbolo de luta e resistência contra as opressões de gênero, classe e raça.

E o quarto capítulo, denominado **Educação, identidade e memória no enfrentamento ao agronegócio: a juventude quebradeira de coco babaçu da Comunidade Sítio**, discorro sobre a relação entre a educação, a identidade quebradeira e a memória coletiva da Comunidade, trazendo na análise as contradições vividas pelas próprias quebradeiras. Nesse texto, procuro trazer os dilemas das jovens, como interlocutoras, e analiso as relações sociais e educativas da Comunidade. Para finalizar abordo os aspectos relativos às memórias coletivas das lideranças, no enfrentamento ao processo de expansão do capitalismo no campo.

CAPÍTULO 1

1.0 ASPECTOS METODOLÓGICOS

“Sou quebradeira, quebrando o coco eu vou.
Sou quebradeira do interior
Palmeiras! Babaçuais!
Terra fértil, olha a riqueza no chão”.
(MIQCB, 2014).

1.1 Métodos

De modo geral, a metodologia explícita como a pesquisa foi construída e quais foram as regras e normas que a orientaram. Início mencionando como me propus a pesquisar e quais os caminhos segui, tendo em conta os pressupostos enunciados por autores como Demo (1995), Godoy (1995), Brandão e Borges (2007) e Collete (2017).

Ao incorporar as hipóteses de Demo (1995), associei a metodologia à arte. Assim, segui na convicção de que a trilha do artista molda a vida da pesquisadora; tal como aquele, esta precisa compreender as técnicas para poder dominá-las criativamente. Tratou-se, desse modo, de um processo de artesanato criativo e coletivo, realizado entre mulheres – as quebradeiras de coco e a pesquisadora, a partir de diferentes técnicas de natureza qualitativa.

A abordagem de base qualitativa (GODOY, 1995) considera o estudo dos fenômenos que envolvam seres humanos e suas relações em diferentes contextos, podendo ser melhor compreendidos no ambiente em que ocorrem ou que fazem parte, segundo um enfoque integrado, a partir das perspectivas das pessoas envolvidas.

Adicionalmente, utilizei-me da pesquisa participante e colaborativa dialógica (COLETTE, 2017), abordagem segundo a qual a investigação deve ir além das experiências e partir de proposições e articulações conjuntas, assumindo um compromisso com o diálogo e a ação transformadora. A pesquisa-ação ou pesquisa participante e colaborativa considera que:

a partir de um ponto ou de pontos de convergência que favorecem um processo coletivo e participativo de construção de saberes, novos saberes que podem se reverter em aplicações comuns a alguns e/ou a todos os participantes e, também, a diferentes aplicações de acordo com os interesses de pesquisadores e praticantes e de suas experiências em curso. E nesse último sentido se dá a nossa colaboração, de que o grupo participante colabora com seus integrantes, com as experiências destes, ainda que delas não participem diretamente (COLETTE, 2017, p. 83).

Além disso, usei as observações da pesquisa participante e da relação de pesquisadora-escrivente, (EVARISTO, 2020), onde, por via das memórias de ancestrais (como descendente de

quebradeira de coco), aproveitei a oportunidade de pesquisar/viver junto com as quebradeiras do Sítio. A partir do conhecimento sobre os processos de formação da identidade, analisei e refleti ao juntar as memórias escrevendo. Nessa perspectiva, na narrativa das interlocutoras e com o viés de retomada a partir da escrita viva, a escrevivência fornece a base para uma análise crítica, relacionando identidade e memória, pesquisa, pesquisadoras e interlocutoras.

Para isso, foi necessário compartilhar as vivências das quebradeiras, ao longo de suas atividades de trabalho com o coco, como o modo de identificação e interação em suas práticas e meios de vida, registrando os fatos observados no decorrer da caminhada de pesquisa. A presente pesquisa retrata, assim, essa vivência com as mulheres, o que segundo Gil (2002), busca a familiaridade com o conteúdo, como forma de melhorar as ideias ou despertar percepções sobre o fato estudado.

Com os delineamentos pontuados, faz-se necessário mencionar algumas etapas da pesquisa exploratória, tais como o processo de apresentação da pesquisa para as mulheres da comunidade e as considerações delas sobre o estudo e sobre as formas de coleta de dados.

Como já havia um processo de aproximação anteriormente construído, o primeiro momento da pesquisa foi tranquilo e enriquecedor, em especial durante a apresentação da pesquisa, onde foram considerados os protocolos da ética em pesquisa com seres humanos. De tal modo, explicando o tema da pesquisa, os objetivos e pontuando sua importância para a região e para as próprias mulheres, busquei ouvir suas opiniões sobre como poderia aprimorar a pesquisa, tendo em vista as demandas da Comunidade.

Merece destaque o fato de que as mulheres entendem pouco sobre a dinâmica da pós-graduação, apesar de terem clareza que uma pesquisa dessa natureza pode se converter em um instrumento que alargará suas lutas no e pelo território. Elas compreendem que, ao revelar seus processos organizativos, estarão, ainda que indiretamente, contribuindo e construindo um futuro em que suas filhas e netas também possam ter acesso a novas oportunidades, incluindo o acesso à universidade, que pode resultar em novos horizontes para suas vidas e para o conjunto da Comunidade.

Nesse sentido, ressalto que, desde o primeiro contato, as atividades voltadas à essa pesquisa de mestrado animaram as mulheres e facilitaram a convivência da pesquisadora na comunidade. Foi possível perceber, ainda nesse momento inicial que as mulheres interagem bem entre si e são acolhedoras com as pessoas que chegam, independentemente dos motivos do visitante. No geral, são pessoas receptivas e solícitas.

1.2 O universo da pesquisa: quem são as interlocutoras?

O universo da pesquisa abrangeu cerca de vinte mulheres quebradeiras do coco babaçu da comunidade Sítio, localizada no município de Cristino Castro/Piauí. Foram entrevistadas mulheres que ocupam posições de lideranças, sejam elas mais maduras (mais velhas) ou da juventude quebradeira. Importante ressaltar que, apesar de várias tentativas, não foi possível fazer a entrevista individual e presencial com algumas das mulheres, devido aos desencontros de horários ou porque algumas delas trabalham nas cidades da região, principalmente no município de Cristino Castro. Mas esse contratempo foi resolvido por meio de contato telefônico, de acordo com a disponibilidade das trabalhadoras.

A comunidade Sítio é composta por 79 pessoas; destas 34 são mulheres. De acordo com a história contada pelas participantes da pesquisa, a Comunidade foi fundada por duas famílias, a Soares e a Ferreira. A maior parte das mulheres trabalha com o extrativismo do babaçu. Os homens costumam ou sair da Comunidade para trabalhar nas fazendas do entorno, como diaristas ou mensalistas precarizados, ou se dedicar à agricultura camponesa (DIAS *et al.*, 2021).

Desse universo populacional, as mulheres e jovens que participaram da pesquisa estão inseridas em projetos de extensão da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e participam do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Também possuem uma auto-organização comunitária e participam de processos formativos promovidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Assim, consideramos importante incluir as mulheres participantes da pesquisa em acordo com suas disponibilidades. Para isso, foi elaborado um cronograma de atividades que orientou todo o processo de pesquisa foi realizada junto com elas, para o pensar junto, como propõe Freire (1996), e desenvolver a pesquisa trabalhando a dialogicidade orientou todo o processo da pesquisa.

A partir deste retrato, sistematizei o contexto socioeducativo das entrevistadas (Quadro 01), apresentando-as por nomes de flores, seu contexto familiar e nível de escolarização.

É preciso destacar que optamos por expor cada uma das falas com pseudônimos, de forma a não as expor em conflitos, que retratam uma zona de embates entre o modo de vida camponês e o avanço da fronteira agrícola, inserida no modelo do agronegócio.

Quadro 01: Socioeducativo das quebradeiras de coco babaçu no Sítio

Nome	Idade	Filhos	Escolaridade	Estado civil	Profissão
Rosa	63	6	EF*	Solteira (união estável)	Lavradora e quebradeira de coco
Margarida	36	4	EM**	Solteira (união estável)	Lavradora
Orquídea	36	2	EM	Solteira	Lavradora
Lírio	22	0	ES***	Solteira	Estudante

Girassol	23	0	EM	Solteira	Lavradora e quebradeira de coco
Violeta	57	7	EF	Casada	Lavradora e quebradeira de coco
Tulipa	22	0	EM	Solteira	Estudante
Amarílis	19	0	EM	Solteira	Estudante e quebradeira de coco
Azaleia	30	2	EF	Solteira (união estável)	Quebradeira de coco
Hortênsia	55	5	EF	Casada	Quebradeira de coco
Gérbera	13	0	EF	Solteira	Estudante e quebradeira de coco
Camélia	45	4	EF	Casada	Lavradora
Begônia	54	5	EF	Casada	Lavradora e quebradeira de coco
Angélica	40	3	EM	Solteira (união estável)	Lavradora
Petúnia	58	3	ES	Casada	Professora e quebradeira de coco
Jasmim	27	1	EM	Solteira (união estável)	Lavradora e quebradeira de coco
Magnólia	23	0	ES	Solteira	Camponesa, estudante e quebradeira de coco

Legenda: * Ensino Fundamental, **Ensino Médio, ***Ensino Superior.

Para além de contextualizar o perfil do público pesquisado, foi também considerado, a coleta de dados efetuada por meio de revisão documental, disponíveis em relatórios e boletins cartográficos, bem como de entrevistas semiestruturadas e de grupos focais (ver apêndices). As entrevistas foram gravadas em forma de áudio e transcritas para a melhor sistematização, categorização e, posteriormente, análises dos dados. É importante destacar que, nesse processo de transcrição das entrevistas, buscou-se preservar o modo de falar das quebradeiras. Corrigi-las, a partir da gramática considerada como academicamente correta, seria uma forma de reprodução de preconceito linguístico, pois essas mulheres falam à maneira que aprenderam ou conforme as características desse grupo social. Portanto, as variações linguísticas foram preservadas.

Por fim, como parte da pesquisa, foi proposto às quebradeiras a produção de um vídeo documentário, onde se utilizou do apoio de um roteiro, de caderno de campo e gravador.

1.3 O audiovisual

Após a etapa de campo, onde a pesquisa foi apresentada, partiu-se para a elaboração e produção de um vídeo documentário sobre as quebradeiras da comunidade Sítio, retratando os dilemas e alternativas buscadas por elas. O vídeo, cujo roteiro (ver apêndices) foi produzido com as mulheres, teve o papel de registrar as suas memórias. A proposta emergiu de um projeto do NAGU, a partir do projeto de extensão da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular do Piauí: Cenas Camponesas, e da percepção, partilhada com as mulheres, de que um documentário poderia servir

para a valorização e defesa do território da Comunidade, na medida em que, ao exibir e divulgar a realidade local, até então invisibilizada, poderia se ampliar as possibilidades de reação.

É nessa perspectiva que Brandão e Borges (2007) trazem uma visão de comprometimento no fazer da pesquisa, principalmente com comunidades populares. Eles destacam a responsabilidade de envolvimento como a prática social pesquisada e compromisso social, político e ideológico do pesquisador com suas causas sociais. Deste modo, o audiovisual é inserido na pesquisa como ferramenta que destaca o percebido, transformando-o em inédito viável (FREIRE, 2020). Tratou-se, portanto, de uma forma de analisar criticamente a realidade e adotar uma ação transformadora.

Também para Bastos (2015) o audiovisual é concebido na pesquisa na mesma perspectiva que o faz, considerando-o como ferramenta prática na luta de classes, de anúncio à denúncia e contra a hegemonia da indústria cultural na “monoculturalização” das mentes. É, assim, uma forma de apropriação do audiovisual pelos sujeitos camponeses, nesse caso as quebradeiras de coco babaçu - que geralmente são concebidas apenas como sujeitos de recepção dessas mídias hegemônicas. No documentário, elas se construíram como protagonistas de sua própria história e de uma narrativa contra hegemônica, na região dominada pelo agronegócio. Foi, então, uma forma de visibilizar a luta das quebradeiras de coco da região.

A etapa de gravação das imagens se deu em dois momentos: o primeiro campo de gravação foi marcante por um acontecimento relacionado ao processo de cercamento de um babaçual que, mais uma vez, resulta na privação desse bem para as mulheres. No segundo momento, foi necessário refazer algumas imagens e realizar os depoimentos trazendo a oralidade das mulheres da Comunidade.

1.4 Grupo focal

O grupo focal é entendido aqui como parte de um processo de interação, em profundidade, a partir da dinâmica em grupo mediada pelo entrevistador, que serve como moderador da conversa. O grupo focal serve para estimular as pessoas da pesquisa a falarem e a interagirem com as outras do grupo, de acordo com as falas que vão surgindo. Configura-se, portanto, em uma interação social mais autêntica do que ocorreria em entrevista individual, pelo fato de que determinado grupo de pessoas em um só local se torna uma entidade em si mesma. Dele emergem processos que não poderiam ser observados sem essa interação em grupo (BAUER; GASKELL, 2002).

Foram necessários dois momentos dos grupos focais: o primeiro foi para a análise do documentário, após o primeiro processo de edição, onde ocorreu um encontro presencial, em

novembro de 2022, com uma chamada para a comunidade Sítio e vizinhança. Após a conversa sobre o documentário, passei para a etapa de esclarecimento do termo de Consentimento Livre e Informado (TCLI) (ver apêndices) e o termo de autorização de imagem e som (ver apêndices). Todas as mulheres presentes concordaram em participar das entrevistas (ver apêndices), que seriam incluídas posteriormente no vídeo e assinar o termo de autorização para a divulgação do material final do documentário. O segundo momento do grupo focal foi para a exibição e considerações acerca da versão final do vídeo documentário, realizada em janeiro na Comunidade Sítio.

1.5 Entrevistas individuais

Para a realização das entrevistas individuais tomou-se como referência as observações de Angrosino (2009), que menciona que entrevistar é um processo de condução da conversa, deixando fluir como uma interação casual. Essa entrevista adequa-se ao perfil de pesquisa semiestruturada, em que a pesquisadora tem a oportunidade de usar perguntas pré-determinadas em seu campo de interesse, mas deixando a pessoa entrevistada bem à vontade para falar.

A escolha das interlocutoras das entrevistas individuais se deu de duas maneiras. Na primeira, todas as mulheres que estavam na apresentação da pesquisa e concordaram em fazer parte foram reunidas e, posteriormente, procedeu-se a escolha por indicação, onde as quebradeiras mais maduras iam indicando as outras que achavam interessante participar.

Na ocasião fui convidada para passar o final de semana na Comunidade (novembro de 2022) quando fiz a parte relativa às entrevistas individuais. Esta data foi determinada pelas quebradeiras. No sábado (12 de novembro de 2022) comecei a fazer as entrevistas, logo após as mulheres chegarem da feira livre, onde fazem a venda de suas produções. Por sugestão das quebradeiras mais maduras, eu comecei pela juventude, pois no dia seguinte seria a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e as jovens quebradeiras não estariam disponíveis, uma vez que teriam que ir para a cidade de Bom Jesus, o local mais próximo para fazer o Exame.

No domingo foi dia de festa, pois uma das filhas de dona Rosa e algumas bisnetas da quebradeira estavam na Comunidade; todas agora moram em Brasília e estavam há muitos anos sem visitar a matriarca da família. Era dia de festividades! Resolvi dar uma pausa nas entrevistas para que as entrevistadas pudessem comemorar e se divertir com tranquilidade. Permaneci na Comunidade a convite de Dona Rosa para a festa de sua filha, entendendo que o momento de socialização também é fundamental para a pesquisa. Retornei para a Comunidade no dia 17 de novembro de 2022, quando

entrevistei mais algumas quebradeiras. Na ocasião, houve muita chuva e uma queda de energia e só no dia seguinte consegui dar andamento às entrevistas.

1.6 Análise dos dados

Os dados foram organizados por semelhanças temáticas, com o auxílio do Software Iramuteq². Analisados à luz do referencial teórico, lendo os dados e conforme separados pelo software, segui na categorização.

Considerando que as mulheres são as sujeitas da pesquisa, tem-se a necessidade de uma devolutiva dos dados sistematizados por meio de algum informe sintético. Assim, será criada uma apresentação com esses dados, para uma análise primordial coletiva com a comunidade. Esperamos que as mulheres possam acompanhar todas as etapas da pesquisa, sendo as pessoas pesquisadas e também as pesquisadoras, mas ao longo do desenvolvimento desta, percebi que não foi possível esse acompanhamento na íntegra. Deste modo, foi feito um quadro sistematizando as categorias analíticas, com os conceitos teóricos a partir do que entendemos de cada categoria para a melhor compreensão e os dados a partir da oralidade conforme as falas das entrevistadas.

Deste modo, seguimos para o segundo capítulo da dissertação, em formato de artigo já trazendo os dados da pesquisa, contextualizando o território das quebradeiras de coco babaçu do Sul do Piauí. O artigo foi submetido no dossiê temático: A violência contra povos do campo, das águas e das florestas nas Comissões da Verdade: um olhar das experiências do Brasil e da América Latina. RURIS (Campinas, Online) em maio de 2023.

² É um software licenciado pela GNU GPL (v2) que permite fazer análises estatísticas sobre corpus textuais e sobre tabelas individuais/palavras. Ele ancora-se no software R (www.r-project.org) e na linguagem python (www.python.org). (Disponível em: http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/Tutorial%20IRaMuTeQ%20em%20portugues_17.03.2016.pdf)

CAPÍTULO 2

Filhas das nascentes: memórias das mudanças sócio territoriais das quebradeiras de coco babaçu no ecótono do Sul Piauí³

Resumo: Este artigo tem o objetivo de apresentar parte dos conflitos vivenciados pelas quebradeiras de coco babaçu que ocupam há várias gerações a região Sul do Piauí, onde vigora uma área de expansão do agronegócio, denominada MATOPIBA. A partir de revisões documentais, a metodologia da pesquisa é qualitativa, participante e colaborativa dialógica, além da produção/análise do documentário Filhas do Coco. Considerando as memórias e o conteúdo das narrativas das quebradeiras, fica explicitada a tentativa de (des)territorialização, em favor da implementação do agronegócio instalado na região, mediante a adoção de políticas estruturadas pelo estado Brasileiro, como forma de apoio/fortalecimento do setor agrário.

Palavras-chaves: Gênero, Território, Matopiba, comunidades tradicionais.

Abstract: This article presents part of the conflicts lived by Babaçu coconut breakers who have been lived for several generations in the southern region of Piauí, an area of agribusiness expansion, known as MATOPIBA. Based on documentary reviews, the research methodology is qualitative, participant and collaborative dialogic, in addition to the production/analysis of the documentary “Filhas do Coco”. Considering the memories and the content of the breakers' narratives, the attempt to (de)territorialize the region in an attempt to implement the agribusiness installed in the region is made explicit through the adoption of policies structured by the Brazilian state as a way to support/strengthen the agrarian sector.

Keywords: Traditional communities, Gender, Territory, Matopiba

1. Introdução

Na região do ecótono Cerrado-Caatinga⁴ e seus povos, especificamente os da região sul do Piauí, vivem uma dualidade na concepção do território. Para os empresários do setor agrário representa a capital do agronegócio ou parte importante do que se convencionou denominar “Celeiro do Cerrado”. Por outro lado, para a população de camponeses e camponesas configura-se no território das Chapadas das Mangabeiras, que simboliza a riqueza, a produção de alimentos e a reprodução da vida e lócus da articulação do seu pertencimento à terra.

Esse dualismo retrata uma disputa ideológica, que se sustenta com diferentes níveis de força e se articula com diferentes narrativas. O ponto de partida do presente artigo está ancorado no embate acerca do entendimento de território nesse espaço rural, localizado no sul do Piauí. Pretendemos articular as contradições que se expressam no campo semântico de cada classe

³ Artigo submetido no dossiê temático: A violência contra povos do campo, das águas e das florestas nas Comissões da Verdade: um olhar das experiências do Brasil e da América Latina. RURIS (Campinas, Online) [recurso online], Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Estudos Rurais. 2023.

⁴ Região de transição entre os biomas Cerrado e estendendo ao bioma da Caatinga, fica localizado no Nordeste brasileiro, uma parte dessa zona de transição está presente na região sul do estado do Piauí, possuindo uma ampla diversidade biológica e deste modo caracterizando riqueza em bens de sociobiodiversidade, na medida que os povos que vivem na região, se beneficiam da natureza e coevoluem com ela.

social representada nessa disputa. Cada lado busca sua consolidação ou supremacia por meio de diferentes narrativas construídas mediante um discurso que apresenta a sustentabilidade como parâmetro para assegurar sua hegemonia. No que se refere aos povos tradicionais, daremos especial destaque às mulheres quebradeiras de coco babaçu, que vivem há várias gerações da coleta do fruto da palmeira babaçu, amplamente disponibilizado pela biodiversidade local.

A região faz parte da política que estabeleceu o que se convencionou chamar de Matopiba (acrônimo para os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia⁵) e que representa um dos territórios de desenvolvimento agrícola do Brasil. O embate foi estabelecido a partir do avanço da fronteira de expansão do agronegócio sobre as áreas de comunidades tradicionais que passaram a ser incorporadas para a produção de commodities. O Estado é o interlocutor das disputas, segundo narrativa dos povos tradicionais que ali vivem.

Para melhor compreensão do conflito é necessário conhecer a ocupação original desse território e como ele está sendo reconstruído. Como os povos tradicionais, especificamente, as mulheres quebradeiras de coco babaçu da comunidade Sítio, inserida no município de Cristino Castro, estão vivendo e sentindo as mudanças na região e adjacências, e como esses processos interferem no modo de vida⁶, na memória⁷ e na identidade⁸ dessas mulheres.

As quebradeiras de coco babaçu são mulheres extrativistas que mantêm a si próprias, suas famílias, suas comunidades e seus territórios, por meio da extração do fruto da palmeira do babaçu. Essa atividade guia o modo de vida de cerca de 400 mil mulheres nos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, na medida que se organizam como um movimento que luta pelo protagonismo e papel de guardiãs das florestas dos babaçuais, pelo direito à terra e ao território, pelo acesso ao babaçu livre e pela prática da agroecologia e valorização dos conhecimentos tradicionais (MIQCB, 2020).

O presente trabalho está embasado nas memórias das quebradeiras de coco e tem como objetivo compreender como essas mulheres vão compondo a práxis (campo de conhecimento e prática) no território, por elas nominado, Chapada das Nascentes. Para tanto, são caracterizados

⁵ Foi composto como um plano de desenvolvimento agropecuário que abrange parte dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, estimulando a produção de commodities - soja e milho, por um lado, ao mesmo tempo em que impactam negativa e violentamente os bens naturais, as terras e territórios dos povos que vive nas regiões, priorizando o desenvolvimento econômico que se baseia na exploração da terra (Favoreto *et al.*, 2019).

⁶ Sacramento (2019) associa modo de vida às relações de trabalho, às atividades produtivas, às relações de confiança, amizade, solidariedade e partilhas que marcam uma determinada população há gerações.

⁷ Entendendo o trabalho da memória como expressão de afetos e exercício contínuo de formação de identidade (Silva, Mori; 2022).

⁸ Concebida pela relação entre a construção da imagem de si, a partir da representação do eu, que é assimilada pelos outros, e a imagem de como esses outros a enxergam na medida que esse eu se auto define (Barbosa, 2016).

os processos de formação desse território, evidenciando suas contradições e as críticas da concepção que se tem a partir da ação do Estado, por meio da reflexão da população que se auto reconhece como filhas das nascentes, e que esperam sejam reconhecidas, já que são as ocupantes históricas do território, entendido como lugar onde se formam importantes bacias hidrográficas da região, mas também os lócus de reprodução do trabalho e de vida.

2. Metodologia

Esta pesquisa é caracterizada como qualitativa, uma vez que segundo Godoy (1995) estuda fenômenos que envolvam seres humanos e suas relações em diferentes contextos, podendo ser melhor compreendidos no ambiente em que ocorrem ou do qual fazem parte, segundo um enfoque integrado, na perspectiva das pessoas envolvidas.

Buscou-se a abordagem qualitativa associada à pesquisa participante e colaborativa dialógica, que segundo Colette (2017), vai além das experiências e parte de proposições e articulações conjuntas, assumindo um compromisso com o diálogo e a ação transformadora.

A coleta de dados se deu por meio de revisão documental em relatórios de pesquisas, boletins cartográficos, de entrevistas semiestruturadas, bem como por meio da produção de um vídeo documentário. Além disso, foi feita observação participante e diálogos abertos com o apoio de caderno de campo e gravador. O público considerado abrangeu cerca de vinte mulheres quebradeiras do coco babaçu da comunidade Sítio. Os encontros foram organizados a partir das disponibilidades das participantes, de forma a não atrapalhar a organização do trabalho. Nesse sentido, parte das entrevistas ocorreu no âmbito da dinâmica do trabalho com o coco ou nos afazeres domésticos.

A seleção do público deu-se a partir de indicações das lideranças quebradeiras, uma vez que são elas as mulheres mais maduras da Comunidade. Posteriormente, essas lideranças foram indicando outras quebradeiras, incluindo mulheres mais jovens, que se configuram como a juventude quebradeira. Esse formato de pesquisa contempla a técnica da bola de neve, que segundo Vinuto (2014) configura-se como uma amostragem não probabilística, utilizando cadeiras de referência, construída com informantes-chaves, localizando pessoas para a pesquisa. Além disso, foi feita uma conversa virtual com o Coordenador regional da Comissão Pastoral da Terra (CPT-PI)⁹. A pesquisa se deu de acordo com a disponibilidade das

⁹ Buscou-se diálogo com o agente da CPT, pois ele é um informante/sujeito chave porque a natureza de seu trabalho como educador popular junto às comunidades lhe permite uma visão aprofundada dos territórios camponeses para além da comunidade Sítio, que estão em conflito com o agronegócio.

quebradeiras, refletindo as suas realidades de vida como mulheres, mãe, esposas e trabalhadoras do campo em suas múltiplas funções.

As entrevistas e a construção da narrativa documental também serviram como registro para posterior análise de dados. O roteiro do documentário¹⁰ levou em conta a história da Comunidade, segundo a narrativa da memória das quebradeiras. Houve uma articulação conjunta com a Escola de Teatro e Vídeo Popular do Piauí: Cenas Camponesas¹¹.

A organização dos dados foi feita por meio do software Iramuteq¹². Foram criadas categoria temática, a partir das sugestões dadas pelo software e, conforme a oralidade das mulheres, foi feita análise de discurso. Que segundo Gil (2002), trata-se de um método de variedade de diferentes enfoques de estudo e interpretação de textos, a partir de diferentes tradições teóricas e diversos tratamentos, na medida que reflete que a linguagem não é um meio neutro de pensar ou apresentar o mundo, mas discurso fundamental na construção da vida social.

Os nomes das quebradeiras foram substituídos por abreviaturas, por questões éticas e para não expor as mesmas nos conflitos, já que se trata da caracterização do modo de vida camponês, em região de fronteira agrícola. Além disso, como modo de segurança para as interlocutoras de pesquisa e para assegurar as formas de ética de pesquisa, foi lido junto com as mulheres o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, a partir da concordância houve a assinatura. Todas as mulheres indicadas aceitaram participar da pesquisa.

3. Entre chapadas e baixões, o Matopiba como reflexo do capitalismo no campo: uma dualidade ideológica na construção do território sul do Piauí

Para que se entenda as mudanças no território das quebradeiras de coco babaçu, é preciso compreender a região a partir dos processos que estão articulados da formação social do território, a partir do campesinato, até a macrorregião, conforme foi construído de acordo com as políticas estatais. Dessa forma, iremos contextualizar a construção do território, fazendo uma análise em seu contexto histórico de acordo com a origem dos povos e das diferentes narrativas na região.

¹⁰ Documentário Filhas do coco, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VSqqfF5cbxw&t=6s> com 14 minutos e 38 segundos.

¹¹ Projeto de extensão universitária, coordenado pela professora Kelci Anne Pereira, que visa articular o vídeo e o teatro como ferramenta de cultura e resistência camponesa.

¹² http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/Tutorial%20IRaMuTeQ%20em%20portugues_17.03.2016.pdf

3.1. Chapada das Nascentes: o território a partir de seu povo

Para Santos (2006), território pode ser entendido como espaço de uso que considera a harmonia entre lugares e pessoas e a capacidade dos seres humanos que ali habitam de perceberem a natureza como bem natural e não como um recurso (sem instrumentalizar aquele espaço físico). Complementarmente, na visão de Santos (2020), o território congrega seu aspecto da ancestralidade, como vínculo dos sujeitos ao lugar, ao modo de vida, na expressão do território como identidade, no qual afirma que “a terra não pertence às pessoas, as pessoas é que pertencem à terra”.

Nesse contexto que se recorre à história, uma vez que foi justamente nessa região dos Cerrados que ocorreu os primórdios da ocupação humana. Há vestígios, presentes nos Sítios Arqueológicos (Serra da Capivara¹³) que as primeiras populações constatadas foram de descendentes dos povos originários que habitavam as terras do Piauí, em especial as etnias Tremembés, Gueguês, Timbira, Tabajaras, Acroás e Pimenteira (BRASIL, 2012). Essa constatação sugere que os povos tradicionais do Cerrado já vivem nessa região há mais de doze mil anos.

A partir de dados secundários (ANDRADE, 1986; ASSIS, 2016; NUNES, 2020), pode-se compreender que a base das formações dos povos do Piauí se deu principalmente conforme três frentes de expansão: a frente indígena, frente quilombola, a frente de expansão dos vaqueiros.

A frente de expansão dos indígenas é representada pelos povos originários que primeiramente fizeram a ocupação do território. O processo de colonização no Piauí foi considerado tardio, o que facilitou a predominância de indígenas que se refugiaram de outras regiões já invadidas e colonizadas do Nordeste. Posteriormente, com a consolidação das fazendas de gado na região, os grupos indígenas que viviam no território foram nomeados como Pimenteiras. Vistos como ameaças, esse grupo sofreu várias tentativas de extermínio, principalmente dos homens. Já as mulheres e as crianças tinham suas vidas preservadas segundo um processo, que os colonizadores, definiam como “domesticação” para serviços nas fazendas de gado (ASSIS, 2016).

Já a frente de expansão quilombola no Estado do Piauí se deu como parte da construção desse território, na medida que o mesmo foi ocupado e é composto de forma significativa pela presença estruturante dos negros, uma vez que essa região foi estabelecida como uma rota de

¹³ Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/42>

fuga, dentro do contexto do sistema escravocrata que imperava no Brasil. Esse aspecto é confirmado pela presença de mais de 140 comunidades quilombolas presentes no Estado. Em grande medida elas representam a resistência contra a escravidão. Esse processo foi possível por meio do desenvolvimento das atividades agropastoris e de agricultura familiar (NUNES, 2020).

A frente de expansão dos vaqueiros também se deu desde a época da colonização, onde o litoral do Nordeste foi alvo de disputas entre franceses e portugueses. As correntes de vaqueiros e criadores de gado da Bahia subiram para região das Chapadas Diamantina e atravessaram as chapadas entre Maranhão e Piauí, expandindo-se pelas terras do Rio Parnaíba. Ainda nos dias atuais, o sul do Piauí conserva a influência da ocupação dos vaqueiros na região (ANDRADE, 1986). Essa frente de ocupação foi responsável pela criação de uma das primeiras cidades, hoje conhecida como Currais, onde a influência da atividade agropastoril dos vaqueiros ainda é predominante.

Em certa medida, essa configuração sustenta as diferentes visões e narrativas construídas sobre a região Nordeste. De um lado, a construção do Nordeste como foco de discussão de políticas voltadas para seca, que precisa ser acudido por propostas emergenciais-precisa do remédio da política assistencialista. Por outro lado, existe o nordeste apto de ser incorporado ao “desenvolvimento”, que sustenta a "última fronteira agrícola" e que seria a salvação do Brasil. Com uma política de ocupação de lugares considerados vazios demograficamente, mas rico em recursos para sustentar a produção de commodities.

Essas visões, ainda que diametralmente opostas, reforçam a narrativa vista pela lente de políticas distorcidas em relação a realidade do povo do Nordeste, que, apesar disso, desenvolve, reproduz e preserva tecnologias ancestrais de convivência com a seca. E é essa realidade que tem sido invisibilizada pelas políticas públicas elaboradas para a região e que parte da concepção de que há espaços vazios.

Esse processo não é novo na região do Cerrado, mas recentemente vem sendo defendido como modernização agrícola, viabilizada por meio da implantação de infraestruturas e subsídios e créditos rurais. A partir de 1980, os cerrados Piauienses foram integrados no processo de projetos de colonização por meio da migração de pessoas de outras partes do Brasil, principalmente da região sul (BRASIL, 2012). Conforme Spadotto e Coguetto (2019), a expansão dos projetos do agronegócio no sul do Piauí, ocorreu com o controle de terras articuladas pelo capital financeiro, caracterizando as formações do território de acordo com as

horizontalidades nas comunidades camponesas e as verticalidades em função do avanço do agronegócio. Na medida que afirmam:

Ao analisar as práticas cotidianas dessas comunidades [camponesas], percebe-se que suas horizontalidades são dependentes da manutenção e do respeito à biodiversidade (agro)ecológica. Ou seja, o trabalho e a política desenvolvidos por esses sujeitos convergem com a definição de um ambientalismo próprio e necessário para suas existências (SPADOTTO E COGUETO, 2019 p. 213).

Os autores salientam as relações de cuidado que as comunidades camponesas do sul do Piauí têm com seu território, articulado como seus lócus de vida, na medida que trazem a denúncia das disputas agrárias e formas de apropriação de terras na região, o que chamam de verticalidades decorrentes do avanço do agronegócio.

A partir das relações de disputas de forças nesses territórios, os camponeses, antes tidos como agentes passivos do conflito, começam a articular estratégias de resistência para o fortalecimento dos seus modos de vida, como espaço de manutenção da socioagrobiodiversidade e reprodução de vida.

Entre as estratégias adotadas, está a terminologia como eles denominam o território. Em lugar de Chapada das Mangabeiras, utilizada pelo Estado, os povos tradicionais do sul do Piauí, inseridos nesse território, preferem utilizar a denominação de Chapada das Nascentes, uma vez que a região se encontra em uma zona onde incidem as principais nascentes do rio Paraíba.

De acordo com as declarações de Altamiran Lopes Ribeiro¹⁴, os povos camponeses da região se autodenominam como os filhos das nascentes, responsáveis e guardiões desse território. A Chapada das Nascentes, portanto, representa sua identidade e vinculação com a terra.

Além da perspectiva histórica, para compreender outras dimensões desse conflito é necessário que se faça a reflexão a partir de como o Estado organiza os territórios de desenvolvimento do Piauí, ou até mesmo sobre a criação do Matopiba. Antes do avanço da fronteira agrícola nessa região, o território Chapadas das Nascentes já existia e fazia parte da construção dos povos que ocupavam e co-evoluíam com esse bioma.

A discussão da nomenclatura do território esteve presente no evento do “1º Seminário de Perspectivas Populares Sobre o Projeto MATOPIBA”, onde os representantes camponeses mostraram-se descontentes com a desconsideração do Estado em relação a sua não

¹⁴ Coordenador Regional da Comissão Pastoral da Terra do Piauí (CPT-Piauí).

representação nos territórios. Altamiran afirma que levou a demanda dos filhos das nascentes para a Secretaria de planejamento do Estado do Piauí (Seplan), mas não obteve respostas.

A demanda pelo reconhecimento e mudança do nome do território é legítima, na medida que sua denominação original - Chapada das Nascentes - tem uma simbologia e representatividade dos povos (camponeses e camponesas) daquela localidade. Essa expressão representa as nascentes, os brejos, os baixões, os poços jorrantes da região e que são essenciais para a formação e manutenção dos recursos hídricos do estado do Piauí e para a proteção de todos os recursos naturais do Cerrado Piauiense.

No plano de nascente do Parnaíba, a Codevasf (2016) aponta os prejuízos causados pela expansão da fronteira agrícola nessa região, uma vez que ela representa o local onde o rio tem suas nascentes e onde se encontra os seus principais afluentes, como o Uruçuí-Preto e o Rio Gurguéia (LIMA, 2017). Além disso, há influência nas águas subterrâneas presentes nos aquíferos do Estado, sobretudo o aquífero Cabeças, localizado no Vale do Gurguéia, que segundo o MMA (2016) é considerado como de maior contribuinte hidrogeológico da Bacia do Parnaíba.

Também Martins (2014) em seus estudos a partir do Ministério do Turismo, corrobora para se repensar esse território a partir das nascentes, na medida que considera as regiões piauienses como polos, que se estendem por 17 municípios do sul do Piauí e que, coincidentemente, a Cepro e Seplan consideram como Chapadas das Mangabeiras.

É preciso que se entenda que na medida que as populações se organizam politicamente para defender-se e seus território, seu modo de existir, elas decidem como estratégia política rebatizar o território, no apelo pelas questões das águas, que é muito mais forte que a questão unicamente de um fruto do região, embora a mangaba seja um fruto nativo do Cerrado, a ideia de identidade de uma região rica em água, tem muito mais força que a chapada das Mangabeiras e realça esses sujeitos com guardiãs que se conectam com a sociobiodiversidade. Isto reequilibra as forças, em especial o apoio dos aglomerados urbanos. Assim, cria-se uma narrativa contrária ao agronegócio impulsionado pela criação do Matopiba.

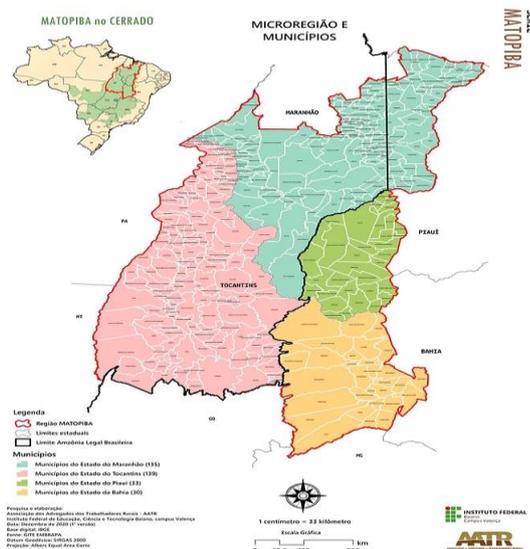
3.2 O Matopiba

O “Matopiba” foi criado como uma política pública de desenvolvimento para os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, implementado pelo Decreto nº 8.447 de 06 de maio de 2015, que dispunha da criação do Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do Matopiba, assim como da criação de seu comitê gestor. O PDA foi criado com finalidade de promover e coordenar as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico por

meio das atividades agropecuárias nos referidos estados para a melhoria da qualidade de vida da população (BRASIL, 2015).

Para Favoreto et al. (2019), essa política acabou tomando efeitos contrários, favorecendo processos de desigualdades sociais nesses Estados e servindo como apoio ao capital estrangeiro, por meio da apropriação de terras (AATR, 2020), grilagens e conflitos agrários (Porto-Gonçalves *et al.*,2016). Os Estados abrangidos por essa política estão divididos em microrregiões e municípios conforme a figura 01. Conhecida como “última fronteira agrícola”, comporta cerca de 73 milhões de hectares do Cerrado brasileiro (AGUIAR *et al.*,2021). Uma das mesorregiões que está articulada dentro e na lógica dessa política é a região conhecida como Chapada das Mangabeiras.

Figura 01: Estados que compõem o Matopiba



Fonte: (AATR, 2021)

A formação geográfica das Chapadas, se caracteriza entre os baixões e os topos das planícies, de acordo com a morfologia geográfica. E foi justamente nesta região que se deu a ocupação das terras pelo agronegócio, responsável pela parcial supressão dos povos que faziam o uso desse bioma para a coleta dos frutos do Cerrado, ervas medicinais e criação de gado. Esse formato facilitou a concentração dos povos nas áreas dos baixões. Mais recentemente até estes locais estão sob pressão, por meio de formas diretas e indiretas de violências e violações.

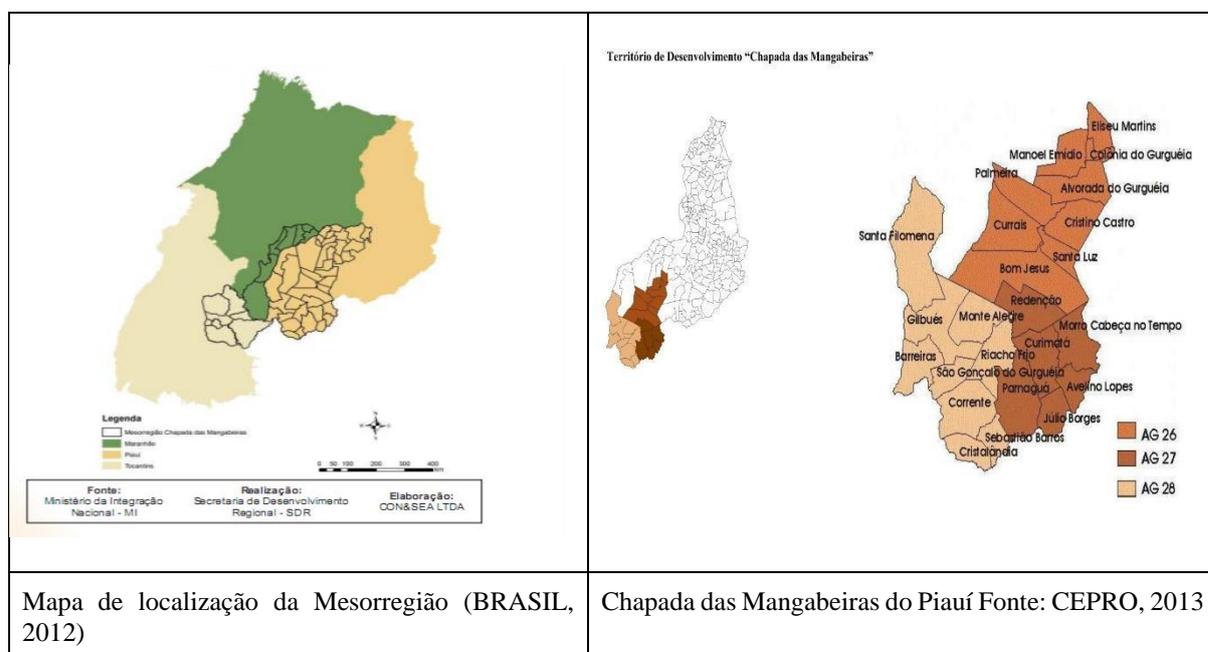
3.3 A mesorregião Chapada das Mangabeiras

A mesorregião das Chapadas das Mangabeiras está situada no Norte e Nordeste Brasileiro, abrangendo municípios dos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins. Compreende cinquenta e quatro (54) municípios, sendo oito (8) no estado do Tocantins, sete (7) no Estado

do Maranhão e trinta e nove (39) no estado do Piauí. Possui uma extensão de 154.324,01 Km² com uma média populacional de 407.411 habitantes (BRASIL, 2015). Assenta-se sobre nove microrregiões: Alto Médio Gurguéia, Alto Parnaíba Piauiense, Bertolândia, Chapada das Mangabeiras, Chapadas do Extremo Sul Piauiense, Floriano, Gerais de Balsas e Jalapão (BRASIL, 2012). Conforme pode ser visto na figura 02a.

A Chapada das Mangabeiras, que se encontra na região sul do estado do Piauí e é composta por 39 (trinta e nove) municípios (BRASIL, 2015). O Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí - CEPRO (2013) fez a sistematização da situação socioeconômica do Piauí, mapeando os territórios de desenvolvimento do Estado, a composição dos municípios que Chapada das Mangabeiras segue conforme a imagem 02b.

Figura 02: Chapada das Mangabeiras



Essa divisão se deu, inicialmente, por meio da Lei Complementar nº 87, de 2007 que estabeleceu o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável no Piauí, estabelecendo 4 microrregiões, 11 territórios e 28 conglomerados. Alterada pela lei 6.967 em 2017, a região passou a ter 12 territórios de desenvolvimento, com a criação do Território Vale do Itaim, subdividido do Território Vale do Rio Guaribas (BRASIL, 2017).

Assim, de acordo com o Diário Oficial, a Macrorregião 04 classificada como Cerrado (Território de Desenvolvimento 11), a Chapada das Mangabeiras, que foi dividido em três aglomerados (BRASIL, 2017). Foi nessa mesma perspectiva que a Secretária de Estado de

Planejamento do Piauí (SEPLAN-PI), criou a denominação dos territórios de desenvolvimento do Piauí, com suas potencialidades. Os territórios foram definidos como: Planície Litorânea, Cocais, Entre Rios, Carnaubais, Vale dos Rios Piauí e Itaueira, Vale do Sambito, Vale do Rio Guaribas, Tabuleiros do Alto Parnaíba, Chapada do Vale do Rio Itaim, Vale do Canindé, Serra da Capivara e Chapada das Mangabeiras.

A caracterização feita pela SEPLAN (2015) mostra os territórios piauienses com os investimentos e projetos empresariais com apoio do Estado. Nas Chapadas das Mangabeiras os investimentos foram aplicados para as diversas atividades agropecuárias como pecuária de corte – bovinos, agricultura de alto rendimento – soja, algodão, milho e arroz, fruticultura/agricultura irrigada e de mineração (calcário para correção de solo). Esses processos de investimentos, entre outros fatores, desencadeiam uma série de olhares empresariais para a região, bem como conflitos entre as populações locais (que lutam por seus territórios e modos de vida) e o setor empresarial (SPADOTTO, COGUETO, 2019).

Na medida em que o Estado desconsidera os camponeses como sujeitos produtivos da região, esses tendem a desaparecer, não sendo considerados como público carente de políticas públicas. O Estado menosprezou os povos da região, que carregam a visão tradicional desse território, seja por seus modos de vida, seja a partir dos seus olhares internos como povos do campo, que reforçam a visão de que a presença das nascentes é essencial para a região. Também favoreceu a política do esquecimento¹⁵, na medida que financia as feiras do Piauí Exposhow, em que não aparece as vozes dos camponeses ou das quebradeiras de coco, ele está contribuindo para a política do esquecimento/silenciamento.

Esses processos, apoiados numa lógica geopolítica maior, acabam gerando a financeirização e mercantilização do campo, nas regiões do Matopiba. Essa mesma lógica ampara a apropriação e especulação de terras voltadas para a produção e reprodução do agronegócio no Cerrado¹⁶. Segundo dados da FIAN, REDE, CPT (2018), os fundos de pensão dos Estados Unidos e da Europa foram e são fundamentais em tal dinâmica. Os relatórios dessas instituições denunciam que esses processos envolvem práticas de invasão e apropriação de territórios e violam uma série de direitos humanos das populações do campo e das florestas,

¹⁵ Walter Benjamin conceitua a política de esquecimento conforme a lógica proporcionada pelo Estado na intenção de silenciar algumas vozes e/ou amplificar outras, que se materializa nas bases capitalistas. Na medida que o conceito de memória e esquecimento são construídas pelo capital, onde as vivências individuais sobressaem sobre as coletivas e assim as memórias vão se transformando em algo fácil de manipular ou destruir (GUIMARÃES, 2019).

¹⁶ Por conta dessa apropriação dos bens naturais no bioma, entre 2013 e 2015 foram subtraídos mais de 18 mil Km² da cobertura florestal originária do Cerrado, equivale a cada dois meses uma área do tamanho da cidade de São Paulo em florestas, uma boa parte no Matopiba. (FAVORETO *et al.* 2019).

particularmente nas regiões onde o projeto da agricultura empresarial do Matopiba se expande, conforme Tabela 01.

Tabela 01: Direitos e violações recorrentes no âmbito do agronegócio da região do Matopiba

Direitos violados	O que assegura
O Direito Humano à Alimentação Adequada	Art. 25 (1) na Declaração de Direitos Humanos (DUDH), e está previsto no Artigo 11 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais (PIDESC). Reafirmado no Artigo 12 da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e no Artigo 24 da Convenção Internacional Sobre os Direitos da Criança (CRC).
O direito à água e ao saneamento	Art. 11 do PIDESC; Resolução da Assembleia Geral da ONU 64/292; Comentário Geral 15 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU (CDESC); Art. 14(2) do CEDAW; Arts. 20, 26, 29 e 46 da CRC.
O direito à saúde	Art. 25 da DUDH; Art. 12 do PIDESC
O direito à moradia	Art. 25 da DUDH; Art. 11 do PIDESC; Comentários Gerais 4 e 7 do CDESC
O direito ao trabalho	Art. 6 do PIDESC
O direito de não ser privado de seus meios de subsistência	Arts. 1.1 e 1.2 do PIDESC
O direito de participar na vida cultural	Art. 15.1 do PIDESC
O direito à educação	Arts. 13 e 14 do PIDESC
O direito de participar da condução dos assuntos públicos	Art. 25 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP)
O direito à liberdade e a segurança individual	Art. 9 do PIDCP
O direito à liberdade de expressão e opinião	Art. 19 do PIDCP
O direito ao livre acesso à informação	Art. 19 do PIDCP
O direito à liberdade de associação	Art. 22 do PIDCP
O direito de ir e vir	Art. 13 da DUDH
O direito a um meio ambiente saudável	Resolução da Assembleia Geral da ONU 45/94 e o Protocolo de San Salvador para a Convenção Americana de Direitos Humanos, Art. 11.

Elaborado pelas autoras Fonte: (FIAN, REDE, CPT, 2018)

Confirmando essa situação de apropriação, os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017) mostram o aumento da concentração de terras no Matopiba, em consequência do processo de expansão do agronegócio, conforme pode ser verificado na Tabela 02.

Tabela 02: Propriedades rurais Matopiba

Extensão	Nº de imóveis	Área total
Até 10 hectares	732.141 imóveis	1.941.001 hectares
De 10 a menos de 100 hectares	202.001 imóveis	13.987.236 hectares
De 100 a menos de 200 hectares	36.449 imóveis	5.788.796 hectares
De 200 a menos de 500 hectares	20.652 imóveis	8.473.619 hectares
De 500 a 1000 hectares	7.975 imóveis	6.758.444 hectares
De 1000 a 2500 hectares	4.274 imóveis	8.873.071 hectares
De 2500 a 10000 hectares	2.303 imóveis	18.010.353 hectares

Elaborado pelas autoras. Fonte: (IBGE 2017, Observatório Matopiba 2021)

3.4 As consequências: a partir dos olhares das filhas das nascentes

Essa expansão do controle de terras na região do Matopiba impacta diretamente os territórios camponeses, refletindo-se nos intensos conflitos sociais e agrários na região. E é nesse cenário de conflitos que as quebradeiras de coco se encontram, já que fazem parte da população atingida pelo avanço da fronteira agrícola e sofrem com os intensos processos de perdas de territórios para o desenvolvimento do capital agrário.

Baseando-se nos dados do censo agropecuário de 2006, e em acordo com as informações das ONGs FIAN, REDE, CPT (2018), foi possível constatar que os estabelecimentos agropecuários do Matopiba ocupavam, naquele período, uma área de 34 milhões de hectares, com um total de 324 mil estabelecimentos, distribuídos conforme pode ser observado no Gráfico 01. Ao se atualizar os dados com o censo agropecuário de 2017 foi possível constatar que houve uma ampliação do porte dos estabelecimentos do setor agropecuário da região do Matopiba, o que está retratado na Tabela 02, onde se vê uma maior concentração de terras, na forma de grandes propriedades.

De modo geral, esses estabelecimentos empregam pouca mão de obra e concentram a renda, demonstrando, assim, como se articula de forma perversa e destrutiva o capitalismo no campo.

Figura 03: Estabelecimentos agropecuários no Matopiba



Elaborado pelas autoras
Fonte: (FIAN, REDE, CPT, 2018)

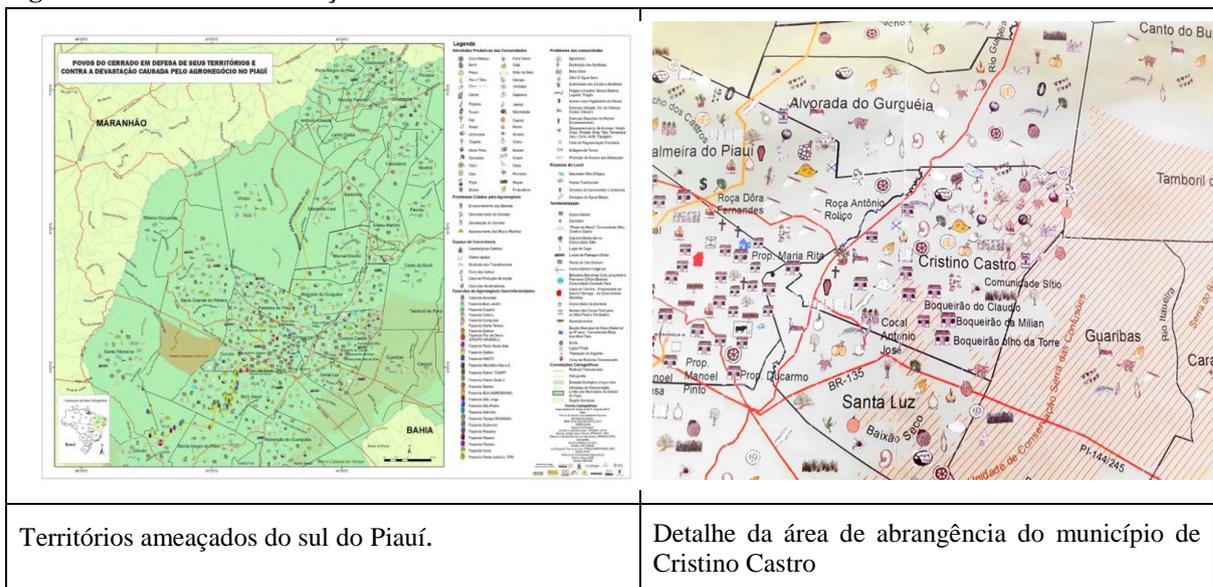
Esses fatos indicam que os conflitos por terra no Piauí têm sido acirrados e se tornado uma realidade comum, o que faz dele o segundo estado com maior número de processos de reivindicações por terras por camponeses. Paralelo a esse fato, o estado do Piauí é um dos

campeões na insegurança de posse da terra, o que causa um forte impacto social, econômico e cultural das populações locais que sofrem as desapropriações para as monoculturas empresariais (FIAN, REDE, CPT, 2018). Entre os povos que estão sofrendo esses processos de perdas de terras e territórios estão as quebradeiras de coco babaçu. Além do Piauí, estes grupos estão distribuídos pelo Tocantins, Maranhão e Pará.

Estas perdas facilitaram a organização das lutas das quebradeiras de coco. O projeto **Nova Cartografia Social dos Babaçuais: Mapeamento Social da Região Ecológica do Babaçu**, coordenado Alfredo Wagner Berno de Almeida com uma equipe de pesquisadores, juntamente com as quebradeiras de coco dos estados citados, organizaram um mapeamento social da região ecológica dos cocais no Piauí. Esse mapeamento caracterizou as áreas dos babaçuais, que se estendem em diversos estados que estão inclusos no plano de desenvolvimento agropecuário do Matopiba, sendo um elemento de luta e defesa dos territórios e bens naturais.

Além da caracterização social das áreas de babaçuais, o Projeto lançou um boletim informativo sobre os povos do Cerrado em defesa de seus territórios e contra a devastação pelo agronegócio no estado do Piauí. Também foi feita uma caracterização das áreas produtivas das comunidades tradicionais da região. O estudo elaborou mapas onde é possível ver a caracterização das comunidades tradicionais e o recorte das atividades na cidade de Cristino Castro (Figura 04). No mesmo documento, é possível averiguar que foram apresentadas uma série de denúncias dos povos do Cerrado, referentes às violações de seu direito ao território, à moradia e aos seus modos de vida.

Figura 04: Territórios ameaçados do Sul do Piauí.



Fonte: (Boletim Nova Cartilha Social dos babaçuais, 2019)

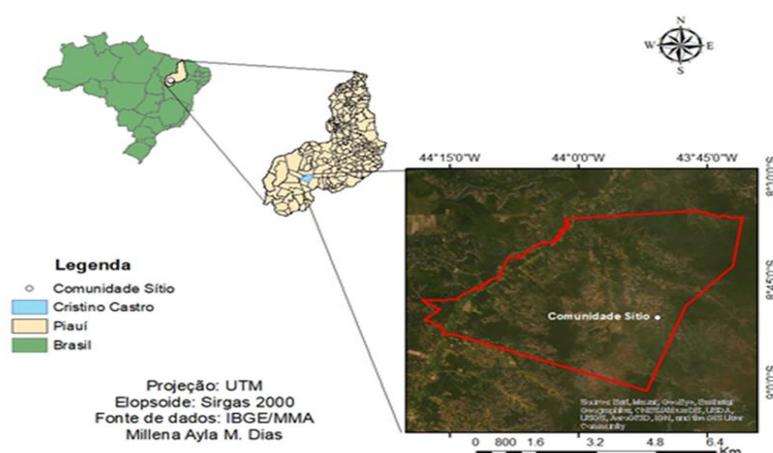
Pensando nos conflitos desses territórios, em 2021, a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, fez uma petição junto ao Tribunal Permanente dos Povos (PTT), para a realização de julgamento de crime de Ecocídio contra o Cerrado, ameaçando seus povos. Denúncias envolveram violências sofridas pelos ribeirinhos da comunidade Chupé e pelos indígenas Akroá Gamela da Terra Indígena Vão do Vico, do município de Santa Filomena, região do Piauí próxima a cidade de Bom Jesus, “a capital do agronegócio”. Contudo, essa sessão do julgamento foi ampliada para além desses territórios, incluindo toda a região da Chapada das Nascentes (imagem 3), na medida que os mecanismos dos conflitos são os mesmos e gerando visibilidade e proposta de justiça para os povos tradicionais da região (OLIVEIRA, 2022).

3.5 Caracterização da área

O município de Cristino Castro localiza-se no território das Chapadas das Mangabeiras (Alto Médio Gurguéia), tendo como limites as cidades de Colônia do Gurguéia, Manoel Emídio, Canto do Buriti, Santa Luz, Guaribas, Palmeira do Gurguéia e Alvorada do Gurguéia, no sul do estado do Piauí, nordeste brasileiro (BRASIL, 2004). Segundo dados do IBGE (2021) possui uma população de 10.464 habitantes, dos quais apenas 3.304 vivem na área rural. A cidade é conhecida popularmente pela presença de um poço de água jorrante chamado “Violeto”, no qual lança água uma altura de mais de 30m e com vazão média de aproximadamente um milhão l/h (CORDEIRO, 2018).

A comunidade Sítio fica localizada a cerca de 18 Km da sede do município de Cristino Castro (Figura 05) e tem em sua composição a base familiar, onde quase todos os moradores e moradoras têm algum nível de parentesco, o que, em certa medida, permite que seus modos de vida se mantenham ligados às mesmas raízes culturais.

Figura 05: Mapa de localização



Elaboração das autoras, 2021.

Há relatos de que, desde sua origem as famílias viveram com muito sacrifício e resistência pela permanência no território, principalmente pelo descaso do poder público, caracterizado pela ausência de políticas públicas e ações da gestão municipal para as especificidades da Comunidade, entre as quais se destacam: as altas taxas de analfabetismo, vias de acesso de péssima qualidade, falta de transporte, de energia elétrica e de água potável e, ainda, o fechamento da escola da comunidade (SOARES, LIMA, 2020).

a comunidade Sítio é bem mais velha que Cristino Castro. Relatos apontam que sua origem data de 150 anos. Não sei dizer ao certo a data e nem o nome do primeiro morador, porque eram bem mais velhos do que eu, não cheguei a conhecer, pois morreram eu ainda era criança. A gente ouvia minha mãe contar que a bisavó dela já era dona de umas terras aqui, então o Sítio já tem muitos anos de existência. O povo mais velho contava muita história dos moradores daqui, mais não lembro se eles falavam sobre quem foram os primeiros moradores. Sei que aqui já morou muita gente, aqui tinha muitas famílias, só que muita gente foi embora, aqui era um lugar sofrido (Quebradeira de coco babaçu da comunidade Sítio. SOARES; LIMA, 2020).

Em pesquisas realizadas anteriormente, (DIAS *et al.* 2021) expõem relatos da história da Comunidade, onde fica explícito que inicialmente duas famílias - Soares e Ferreira foram suas precursoras. Atualmente, a Comunidade seria composta por cerca de 79 pessoas, ademais observa-se que a população baseia, desde as mais remotas origens, sua atividade no extrativismo do coco babaçu, considerado como base para a formação, geração de renda e sobrevivência de praticamente todas as famílias do local.

Porém, segundo relatam as autoras, devido à expansão das fazendas no entorno da Comunidade, a atividade de extrativismo encontra-se em risco, já que frequentemente as dificuldades de acesso ao coco babaçu resulta na saída da juventude para cidades vizinhas, em busca de outras oportunidades de trabalho e sociabilidade.

A partir de dados obtidos nesta pesquisa e de outras autoras (SOARES; LIMA, 2020) é possível constatar a dimensão das dificuldades, em diversos níveis de ameaça à reprodução de suas vidas, estabelecendo uma relação direta com os conflitos territoriais recorrentes na região. Nesses relatos, os impactos causados pela transformação de uso e ocupação do solo são recorrentes nas falas das mulheres quebradeiras de coco, o que, em certa medida potencializou a organização do grupo.

Também, a necessidade de fazer a coleta do coco em áreas mais distantes ou a migração em busca de empregos em outras áreas na cidade de Cristino Castro e adjacências foi um motivador da organização da Comunidade. Tais dificuldades levaram as quebradeiras a

pensarem em outras formas de renda, de forma a garantir sua sobrevivência/manutenção da família.

Os fartos cocais, que antes eram de uso coletivo, estão em processo de conversão para propriedades privadas das fazendas que se instalam no entorno da Comunidade. A presença do gado e das cercas limita o acesso aos cocais. Essas pedagogias brutais, muitas vezes marcadas pela violência de gênero, são fatores marcantes para que as mulheres resistam aos crescentes processos de negação e se mobilizarem coletivamente para coletar o coco em outras regiões.

No documentário, *Filhas do coco*, construído como parte desta pesquisa, as quebradeiras seguem fazendo relatos, comparando as situações vividas, como se submetiam a trabalhar para poder ter como viver na comunidade e ter meios de conseguir se manter e preservar o território. Apesar de tais dificuldades, expressas escassez do coco, ou ausência do Estado com políticas públicas para fortalecer o extrativismo na região, as quebradeiras organizaram-se e vêm resistindo, por meio do desenvolvimento de novas formas de permanecer no território. Seja por meio da busca de novas áreas de coleta, seja mediante contatos com as redes de movimentos que estabelecem estratégias de resistência, buscando manter o modo de vida em e na comunidade.

Desse modo, as quebradeiras da comunidade Sítio se encontram em processo de organização e se aproximando assim de um movimento bastante consolidado no processo de resistência simbólica e material, expressa sobretudo nos cantares das quebradeiras. As canções retratam a resistência, mas, também, os fortes laços culturais que são fortalecidos pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), que para elas já é uma cultura fluida no cotidiano, a qual tende a se tornar política na medida que elas vão se reconhecendo como sujeitos políticos, no contato com esse movimento.

Por conseguinte, as formas de resistência atravessam a vida material e transcendem para as formas de expressão e cultura, como é o caso da música, meio por qual as quebradeiras cantam suas dores, fazem delas instrumento para denúncia e alerta do que está acontecendo com as florestas de babaçu. Conforme pode-se perceber na canção “Ei não derrube essas palmeiras”, do MIQCB. Na canção “Agora vamos para a luta”, as quebradeiras, em movimento, também expressam o modo de entender a luta pelo acesso ao coco e à terra, para garantir o território.

O coco é para nós grande riqueza, é obra da natureza ninguém pode dizer que não, porque da palha se faz casa para morar já é meio de ajudar a maior população, ei não derrube essas palmeiras, ei não devores os palmeirais, tu já sabes que não pode derrubar precisamos preservar as riquezas naturais...

Agora nós vamos pra luta, a terra que é nossa ocupar. A terra é para quem trabalha. A história não falha, nós vamos ganhar! Já chega de tanto sofrer! Já chega de tanto esperar! A luta vai ser tão difícil. Na lei ou na marra, nós vamos ganhar! Quem gosta de nós somos nós. E aqueles que nos vem ajudar. Por isso, con-fie em quem luta. A história não falha, nós vamos ganhar! Se a gente sofrer nesta luta. O sangue será a semente. Justiça vamos conquistar, A história não falha, nós vamos ganhar! O povo que sabe o que quer. Caminha pra na terra ficar. Pois terra é pra quem trabalha. A história não falha, nós vamos ganhar! Já soma uns trinta milhões, O povo sem-terra e sem pão. O jeito é lutar por nosso chão. Porque a história não falha, nós vamos ganhar. (MIQCB, 2014).

A resistência expressa pela cultura e suas canções se fortalece na medida que as mulheres se organizam coletivamente e unem-se por um bem comum, no propósito que manter em seu território ancestral e seus modos de vida. Apoiam-se e conectam-se nas experiências com as quebradeiras de outros estados, que também lutam pelo mesmo propósito - o da vida. A tabela 04 apresenta uma análise mais detalhada de aspectos sobre a Comunidade do Sítio, que sintetiza os principais avanços e desafios, conforme as mudanças da Comunidade.

Tabela 04: Principais avanços e desafios da comunidade Sítio

Avanços	Desafios
<ul style="list-style-type: none"> • Novas gerações estudam. • Acesso a políticas públicas para o semiárido. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fechamento da escola • Falta de infraestrutura como apoio à internet na região.
<ul style="list-style-type: none"> • Aprendizagem ancestral • Cosmovisão e valorização da palmeira. • Múltiplos usos do babaçu na região de alimento, trabalho e renda • Reunião do que o capitalismo cindiu –economia e cultura, conservação e produção extrativista. • Melhora a renda e nutrição das famílias. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de políticas de apoio ao agroextrativismo na pandemia.
<ul style="list-style-type: none"> • Contato com a CPT e MIQCB elevam o horizonte e a consciência política. • Contato com projeto de extensão da UFPI contribui para estímulo a criar novas formas de utilização e renda do extrativismo do babaçu e apoio para acesso a financiamentos. • Autonomia de renda para mulheres. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mulheres mais novas não permanecem na comunidade porque não percebem extrativismo com atividade possível.
	<ul style="list-style-type: none"> • Desmatamento, cercamento dos babaçuais e escassez do fruto nas redondezas. • Aumento das distâncias para a coleta do babaçu. • Contaminação das águas e ar da região. • Conflitos por terra.

Fonte (Dias *et al.*, 2021)

Segundo os relatos, a partida da juventude está relacionada à falta de oportunidades de estudos e de emprego, um direito essencial, em especial o acesso à escola, que está sendo

negado pelo fechamento da única escola da Comunidade. Ainda que, eventualmente, retornem às suas casas, a tendência, como elas mesmas relatam, com o passar do tempo, eles saíram “para a rua”, como expressão de ir morar na cidade, para estudar ou trabalhar. O resultado dessa migração é a permanência somente das mais velhas. Conforme a quebradeira pontua: “Meus sobrinhos e minha sobrinha saíram da comunidade a procura de vida melhor, porque tem uns que têm convicções diferentes e outros para estudar”.

Muitas das pessoas que saem da Comunidade para “procurar vida melhor”, vão para uma escola urbana, que não traz a compreensão de Cerrado e das quebradeiras como guardiãs da socioagrobiodiversidade, na medida que esses mesmos jovens serão a massa de trabalhadores dos empreendimentos do agronegócio, relevando, assim, a desecologização da mente, nessa relação de apropriação de um termo ecológico de um ponto de vista burguês.

Essa construção vai para além do acesso à escola, é o que Caldart (2016) pontua, quando se refere à educação do campo como desenvolvimento de uma educação pensada e centralizada na realidade dos trabalhadores do campo, como manutenção na desconstrução desse imaginário social que relaciona o campo como lugar de atraso. Nesse aspecto, é fundamental que a escola da comunidade seja reaberta, mas que tenha um planejamento pedagógico, que reflita processos educativos da vida dos trabalhadores do campo, como é o caso das quebradeiras de coco, na medida que, não se pode pensar a educação descolada das questões de trabalho, cultura, luta de classe e projetos de campo.

É nesse sentido que, uma das juventudes quebradeira relata seu processo de abandono escolar em decorrência da gravidez, que a impossibilita de frequentar uma escola na cidade. Fato esse que teria outra dinâmica, caso houvesse acesso à escola na comunidade. Logo, as gerações mais novas também são. Outro agravante é o período chuvoso, já que o acesso a comunidade fica comprometido, dificultando também o ônibus a levar e trazer as crianças para a escola.

É nesse sentido que, Molina (2015) contextualiza os fechamentos das escolas do campo, como estratégia do agronegócio de apropriação dos territórios e da força de trabalho dos camponeses, gerando a migração desses trabalhadores para as fazendas, reforçando o êxodo, rural, sobretudo dos jovens, conforme a quebradeira de coco relata : “o meu irmão trabalha na fazenda [...] Ele faz plantação, cuida de vaca, tira leite. Outra quebradeira afirma que ele trabalha na serra aqui em cima. Eles trabalham na Serra do Quilombo, em Palmeira, perto do Maranhão”. Nesses casos, as quebradeiras falam dos irmãos que fazem parte dos homens da

comunidade que trabalham nas fazendas das proximidades, outro fato bem comum nas falas das quebradeiras.

Molina (2015) ainda alerta sobre esse processo de cooptação do trabalho dos jovens do campo, propondo uma elevação de consciência das comunidades camponesas, ameaçadas pelo fechamento das escolas, na medida em que essa dinâmica é baseada em uma lógica gerada pelo agronegócio para produzir um campo sem gente, sem sujeitos.

4.0 Considerações finais

As formas de entender o território, segundo os povos tradicionais do ecótono (da região sul do Piauí) e os agentes do agronegócio, mediados pela intervenção do Estado, são diferentes e opostas. Para os povos do campo, o território é compreendido como lugar das nascentes que proporciona a vida na região. Apesar do entendimento divergente, a concepção do agronegócio considera esse potencial, por meio da geração de lucro pela exploração dos bens hídricos e da terra.

Para as quebradeiras de coco babaçu da comunidade Sítio, o território, antes de acesso livre a coleta do fruto, permitia a manutenção da vida, hoje se delimita a espaços reduzidos, mantidos por meio da resistência das mulheres. Mesmo com a aprovação da lei do babaçu livre no estado do Piauí, essas áreas continuam cercadas, privatizadas e sem a permissão de acesso pelas mulheres. Assim, a manutenção da identidade quebradeira, principalmente entre a juventude, se traduz nas constantes saídas da comunidade, para a busca de uma vida melhor, de oportunidade de estudos e empregos, quando estes mesmos jovens, não são capturados pela lógica do agronegócio, e se destinam ao trabalho da mais valia nas fazendas da região. Assim, o projeto de campo, sem jovens, sem pessoas, é articulado como estratégia do agronegócio para arrancar raízes de identidade e territorialidade e criar raízes de manutenção do capital no campo e exploração do Cerrado na produção de mercadorias que de não representam o real valor do território do sul do Piauí.

Mesmo assim as filhas das nascentes resistem às formas de expulsão dos povos do campo dos seus territórios, na medida que recriam os processos de trabalho e de vida possível na localidade, seja buscando o coco em outras comunidades ou seja se articulando nos movimentos sociais e sindicais que defendem o modo de vida e suas identidades, na articulação da manutenção de suas memórias como modo coletivo de vida.

Referências:

AATR (Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais); **Relatório INCRA e Poder Judiciário reconhecem fraudes na aquisição de terras no Brasil por fundo de pensão de TIAA-CREF/COSAN e Universidade de Harvard**. 17 de dezembro de 2020. Disponível em <<https://www.social.org.br/index.php/reports/relatorios-portugues/254-incra-e-poder-judiciario-reconhecem-fraudes-na-aquisicao-de-terras-no-brasil-por-fundos-de-pensao-de-tiaa-cref-cosan-e-universidade-de-harvard.html>> Acesso: 17/02/2023.

AGUIAR, D.; BONFIM, J.; CORREIA, M.; **Na fronteira da (i)legalidade: desmatamento e grilagem no matopiba**. 1ª edição, AATR, Salvador, 2021.

ANDRADE, M.C.; **A terra e o homem no Nordeste**; Brasiliense; Brasília, 1986.

ASSIS, R.F.; **os índios do território Serra da Capivara: história, memória e ensino**; Dissertação do programa de Mestrado Profissional em Ensino de História; Universidade Federal do Tocantins; Araguaína; 2016.

BARBOSA, V.O.; **Na terra das Palmeiras: Gênero, trabalho e identidades no Universo das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão**; Paço editorial.2018.

BRASIL, **Decreto nº 8.447**, de 6 de maio de 2015; disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/decreto/d8447.htm#textoimpressa o Acesso em: 14/02/2023.

BRASIL, **Lei Nº 6967**. De 03 de Abril de 2017; Disponível em:

<http://www.seplan.pi.gov.br/ppt.php> Acesso em: 19/02/2023.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Secretária de Desenvolvimento Regional; **Plano de Ação Integrada e Sustentável da Mesorregião da Chapada das Mangabeiras**; Brasília-DF; 2012.

BRASIL, Ministério de Minas e Energia; **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí: diagnóstico do município de Cristino Castro / Organização do texto [por] Robério Bôto de Aguiar [e] José Roberto de Carvalho Gomes. CPRM - Serviço Geológico do Brasil. Fortaleza. 2004.**

CALDART, R.S.; Pensando a educação dos camponeses; IN: WIZNIEWSKY, C.R.F.; MOURAD, L.A.F.A.; **Educação, memória e resistência popular na formação social da América Latina**; editora Evangraf; Porto Alegre; 2016.

CEPRO, Fundação Centro de pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí; **Piauí em Números**; 10ª edição, Teresina; 2013.

CODEVASF; **Bacia do Parnaíba abriga 4,8 milhões de pessoas, 279 municípios e três diferentes biomas**; 2016. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/noticias/2014/bacia-do-parnaiba-abriga-4-8-milhoes-de-pessoas-279-municipios-e-tres-diferentes-biomas> Acesso: 13/02/2023.

COLETTE, M.M.; **Contribuições da pesquisa-ação para o exercício da função social da universidade**. Tese de doutorado da Universidade do Grande Rio “Professor José de Souza Herdy, Rio de Janeiro, 2017.

CORDEIRO, H.S.; Aceso Piauí. **Poços Violeta derramam água sem aproveitamento econômico**. 02 de janeiro de 2018. Disponível em: https://www.acessepiaui.com.br/ver_coluna2/1776/Pocos-Violeta-derramam-agua-sem-aproveitamento-economico- acesso em: 15/02/2023.

DIAS, M.A.M.; PEREIRA, K. A.; SANTOS, V.L.F.; ARAUCO A. M. S.; Mulheres, floresta e extrativismo: modos de ser, existir e resistir de quebradeiras de coco babaçu da comunidade “Sítio”, Cristino Castro, Piauí. In: PEREIRA; SILVA; DIAS. **Faz escuro mas cantamos: agroecologia e política no sul do Piauí**. CRV. P.177-198. Curitiba. 2021.

FAVORETO, A.; NAKAGAWA, L.; KLEEB, S.; SEIFER, P.; PÓ, M. Há mais pobreza e desigualdade do que bem-estar e riqueza nos municípios do Matopiba. **Revista Nera**. n. 47. p. 348- 381. Presidente Prudente. 2019.

FIAN; REDE (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos); CPT (Comissão Pastoral da Terra). **Os custos ambientais e humanos do negócio de terras: o caso do Matopiba, Brasil**. FIAN Internacional. Heidelberg. Alemanha. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**; 6º edição; Ed. Atlas. 2008.

GODOY, A.S. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais; **Revistas de Administração de empresas**; V. 35; N.3; P-20-29; São Paulo 1995.

GUIMARÃES J.L.B.; Memória, esquecimento e política e Walter Benjamin: a reinterpretação da história a partir do comprometimento ético com os vencidos; **Kalagatos**; V. 16; N.2; P 104-128; 2019.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/2017-np-censo-agropecuario/9827-censo-agropecuario.html?=&t=destaques> Acesso: 15/02/2023.

IBGE- **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/cristino-castro/panorama> Acesso em: 19/02/2023.
LIMA, V. S; NASUTI, S.; Universo quebradeiras The universe of babaçu coconut breakers; Sustentabilidade em debate; v.08; N.02; Brasília; P. 147- 169; 2017.

MARTINS, A.C.N.C.; **Potencialidades e ações para o turismo no Pólo das Nascentes-Vale do Gurguéia/PI**. Dissertação de mestrado do Programa de pós-graduação em Turismo e Hotelaria da do Vale do Itajaí. 2014.

MIQCB, **Sobre nós. Quem somos**. 2020. disponível em <<https://www.miqcb.org/sobre-nos>> Acesso em 25 de fevereiro de 2023.

MMA, **Plano Nascente Parnaíba: plano de preservação e recuperação de nascentes do rio Parnaíba**/ Eduardo Jorge de Oliveira Motta e Ney E. Wanderley Gonçalves (orgs).

Companhia de desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) / editora IASB, Brasília –DF, 2016.

MOLINA, M.C.; A educação do Campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas; **Educação em Perspectiva**, Viçosa, 6(2) 378-400; 2015.

NUNES, R.B.; **A unidade na diversidade: tessituras e desdobramentos cotidianos de professores (as) no contexto da educação escolar quilombola**; Tese de doutorado do Programa de pós-graduação em educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

OLIVEIRA, B.D.; **Agroecologia e agronegócio: uma análise sobre a sindemia (covid-19) nos territórios camponeses da Chapadas das Nascentes-PI**. Trabalho de Conclusão de Curso da Engenharia Florestal da Universidade Federal do Piauí; Bom Jesus-PI; 2022.

PORTO-GONCALVES, C.W.; CUIN, D.; PANEZ, A.; SILVA, M.N.; SOTTO-MAIOR, M.B.; LEAL, L.; Os Cerrados e os Fronts do Agronegócio no Brasil; **Conflitos no Campo Brasil**; 2016.

SACRAMENTO, E. C.; **Da diáspora negra ao território das águas: Ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas-BA**; Dissertação de Mestrado em Sustentabilidade junto a povos e terras tradicionais-MESPT do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SANTOS, A.B.; Somos da terra. **Piseagrama**, Número 12, P. 44-51, BH. 2018.

SANTOS, M.; **A natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**/ Milton Santos; 4.ed.; 2ª reimpr, Editora da USP; São Paulo; 2006.

SEPLAN- **Secretaria de Estado do Planejamento. Governo do Piauí. 2015**. Disponível em: <http://www.seplan.pi.gov.br/mapa-grande.pdf> Acesso: 14/02/ 2023.

SILVA, M.A.; MORI, N.N.R.; Memória e identidade na educação Xetá: um desafio á resistência e existência; **Revista interethnica** ; V.23, N.01; p. 277-303; 2022.

SOARES, M.S.; LIMA, M.F.B.C.B. **Os impactos causados com o risco de extinção do coco babaçu principal fonte de renda da comunidade Sítio**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Piauí. Bom Jesus. 2020.

SPADOTTO, B. R.; COGUETO, J. V. Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro. **Rer Nera**. 47. 202-229. 2019.

VINUTO, J.; A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto; **Temáticas**; V.22, N.44; 203-220, ago/dez; Campinas; 2014. DOI 10.20369/temáticas.22i44.10977.

CAPÍTULO 3

Feminismos da terra: a identidade coletiva enquanto organização de um feminismo popular camponês

Resumo:

O objetivo é identificar e caracterizar os processos de formação de identidades das quebradeiras de coco da comunidade Sítio, no sul do Piauí, afetada pela expansão da fronteira agrícola, a partir das seguintes influências: as redes de movimentos e as vivências no contexto familiar e comunitário. A metodologia foi pela pesquisa qualitativa, participativa e escrevente; feita através de entrevistas semiestruturadas e produção de um vídeo documentário popular. Como resultados tem-se que a construção da identidade quebradeira é construída pela organização sociopolítica e por meio do movimento social e a partir do trabalho, da ancestralidade, da interseccionalidade, da luta pela autonomia e do enfrentamento à violência de gênero.

Palavras-chaves: Gênero; quebradeira de coco; memória coletiva; Matopiba.

Abstract: The objective is to identify and characterize the identity formation processes of the coconut breakers of the Sítio Community, in the south of Piauí, in the expansion of the agricultural frontier, from the following influences: the networks of movements and the family-community experiences with the breakers older. The methodology was based on qualitative, participatory and writing research; done through semi-structured interviews and production of a popular video documentary and content analysis. As a result, the construction of the identity as a breaker is taken from work, ancestry, intersectionality, autonomy and the confrontation of gender violence.

Key words: Gender; coconut breaker; collective memory; Matopiba

1.0 Introdução

Este artigo é parte da pesquisa de mestrado intitulada “As quebradeiras de coco babaçu do sul do Piauí: memórias e identidades em movimento”, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER), da Universidade de Brasília (UnB).

As quebradeiras de coco são povos e comunidades tradicionais que vivem do uso integral da palmeira de coco Babaçu, manejando o ecossistema de acordo com prática cultural que usam desde as gerações mais antigas, aprendida ancestralmente pelas mais velhas.

Nessa coevolução, mulheres-palmeiras ou mulheres-mata dos cocais, tornam-se o que se entende por mulheres-florestas, na medida que a denominação surge a partir do conceito de povos-florestas, que traz a concepção dos povos que vivem na e da floresta, a exemplo dos povos indígenas. O termo se direciona às mulheres que vivem nessa condição (BRUM, 2022).

Essa prática tem se transformado na medida em que os ecossistemas passam a servir de interesse para a expansão da fronteira, exigindo que essas comunidades se organizem politicamente para defenderem seu modo de vida.

Nesse contexto, a identidade das quebradeiras se movimenta, na medida em que as mesmas se vinculam ao Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

A luta política é delineada nos estados brasileiros em que a prática da quebra do coco se conforma como modo de vida, ao longo das gerações e em acordo com o legado da memória ancestral das quebradeiras mais velhas.

Este é o caso da comunidade de quebradeiras de coco babaçu do Sítio, localizada no município de Cristino Castro, na região Sul do Estado do Piauí (Brasil). Essas mulheres-florestas vivem historicamente a partir do extrativismo do coco babaçu e, mais recentemente, também incorporaram ações de resistência ao agronegócio, em conjunto com outros povos do campo, por meio dessa atividade.

O agronegócio surge na região a partir do Matopiba, acrônimo da política de desenvolvimento agropecuário nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. No qual este projeto se impõe violentamente sobre os territórios camponeses, o Matopiba é considerado como “última fronteira agrícola”.

Os povos-florestas que vivem e dependem desse território foram ignorados pelo projeto de desenvolvimento implantado pelo Estado como forma de atender as ações de incorporação de novas áreas demandadas pelo capital, o qual trouxe outra perspectiva de uso da terra para a região. Trata-se do uso como mercadoria.

Neste caso, apontando o conceito de desenvolvimento entendido no viés do discurso econômico neoliberal, tem-se um desenvolvimento contrário à promoção da liberdade, como considera Sen (2010), mas no desenvolvimento que nega a liberdade, rouba de alguns grupos sociais a liberdade de saciar a fome, de ter nutrição satisfatória e condições mínimas de vida, bem como ausência de liberdades substantivas para algumas pessoas e com isso dá à classe burguesa essa condição de liberdade a partir da exploração do outro. Um desenvolvimento que propõe a violação da liberdade de ser e estar no mundo.

Nessa perspectiva, o agronegócio se autopromove para os povos da região como uma atividade que permite o progresso, muito embora utilize a natureza de forma predatória. Para além disso, não é incomum que se utilize de mecanismos de cooptação e suborno de trabalhadores da região para atender sua lógica exploratória e expropriadora (REDE, 2023).

Deste modo, a Comunidade Sítio se vê rodeada de fazendas, cujos proprietários prometem o desenvolvimento e oportunidade de empregos; a região como um todo, se vê tomada por *outdoors* e propagandas do agronegócio. Os agentes formativos do agronegócio estão em toda parte, ocupando a cena pública com seus discursos de apoio ao povo local e financiando festas e espetáculos nas praças, onde predomina um discurso positivo de progresso, sempre associado ao agronegócio.

Não obstante, na mesma medida em que ouvem tais discursos carregados de significados ideológicos, as quebradeiras veem a palmeira de Babaçu - seu principal meio e modo de vida - ser derrubada com o “correntão”¹⁷, para dar lugar a monoculturas de soja ou de pasto.

Em meio à essa contradição, a sua identidade é posta em jogo. A destruição do principal instrumento de trabalho e lastro existencial das quebradeiras - a floresta do babaçu – impõem-lhes uma questão essencial: como irão continuar existindo e (re) existindo no sul do PI?

Porto-Gonçalves (2019) associa os processos de supressão da biodiversidade para dar lugar aos projetos do agronegócio, ao “desmatamento” epistemológico. Trata-se de um ecocídio que produz um epistemicídio: destruição do bioma para favorecer a produção do capital, pela exploração da terra e dos bens naturais, aniquilando tanto a fauna e flora, acarreta o aniquilamento dos meios utilizados para a reprodução da vida dos povos tradicionais que ali vivem, fazendo desaparecer seus saberes e fazeres ecocentrados.

Os povos e comunidades camponesas, entretanto, buscam enfrentar e resistir a este processo de diferentes modos, realinhando suas identidades.

Considerando tais questões, este artigo busca identificar e caracterizar os processos de formação de identidades das quebradeiras de coco do Sítio, a partir das seguintes influências: as redes de movimentos com as quais elas se envolvem e as vivências familiares e comunitárias em que se inserem.

2.0 Metodologia

O universo da pesquisa abrangeu cerca de vinte mulheres quebradeiras do coco, que ocupam posições de lideranças, sejam elas mulheres maduras (mais velhas) ou da juventude quebradeira. Consideramos importante incluir as mulheres de diferentes contextos etário para perceber as nuances da construção da identidade. As conversas e entrevistas ocorreram de acordo com a disponibilidade de tempo das mulheres. Para complementar essa troca de conhecimento foi idealizado um cronograma de atividades conjunto para o “pensar junto”, como propõe Freire (1996) e desenvolver a pesquisa trabalhando a dialogicidade.

Entre tais atividades, realizamos entrevistas individuais e observações. Assim, a escolha das interlocutoras se deu de duas maneiras: (i) pela escolha - todas as mulheres que estavam na apresentação da pesquisa concordaram em fazer parte e (ii) por indicação - as quebradeiras mais

¹⁷ É um modo agressivo de desmatamento por corte raso, bastante usado nas áreas do bioma Cerrado. Se unem dois tratores a uma espessa corrente de ferro e se arrasta a corrente entre as árvores para a derruba completa da vegetação.

maduras indicaram as outras que achavam interessante participar e estas eram convidadas. As entrevistas foram gravadas em forma de áudio e transcritas para a melhor sistematização, categorização e, posteriormente, análises dos dados.

Além das entrevistas semiestruturadas, foi feito um vídeo documentário, chamado Filhas do Coco¹⁸, juntamente com a Escola de Teatro Político e Vídeo Popular: Cenas Camponesas, por meio do qual se buscou resgatar a memória coletiva da comunidade e pontuar as principais reflexões das quebradeiras da Comunidade, na perspectiva da história contada a partir das próprias mulheres, conforme usado por Silveira *et al.*, (2022) que sugere a articulação do audiovisual como recurso metodológico.

No processo de sistematização e interpretação, os dados foram organizados por unidades de sentido temáticas com o auxílio do Software Iramuteq¹⁹.

Além disso, usamos com base as observações da pesquisa participante e da relação de pesquisadora-escrevente, (EVARISTO, 2020), onde por via das memórias de ancestrais (como descendente de quebradeira de coco), a primeira autora utiliza-se da oportunidade de pesquisar/viver junto com as quebradeiras do Sítio. A partir do conhecimento sobre os processos de formação da identidade, analisa e reflete ao juntar as memórias escrevente. A narrativa de suas interlocutoras, o viés da retomada a partir da escrita viva, a escrevivência fornece a base para uma análise crítica relacionando identidade e memória, pesquisa, pesquisadoras e interlocutoras.

Por fim, mas fundamental, é importante alertar que nesta pesquisa não se tem como base a ciência ocidental que nega os saberes populares e que aponta que a relação pesquisa e pesquisadores deve ser neutra e imparcial, na medida que desde a escolha do tema de pesquisa têm-se fatores que a condicionam. A partir disso, apresentamos um posicionamento político, ao trazermos esses processos de pesquisa assim como seus resultados, tal como as referências que iremos utilizar para a discussão desses dados.

Trazemos os sentidos e percepções a partir da oralidade dessas mulheres, percebendo os aspectos constituintes da identidade quebradeira e conforme essa forma de se mostrar e se ver no mundo vai abrindo espaços para construção dessa identidade a partir dos aspectos da interseção entre gênero, classe e raça.

¹⁸ Documentário Filhas do coco, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VSqqfF5cbxw&t=6s> com 14 minutos e 38 segundos.

¹⁹ É um software licenciado pela GNU GPL (v2). Ele ancora-se no software R (www.r-project.org) e na linguagem python (www.python.org). (Disponível em: http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/Tutorial%20IRaMuTeQ%20em%20portugues_17.03.2016.pdf)

Partindo disso, discutiremos os processos de formação da identidade quebradeira a partir dos aspectos emergentes da pesquisa, apresentando as relações da identidade com o gênero, com o trabalho no coco e com os atravessamentos.

3.0 Feminismo que brota da terra: identidade e gênero

Diversos autores discutem o tema da identidade. Ciampa (1987) o faz no sentido individual, em relação à visão neoliberal, em contrapartida Almeida (1998), Santos (2015), Linhares (2016), Barbosa (2016), Sacramento (2019), Jesus (2018), e Silva (2020) o fazem no sentido coletivo a partir da categoria dos povos originários e de comunidades locais.

Nesse sentido, optamos por considerar autoras e autores por conta das orientações das discussões apresentadas pelo pensamento “Suleado” (FREIRE, 1997) e contra colonial (SANTOS, 2015). Além disso, (as) autores (as) são advindos, na sua maioria, dos próprios povos e de comunidades tradicionais, escrevintes (EVARISTO, 2020), que relatam seus processos identitários, como sujeitos das matas, dos campos, das águas e das florestas, a partir do seu eu, da sua pele e como estão e se sentem no mundo. Entendendo o que tem em comum pela diferença.

Deste modo, é preciso delinear a definição do feminismo popular camponês, que se articula como prática e como movimento que retrata as lutas concretas das mulheres do campo, contra violações e opressões, tão como os laços comuns que as unem e que não tenham a identidade negada, seja como mulher do campo, quebradeira de coco babaçu ou outros segmentos que expressem sua identidade (ARAÚJO, 2020).

3.1 A formação da identidade quebradeira

A pauta cultural é algo fundamental para o MIQCB, pois expressa o saber-fazer das quebradeiras, na medida em que os cantos entoados nos cocais e na lida com os frutos ganham dimensões políticas no movimento e essa ampliação marca a identidade coletiva das mulheres.

Eu sou quebradeira, eu sou quebradeira vim para lutar
Pelos os meus direitos, pelos os meus direitos vim reivindicar
Mais saúde e educação para toda nação
Eu sou quebradeira, eu sou mulheres guerreira e venho do sertão
No Tocantins tem quebradeira, no Piauí tem quebradeira,
Lá no Pará tem quebradeira, no Maranhão estão as quebradeiras”
(MIQCB,2014)

A letra da música “Eu sou quebradeira”, do MIQCB, faz referência aos aspectos da identidade das mulheres que vivem da quebra do coco babaçu. Segundo Pollack (1992), a identidade é o sentido da imagem que a pessoa adquire para si ao longo da vida. É a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, mas também a partir da qual é percebida pelos outros. Para Linhares, a identidade se expressa no modo de como a pessoa se sente e se vê no mundo e, ao mesmo tempo, como ela é apresentada para a sociedade (LINHARES, 2016).

Deste modo, a identidade quebradeira vai sendo construída a nível individual, na expressão da identidade como sujeito político, mas conforme as mulheres se encontram em coletivo, seja na comunidade ou nas etapas de trabalho, há a necessidade do entendimento que a identidade quebradeira perpassa de algo relativo a uma única mulher, mas sim a um grupo de mulheres que se articulam na coletividade como principal ponto da luta identitária.

Nesta perspectiva, a construção da identidade mantém uma vinculação direta com a construção da memória, seja ela individual ou coletiva, conforme lembra Pollak (1992). Ainda para esse autor, a identidade e a memória são percebidas como valores em disputas por diferentes projetos sociais ou grupos políticos.

Observamos uma relação indissociável entre a construção da identidade e a formação da memória entre as quebradeiras de coco.

Para o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB (2020), a identidade das quebradeiras do coco babaçu em movimento remete a mulheres trabalhadoras, que lutam pelo acesso aos recursos naturais e pela valorização do seu trabalho. Por meio do extrativismo, elas geram trabalho e renda para suas famílias e comunidades e atuam como guardiãs da sociobiodiversidade²⁰. Além disso, lutam contra o discurso e a prática hegemônica do agronegócio, no que se refere à transformação da natureza em mercadoria, reafirmando relações de sentidos e significados próprios, ligados à promoção da vida e com base nas práticas agroecológicas, em suas maneiras de se relacionar com as palmeiras e suas comunidades.

É neste sentido, de identidade em movimento, que as quebradeiras de coco da comunidade Sítio estão em processo de luta pelo reconhecimento de sua identidade, na medida que vão se aproximando do MIQCB e, também, a partir do contato com os projetos em parcerias com a Universidade Federal do Piauí, com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Instituto Sociedade, População e Natureza. Na medida que reconhecem que o território e a identidade

²⁰ Deste modo, trazemos o conceito da sociobiodiversidade como instrumento necessário para a reprodução social e cultural das comunidades locais e extrativistas, principalmente na região do Cerrado brasileiro, em que esses povos e comunidades tradicionais formam ou complementam a renda por meio da coleta e venda dos produtos oriundos dessa diversidade biológica presente no bioma (Guéneau *et al.*, 2020).

quebradeira estão em jogo pelas disputas ideológicas e do capital, que se expressam na região e na natureza.

Para além disso, é construída a demanda desse reconhecimento por outros setores da sociedade, em especial do setor público municipal de Cristino Castro e do estado do Piauí, para a defesa do território das quebradeiras.

3.2 A identidade quebradeira a partir do trabalho

Para as quebradeiras da comunidade Sítio, a lida com o coco vai definindo sua identidade, a partir do momento em que elas têm o contato com a atividade. A prática guia o modo de viver na Comunidade e está presente no cotidiano das mulheres, em diversos estágios de suas vidas. Conforme uma fala da quebradeira da Comunidade: “*Aqui nós tudinho já nasceu aprendido. É grávida quebrando coco... Essa daí mesmo [se referindo a filha], já andou pela Macambira; eu, grávida dela, ia quebrar o coco lá, até uns 5 meses. Aqui tudinho, tava no bucho e já tava no coco*” (Azaleia, 30 anos, entrevista cedida em 2022).

Com isso, a partir da narrativa da quebradeira, ao contar o seu processo de iniciação no coco, surge, enquanto pesquisadora-escrivente, uma sensação imagética que remete a sensação de um bebê que ouvia o coração batendo, mixado ao som do machado quebrando o coco e aos passos da mata, como um chamado das ancestrais, moldando o sentido da vida no coco. A identidade quebradeira perpassa de quem narra a quem escuta o relato como algo quase místico, rememorando essa iniciação conforme a ancestralidade, nessa relação entre diferentes gerações e a iniciação da vida, por dar-se desde ainda no ventre de suas matriarcas.

Vinda dessas origens, a construção dessa identidade se faz presente desde as percepções uterinas das quebradeiras, consolidando-se ao longo das suas infâncias, quando vão ajudar as mães e as outras mulheres nos cocais.

Nas falas das quebradeiras, esse fator do trabalho soa como algo intrínseco à vida e indistinto do lazer no cotidiano. As quebradeiras comentam sobre esse processo, conforme vão fazendo a reflexão a partir de memórias das mães.

Quando nós estava, de férias minha mãe colocava nós para quebrar coco, muito coco; que ela tinha um cocal ali. Aí nós quebrava... Minha mãe criou nós tudo quebrando ococo [...] ela quebrou mais ou menos uns 50 anos de quebração... (Rosa, 63 anos, entrevista cedida em 2022).

Eu, mesmo na infância, quando nós era pequeno, mãe levava nós. Aí botava mais para fazer as carrinhas²¹, miudinhas de carvão - nós aqui cozinha com carvão -, os buraquinho. Nós ia fazer eu e meu irmão mais velho, bem pouquinho assim, e ela ia quebrando... Então, ela ia rachando as taiadinhos²² do coco e dando para nós tirar as baja... (Azaléia, 30 anos, entrevista cedida em 2022).

Nessas falas, as mulheres do Sítio remetem à construção da identidade quebradeira perpassando suas memórias de infância com as mães dos cocais, conformando o que podemos chamar de memórias de gênero e de memórias de trabalho-lazer. Na medida em que as mães levam as filhas para ajudar no coco, para não deixa-lás sozinhas em casa, vão construindo memórias afetivas no imaginário das crianças, ensinando o ofício, os aprendizados, conforme as práticas de bem viver²³ com as florestas dos cocais, na expressão de uma forma possível de vida, de trabalho e fazendo conexão com a construção da identidade quebradeira.

Nessa mesma concepção da relação entre a identidade, as memórias de gênero e as memórias afetivas, as quebradeiras afirmam que:

Aprendi essa profissão com minha mãe. Minha mãe sustentou nós foi com quebração de coco. E na época, era tão triste ...,que era no pilão, tinha que pinicar o coco. Era mais processo ainda, mas difícil ainda... Ela lutou e venceu... (Petúnia, 22 anos, entrevista cedida em 2022).

Em contrapartida, a construção da identidade também requer considerar a imagem vista pelos outros, conforme as seguintes falas das quebradeiras, em que afirmam que “*antigamente o povo tinha preconceito, por causa da quebradeira de coco. Ficava falando que fedia a azeite, óleo, os cabelos da pessoa... falavam que a pessoa era rancenta. Mas, agora, é orgulho pra nossa comunidade ser mulher quebradeira de coco*” (Hortênsia, 55 anos, entrevista cedida em 2022).

Nesse sentido, pensar a concepção da identidade a partir do outro, faz com que as quebradeiras da Comunidade ressignifiquem sua identidade pelo valor atribuído ao modo de vida e ao trabalho. A imagem que outrora lhes foi atribuída, em contexto negativo, é transformada em algo valioso. A identidade a partir do seu ponto de vista pela experiência de vida.

²¹ São pequenos buracos no solo para a produção de carvão vegetal.

²² Pequenas lascas do coco babaçu, feitas para facilitar a retirada da amêndoa.

²³ Bem-viver se corresponde à construção uma nova forma de vida, coletivamente, baseada na potencialização da democracia e dos processos de co-evolução com a natureza. Na essência se trata de processos de matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a natureza (Acosta, 2016).

Essa mudança deve-se ao fato de que, a partir dessa identidade, as mulheres passaram a ter reconhecimento do seu modo de trabalho como algo que vale a pena, conforme viam as outras companheiras de outros Estados na mesma luta que elas, ou nos programas de televisão, além dos contatos com as redes de movimentos e com os projetos da UFPI. Que, a partir desses movimentos com as quebradeiras do Sítio, fizeram o trabalho ser visto por outras pessoas fora da comunidade como algo potencializador de oportunidades para a melhoria para as mulheres e para a comunidade.

A potencialidade da vida a partir do coco é construída pela possibilidade de ser quebradeira. A prática de trabalho como modo de vida é reafirmada constantemente como algo essencial para a manutenção das famílias na comunidade. Isso pode ser constatado na seguinte afirmação:

A gente teve de trabalhar, é honra, né? Não é roubar. Antigamente o povo criticava muito essa profissão da gente, achando que tava fazendo vantagem, sendo que a gente sempre tava vendo as formas de trabalhar; todo sábado ia pra feira com seus azeite. Hoje que tá mais diferente, sabe? Mas a gente vai pra feira sim, todo sábado, vender, fazer as coisas, assim pra nós pobre, né? Nós nunca passamo fome aqui, graças a Deus (Violeta, 57 anos, entrevista cedida em 2022).

Para compreender essa fala, convém lembrar os estudos de Barbosa (2016) sobre identidade quebradeira, em que a autora menciona que as identidades coletivas são relativamente instáveis e devem ser entendidas como processo e não como algo fixo. A identidade de quebradeira relaciona-se diretamente com a identidade de gênero de mulheres trabalhadoras rurais. Não surgem no isolamento, mas a partir de interações. A autora percebe essa relação entre a construção da imagem de si, a partir do aspecto do eu, que é assimilada pelos outros, e a representação de como esses outros a distinguem na medida que esse eu se autodefine.

Mas, para além disso, elas vão também se autodefinindo em movimento com MIQCB, em contato com a UFPI, por meio do projeto de Nova Cartografia Social dos Babaçuais e por projetos de Extensão, o que facilita a autovalorização. São as redes de movimentos influenciando na construção da identidade, nas políticas públicas, na indústria cosmética, nas reportagens na televisão, ou ainda na vertente da naturopatia.

É nesse sentido, que quando se pensa a identidade das quebradeiras da comunidade Sítio, as quebradeiras reafirmam essa identidade a partir dos seguintes aspectos: de ser trabalhadoras do campo e ser quebradeira de coco, entre o coco e a roça. Portanto, a identidade é construída a partir desse modo de vida e conforme as modalidades de trabalho.

A construção da identidade dá-se de forma múltipla, pois além de serem mulheres camponesas e quebradeiras de coco, são lavradoras, estudantes e mães. Assim sendo, essa construção cumpre-se através dessas dimensões sociais e no sentido de como as mulheres se veem na comunidade, na sociedade e como são vistas por tal. São múltiplas formas de se ver, enquanto quebradeiras de coco, mas, também, realizadoras de outras funções que desenvolvem em casa e na comunidade.

Essas mulheres apresentam a expressão dessa identidade por via da oralidade, principalmente pelo fato de possuírem pouca habilidade escrita, conforme já percebido em pesquisas anteriores sobre o grau de escolaridade das mesmas (DIAS *et al.*, 2021). Deste modo, uma das quebradeiras afirma que:

a minha profissão é quebradeira de coco e lavradora né? Só sei ser da roçinha e só e mais é coco. Minha profissão é direto o coco mesmo. Outra é só provisória, mas dá certo. A roça só quando não tem o coco, né? Eu vou ajudar a colher, eu sou só de colher... (Hortênsia, 55 anos, entrevista cedida em 2022).

Nesse sentido, as múltiplas funções não são anuladas. São profissões complementares, onde a primeira traz forte apelo de gênero. A natureza é utilizada em sua máxima potência: no extrativismo, na coleta, e na lavra dos frutos da terra, na roça. Algo semelhante, o fato de mulheres camponesas se fazerem a partir de uma dupla identidade, acontece em outras profissões, como professoras do campo que são também lavradoras, conforme Anjos (2019) mostrou, ao pesquisar o sudeste do Pará. Deste modo, a partir de seres urbanos, isso é tido fora do esquadro, mas a natureza pede interações múltiplas e a cultura potencializa.

Outra quebradeira faz essa relação da construção da identidade enquanto lavradora e quebradeira de coco a partir do território de origem.

Minha profissão é lavradora da roça e quebradeira de coco. Criei meus filhos quebrando coco, Graças a Deus.... Eu moro aqui, tá com muitos anos, que eu moro aqui. Aqui nesse pedaço de chão mesmo já to com mais de 30 de anos, que eu já tenho filha com 30 anos. (Rosa, 63 anos, entrevista cedida em 2022).

Essa concepção está presente principalmente entre as quebradeiras mais velhas, que afirmam ser a quebra do babaçu a sua atividade principal, mas não a única. Em suas múltiplas atividades e a partir do trabalho produtivo é que as mulheres da Comunidade expressam sua múltipla identidade profissional, mas sempre colocando a atividade do coco como a principal forma de trabalho:

... é difícil eu ficar dentro de casa, as meninas [as filhas] ficarem fazendo comida, mais eu é no cocal, quando não é no cocal é na roça, né? A gente veve né? a gente tem uma roçinha não é toda a vida, a gente vai plantar um milho, um feijão... e mais é coco, minha profissão é direto o coco mesmo, outro é só provisória só mas dá certo, a roça só quando não tem o coco, né? (Violeta, 57 anos, entrevista cedida em 2022).

É preciso destacar que, conforme são mulheres e quebradeiras de coco, em suas múltiplas jornadas de trabalho, desenvolvem atividades produtivas, ligadas às questões econômicas, mas, que também realizam, os trabalhos reprodutivos, ligados aos cuidados, de casa e da família. Estabelecem a quebra do coco como a expressão máxima da união entre trabalho produtivo e reprodutivo, pois na medida que conseguem manter economicamente a família pelos produtos do coco babaçu, este também serve como fonte de alimento e nutrição.

Mas elas também se reconhecem como lavradoras, na perspectiva de trabalhadoras do campo. Logo, a identidade de quebradeira poderia se encaixar nessa categoria, já que ambos os trabalhos são do campo. No entanto, a identidade de quebradeira de coco é considerada a partir de suas particularidades, das reivindicações das mulheres como sujeitos políticos, seja pelo direito de acesso ao coco (no formato da aprovação nacional da Babaçu Livre²⁴), seja pela terra ou território, mas também fazendo parte das pautas nas lutas camponesas. Porto-Gonçalves (2019) trata a identidade camponesa como categoria política, a partir da diversidade identitária, conforme uma visão ecologizada, dentro da dinâmica do ecossistema onde os povos estão inseridos. Deste modo, as populações locais tendem a lidar com o trabalho e a forma de vida conforme a dinâmica do bioma de seus territórios.

A partir disso, se pensa na dinâmica do bioma de transição do Cerrado-Caatinga, que tem a presença dos cocais, onde vai sendo articulada o modo de vida pelo coco no período entre as épocas reprodutivas dos babaçuais, e nos outros, a atividade que predomina seria a roça. Nesses períodos distintos, a percepção de trabalho se faz presente na construção da identidade das quebradeiras. Na relação entre o coco e a roça, essa dualidade é entendida como a identidade de quebradeira e ser camponesa. A construção perpassa entre o trabalho e a ancestralidade.

A relação a partir da ancestralidade e a roça também está presente no livro literário Torto Arado, quando o autor, Vieira Júnior (2019) afirma que as irmãs Bibiana e Belonisia, pelos laços da ancestrais, nutrem a formação da identidade e a luta pela terra:

²⁴ Lei nacional que fazia a proposta de proteção dos babaçuais e o direito de acesso livre para as quebradeiras de coco, mesmo em áreas particulares.

Meu pai não tinha letra nem matemática, mas conhecia as fases da lua. Sabia que na lua cheia se planta quase tudo; que mandioca, banana e frutas gostam de plantio na lua nova; que na lua minguante não se planta nada, só se faz capina e coivara. Sabia que para um pé crescer forte tinha que se fazer a limpeza todos os dias, para que não surgisse praga. Precisava apurar ao redor do caule de qualquer planta, fazendo montículos fortes. Precisava aguar da mesma forma, para que crescesse forte. Meu pai, quando encontrava um problema na roça, se deitava sobre a terra com o ouvido voltado para o seu interior, para decidir o que usar, o que fazer, onde avançar, onde recuar. Como um médico à procura do coração (VIEIRA JUNIOR, 2019, p.99).

Similarmente às irmãs de Torto Arado, as quebradeiras de coco do Sítio também reafirmam essa imagem de si, enquanto camponesas, como também se autodefinem nesta categoria, a partir do vínculo com o trabalho na terra e os aprendizados adquiridos. É como as quebradeiras de coco, trabalhadoras do campo, mulheres camponesas se veem e se identificam e é também nessa mesma visão que são definidas pelos outros.

Barbosa (2016) afirma, a partir de seus estudos, que essa identidade das quebradeiras de coco babaçu também é construída por meio da memória coletiva. Deste modo, a autora faz observações dessa construção a partir das categorias de gênero e classe e de identidades construídas histórica, imaginária e politicamente.

3.3 As influências sobre a identidade quebradeira

A identidade é tida como a representação de um grupo social, na expressão de sua ancestralidade e de suas memórias coletivas. Para tanto, no caso das quebradeiras de coco do Sítio devemos ampliar o horizonte de análise conforme os aspectos da interseccionalidade, como discute Akotirene (2019), que concebe a construção da identidade pelas relações de gênero, de classe e raça, sendo fundamental perceber a construção a partir dessas categorias juntas:

A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas (AKOTIRENE, 2019. p. 27)

Deste modo, analisando a construção da identidade das quebradeiras de coco, pode-se perceber como essa construção é multifacetada (BARBOSA, 2016). Considerando os apontamentos desses intelectuais orgânicos, como Santos (2015), Akotirene (2019) e Vieira Júnior (2019), a construção da identidade dessas mulheres, enquanto povos tradicionais do

campo e mulheres negras, deve levar em conta essas transversalidades e condições que as fazem se entender no mundo, uma vez que estão inseridas em uma sociedade sustentada pelo pilar do capitalismo, do racismo e do machismo.

Categorias que são ampliadas pelo fato de serem mulheres, pretas e da classe trabalhadora, oriundas do meio rural em uma área de transição Cerrado-Caatinga, foco de interesse do grande capital. Assim, retomando as observações dos estudos de Babosa (2016), ao considerar a construção dessa identidade a partir das memórias, devemos manifestar a interseccionalidade -classe, raça, gênero, origem - como uma das principais ferramentas de leitura crítica da identidade quebradeira da comunidade Sítio.

É nesse sentido que o MIQCB também vem dialogando com as quebradeiras, construindo redes e articulando o movimento em luta para além do acesso ao coco e ao território, mas, também, com processos formativos para o fortalecimento das mulheres de forma que elas consigam, coletivamente, lutar contra o machismo e o racismo, seja na família, nas comunidades e na sociedade.

Em contrapartida, o Movimento mostra que a identidade como construção política foi algo lento, vindo a partir das quebradeiras de coco babaçu, na década de 1990, e dos conflitos de terra no Maranhão. E a partir do MIQCB é que a identidade é fortalecida como categoria política. A partir desse conhecimento, as mulheres se entendem como sujeitos de direitos.

Na comunidade Sítio, esse processo de reconhecimento da identidade pelo MIQCB foi algo que se deu através de pela relação com UFPI, por meio de projetos de extensão, que tinha como objetivo o fortalecimento da cadeia de babaçu, portanto a via foi se estreitando pelo acesso aos recursos do projeto Fundo Babaçu (formado por recurso internacional, mas gerido pela MIQCB). Foi a partir desse contexto que foram pensadas atividades acadêmicas voltadas aos processos formativos e políticos com as quebradeiras de coco do sul do Estado do Piauí.

Esse processo ocorreu a partir das contradições, na medida que as mulheres não tinham o reconhecimento de seus saberes e fazeres em contato com as florestas de babaçu na região e, conseqüentemente, não conseguiam reconhecer a construção da identidade. Isso pode ser reafirmado pelo fato de que na região o Estado não reconhece os povos locais como passíveis de investimentos, de acordo com a SEPLAN (2015). No qual, o governo do Piauí, geralmente investe nos setores do agronegócio que se conformam na lógica do capital.

Cabe refletir que, assim como no contexto do Piauí, há processos semelhantes em disputas nas terras geraizeiras de Minas Gerais, há processos semelhantes em disputa. Lá, os processos de autoafirmação identitária e retomada territorial de comunidades tradicionais de

Rio Pardo de Minas frente à concentração fundiária é posta como fundamental à formação da identidade, numa espécie de construção por antagonismo, como afirma Souza (2017). Trata-se de um tipo de objetivação da formação da identidade dos camponeses – a relação agroecológica com o meio - por antagonismo com a identidade ligada à produção monocultural de eucalipto. Deste modo, infere-se também que, por antagonismo, o fortalecimento da identidade quebradeira da comunidade Sítio se dá em contradição ao avanço do agronegócio.

Mas foi a partir das ações que integraram a comunidade Sítio à universidade, ao MIQCB e às redes de movimentos, que a memória e a identidade se mantiveram e mantêm em confluências²⁵, quando se leva em conta a organização política dessas quebradeiras de coco. Nessa condição de confluir, as mulheres mantêm a relação de coletividade e de afirmação da identidade como guardiãs da memória coletiva das quebradeiras do Sítio.

Adicionalmente, esse processo ampliou o sentimento coletivo de segurança, onde constroem a união pela sobrevivência e pelo território, gerando forças para continuar na/em comunidade. Essa confluência potencializa e transforma em processo de movimento e resistência, contra o capital, contra a tentativa de desterritorialização e contra o Estado que as nega.

É nesse sentido que Silva (2020) argumenta que a construção da memória de um povo é fundamental para assegurar sua identidade, reduzindo os riscos de perda e extinção, uma vez que a identidade é assegurada a partir das memórias dos guardiões da comunidade. É nessa perspectiva que o aspecto construtivo da memória coletiva e de gênero se relacionam em confluências com a identidade das quebradeiras do Sítio. Deste modo, a autora afirma que:

Ninguém contesta o trabalho de memória como sendo de fundamental importância para o cultivo da identidade e existência de um povo, e a transmissão dessa memória não é cristalizada em forma de verdades, nas falas, pensamentos, sentimentos, atitudes, crenças, registros daqueles, daquelas que são sujeitos dessa sociedade. São antes transmissão e criação dinâmica. A memória é algo vivo (SILVA, 2022, p.44).

Em contrapartida, quando se faz referência à manutenção da identidade quebradeira da comunidade Sítio, encontra-se como uma identidade que não é tida como algo fixa, mas em constante mudanças (BARBOSA, 2016).

²⁵ Nego Bispo afirma que esse processo é como uma lei que rege a relação de convivência entre os elementos da natureza e nos ensina que “nem tudo que se junta se mistura”, que nada é igual, mas que precisamos estar em constante movimento e considerando os compartilhamentos dos saberes, sabores e das vivências. (SANTOS, 2015).

A juventude quebradeira, na perspectiva de possibilidade de outras formas de vida, que não é necessariamente por meio do trabalho com coco babaçu, passa a entender essa identidade de uma outra forma. Parte da juventude se vê ou não quer viver da quebra e na Comunidade. É nesse sentido que a jovem quebradeira do Sítio reflete suas condições de vida na comunidade, afirmando que:

eu gosto de ser quebradeira de coco, mas eu não quero seguir mesmo, entendeu? Eu gosto, mas é assim, eu quero procurar outras oportunidades... Que é muito difícil. Tem vez que não tem coco para elas quebrar... Aí, é meio difícil. Mas eu não quero essa profissão pra mim não, não é orgulho não, é porque eu não quero é sofrer também, quebrar coco no sol. Eu quero entrar na universidade e quero me formar em direito e quero ser advogada criminalista, ajudar as pessoas. (Amarílis, 19 anos, entrevista cedida em 2022).

A falta de acesso ao coco e à terra, os processos de interferência do imaginário social em decorrência do formato e do conteúdo do ensino na escola da cidade, são possíveis aspectos que devem ser levados em conta, na medida que se faz a análise desse discurso de uma das jovens quebradeiras que não deseja ser quebradeira no futuro, conforme já observamos em estudos anteriores de Dias *et al.*, (2022).

Portanto, essa interferência no imaginário é mais acirrada entre aqueles jovens que vivem na região de expansão do agronegócio, sob pressão de sua ideologia, via indústria cultural e outros meios de formação e informação e que passam a “vender” o ideário do campo como lugar de atraso e, no oposto, da cidade como lugar de progresso (MOLINA, 2015), a partir da lógica do agronegócio.

No documentário “Filhas do coco”, uma das anciãs quebradeiras de coco do Sítio reflete sobre esse aspecto, trazendo a realidade local, afirmando “*o coco ficou difícil, essas mulher aqui quebra coco, é difícil. Elas quebram coco na Macambira²⁶, coitadas. As mulher daqui é sofredora, aqui o costume que tem é esse, de quebrar coco*” (Quebradeira de coco da Comunidade Sítio, Filhas do coco, 2023).

Sem o acesso aos bens naturais, a juventude tende a sair da comunidade. No documento audiovisual, as mulheres também fazem a comparação sobre as condições de vida da quebra do coco antes e o contexto atual da Comunidade, da seguinte forma:

Na época era muito mais difícil assim, porque além de tudo quebrava de meia. Não era proibido, mas quebrava dividido com o dono do cocal. Hoje, a gente quebra é da gente, né? [...] só que ficou uma parte do cocal aqui, no Sítio, que é projeto, é cercado,

²⁶ Comunidade do município de Palmeira, que se encontra por volta de oito quilômetros de distância da comunidade Sítio.

né? É dos gaúchos. Aí, ninguém entra não, mas nas partes que é liberado a gente quebra. Mas tem vez que falta, aí é obrigado de quebrar no interior é nas Salinas. Daqui lá é uns 10 km para chegar lá. Vai de carro, vai de moto... (liderança quebradeira, 17 de novembro)

Com base nesses depoimentos, fazemos essa reflexão a partir da visão da juventude, percebendo que as jovens não se identificam mais com a atividade de quebrar o coco quando se veem sem o acesso ao coco ou pela dificuldade de coleta, tendo que se deslocar para outras comunidades, por conta das fazendas “dos Gaúchos”. A juventude quebradeira da comunidade entende que a forma de vida extrativista não é mais possível e se vê sem alternativa de trabalho na Comunidade, restando ir para a cidade ou trabalhar nas fazendas do agronegócio.

Outra questão que deve ser levada em conta é o fato de como a juventude se encontra na comunidade. A fala, anteriormente relatada, mostra uma visão de uma jovem solteira, que é distinta da posição das jovens que têm vínculos sociais com o território, principalmente quando se refere a construção de família, conforme pode ser observado na seguinte fala:

Tem dia que dá um desânimo, né? Mas só que é o serviço que a gente tem, aí tem que enfrentar[...] Tem que trazer as coisinhas para o filho, né? Aí tem que enfrentar, a gente enfrenta até também pelo filho da gente. Mas eu sou feliz com minha profissão, eu gosto. (Jasmim, 27 anos, entrevista cedida em 2022).

São diferentes visões das quebradeiras que compõem a juventude na mesma comunidade, a partir de circunstâncias distintas. No primeiro caso, trata-se de uma jovem solteira e sem filhos, que frequenta a escola na cidade e não consegue identificar a atividade de quebrar o coco como possível, pela falta de acesso ao fruto. É provável que ela amplie os seus sonhos de futuro para uma perspectiva de trabalho fora da comunidade. Já a segunda jovem tem filhos e não frequenta mais a escola. Sua perspectiva muda, diante do que ela considera como prioridade. Como ela não tem como ir trabalhar em outro lugar, precisa ter condições mínimas para criar o filho e acaba vendo no coco a possibilidade de renda e fonte de sustentação possível.

Deste modo, é importante observar as contradições, na medida que as mulheres têm como prioridade os cuidados com os filhos, é preciso destacar que seus horizontes de expectativas são limitados continuamente, pois não pode sair da comunidade para cuidar dos filhos, mas mesmo continuando no Sítio e com a privatização dos cocais, essas mulheres e suas famílias são postas em vulnerabilidade.

É preciso entender que esses processos de dupla privatização dessas mulheres são caracterizados pelas opressões, seja por meio do capital, que privatiza os territórios das quebradeiras ou seja pelo patriarcado, que privatiza seus corpos, e as impede de sair para cuidar da família, é nesse sentido de luta contra as opressões que se dão no campo que o feminismo

popular camponês é construído como movimento que busca superar as violências, explorações e opressões dessas mulheres (ARAÚJO, 2020).

Ainda que existam essas contradições, é importante deixar claro que não se está sugerindo que a juventude quebradeira deve permanecer somente no campo, tendo uma vida com poucas oportunidades e sem buscar outras formas de emancipação. É necessário que se estabeleça condições para que a juventude tenha acesso a uma educação do campo, baseada na sua realidade, assim como assegurar o acesso às políticas públicas estabelecidas para a juventude camponesa a partir de pressupostos de valorização e manutenção de seus territórios.

Tais oportunidades promoveriam novas chances para que essas mulheres consigam ter acesso a processos que fortaleçam a sua formação política, sua identidade e seu modo de vida, mantendo-se em seus territórios com condições dignas de trabalho e de vida. Portanto, o acesso às garantias dadas por políticas públicas direcionadas aos jovens do campo tende a se reverter em permanência e garantia fundamental dos direitos humanos nos territórios em que vivem.

3.4 Identidade quebradeira pela autonomia

“A mulher não ajudava, ela fazia tudo!
(Quebradeira Amarflis, 19 anos, entrevista cedida em 2023)

Vem mulher, de mãos dadas vamos caminhar. Oh, mulher, vamos juntas a história fazer. Vem mulher, que unidas vamos triunfar. Novo rumo a história terá e a vitória vai acontecer” (MIQCB, 2014).

No processo de construção da identidade das quebradeiras como sujeito político está presente a questão de gênero, como já foi pontuada anteriormente, e que está centrada em formas múltiplas de ocupar o espaço destinado às mulheres: trabalhadoras que também são mães, estudantes, professoras, donas de casa, extrativistas, lavradoras etc. Essa articulação da identidade coletiva de mulheres está presente na canção “Vem Mulher”, do MIQCB, que mostra que o senso de coletividade entre as quebradeiras é fundamental em suas lutas.

Sobre a identidade das quebradeiras de coco babaçu, realçamos que a mesma é atravessada pela materialidade do seu modo de vida como quebradeiras e pela condição de ser mulher e camponesa. É nessa perspectiva que Barbosa (2016) considera a identidade das quebradeiras de coco babaçu, quando analisa a relação entre identidade política e as categorias de gênero.

As quebradeiras de coco babaçu da comunidade Sítio também sinalizam as contradições que perpassam as dinâmicas de gênero e classe por elas vividas. O depoimento de Angélica

retrata maiores detalhes acerca deste aspecto, realçando o sentido da alegria, produzida pelo trabalho coletivo, ensinado de geração em geração:

[...]eu sou feliz com isso, ser mulher, ser mãe, ter saúde pra mulher, mesmo trabalhar, minha mãe ter ensinado eu trabalhar. Porque, se ela ensinasse a gente a não trabalhar, que a gente não estudou, a gente sofria muito. Mas, como a gente aprendeu a trabalhar para nós, não vê sofrimento, é animação. Eu gosto de trabalhar, pra mim eu tô é na animação, principalmente quando eu tô no grupo, nós estamos aqui no grupo. A gente fica muito animada o dia todinho, muito bom. Eu gosto de ser mulher e agradeço meus pais ter ensinado eu a trabalhar pra mim; se não, hoje eu já tinha até morrido de fome, se eu não tivesse aprendido a trabalhar, mas aprendi... Não estudei, mas trabalho, sei ao menos assinar meu nome... Graças a Deus. (Angélica, 40 anos, entrevista cedida em 2022).

Esse depoimento foi feito por uma das mais antigas quebradeiras da Comunidade e reflete sobre a condição feminina de trabalho no campo, afirmando a potencialidade de suas práxis no coco, tanto para a comunidade como para nutrir o sentido da vida das mulheres.

Mas Dona Angélica também reflete sobre as desigualdades que enfrentou: não teve oportunidade de estudar, desvantagem social que ela buscou minimizar por meio do trabalho no coco. Essa mesma percepção está presente nas falas de outras quebradeiras mais velhas da Comunidade, refletindo a vida no coco como a forma possível de trabalho e reprodução da vida das famílias da comunidade.

A partir dessas reflexões, as quebradeiras fazem os apontamentos relacionados às questões de gênero e destacam como a quebra do coco continua sendo essencial para a autonomia econômica e social das mulheres da comunidade atualmente. Apesar das dificuldades, as quebradeiras reafirmam a importância de terem um meio de sobrevivência. A quebra do coco.

Eu vejo essas mulheres aqui como resiliência, mulheres fortes, guerreiras. A maioria das mulheres daqui do Sítio sustentou os filhos quebrando coco, nunca desistiu. Se não tivesse o coco aqui, como seria a vida dessas mulheres? Que elas já viram as mães dela já sobrevivendo do coco, ela foram aprendendo e já foram ficando aqui na comunidade... é o sustento pra família, é a opção. (Amarílis, 19 anos, entrevista cedida em 2022).

Deste modo, ser mulher que quebra o coco na Comunidade é uma condição existencial que remete à força e, a partir disso, o trabalho é visto como instrumento de autonomia, como elemento da emancipação, pois dele deriva as condições para o protagonismo da mulher no sustento da família. Santana (2023) discute processos de emancipação a partir de espaços coletivos, tais como cooperativas, associações e grupos de mulheres, bem como os quintais florestais, que colaboram diretamente para o processo de emancipação política e econômica das

mulheres que neles trabalham, possibilitando que elas possam ocupar espaços para além daqueles já pré-concebidos, tais como espaços políticos e mesmo de decisão no núcleo familiar. O autor realça a importância da coletividade no processo de emancipação, verificando que, quanto mais envolvida e engajada em espaços coletivos, o processo de emancipação é maior.

Esse processo de emancipação, articulado pela autonomia, ocorre diretamente com as quebradeiras de coco, uma vez que, desde a coleta até a quebra do coco, as mulheres fazem o trabalho em grupo e dominam todo o processo produtivo. Os grupos são contextos de trocas de ideias e de informações; neles as mulheres conversam sobre suas vidas, enquanto trabalham, buscando soluções coletivas para problemas encontrados em suas famílias, casas e Comunidade. Portanto, a lida do coco é também um espaço de busca da emancipação dessas mulheres.

Emancipação deve ser aqui entendida como processo histórico que faz parte do movimento camponês, por meio da relação trabalho-educação, no qual a emancipação é um horizonte buscado. Nesse sentido, a emancipação é um processo coletivo e não individual. A emancipação humana transcende o indivíduo, na medida que é o princípio e fim do processo educativo, pressupondo a liberdade de escolha, autonomia no trabalho, e, indo além, propondo igualdade nas condições, para que a liberdade e emancipação seja acessível a todos (as) (RIBEIRO, 2009).

Logo, a autonomia adquirida pelo trabalho é um instrumento do processo emancipatório das quebradeiras de coco do Sítio, que deve ser entendida como uma emancipação relativa, pois nesses espaços coletivos de trabalho, a emancipação é um horizonte que se almeja como processo.

Assim, a identidade quebradeira vai sendo transformada pela luta que busca emancipação, na medida que opõe ao patriarcado, a partir da categoria de gênero. Para as quebradeiras de coco do Sítio, esse processo se apresenta em diversos espaços, seja no seio familiar e/ou comunitário, a autonomia a partir do trabalho no coco como processo emancipatório, permite a geração de renda, a segurança alimentar das famílias, uma certa independência financeira dos homens. Esses aspectos conformam as premissas que nutrem a formação de um feminismo popular camponês, pela quebra do coco, conforme pode ser percebido nos depoimentos a seguir:

As mulher aqui do Sitio são é rica. Acho que são ricas porque tem lugar que as pessoas não têm oportunidade assim, né, do seu próprio trabalho mesmo. Que é uma luta muito grande, é uma luta grande. Mas elas têm o dinheiro dela na hora que elas querem, não dependendo de ninguém, né verdade? (Begônia, 54 anos, entrevista cedida em 2022).

..aí eu peço a Deus sempre para dar continuidade porque eu sou rica porque eu criei tudo sem pai sou eu sozinha, esse homem que hoje convive comigo já é pai daquele menino ali, mas quando ele passou a conviver comigo minhas filhas já estavam criadas e era eu sozinha para criar trabalhando no coco, aí elas começaram me ajudar e tudo, mais ainda pequeno, mas criei... (Hortênsia, 55 anos, entrevista cedida em 2022).

Aqui mostra a realidade que as mulheres não precisam de ajuda de ninguém. Seja marido, alguma figura masculina, porque elas mesmo dão conta de serviço. Significa empoderamento da mulher na comunidade. Elas fazem tudo só elas fazem tudo só, só elas mesmo. (Magnólia, 23 anos, entrevista cedida em 2022).

Nesse sentido, as mulheres afirmam que a partir do trabalho com o coco, visto como uma forma de riqueza, conseguem ter acesso ao dinheiro (e uma certa liberdade) que lhes garante a capacidade de se manter e criar os filhos e de não depender mais (como antes) da figura do homem para ter condições mínimas de se manter e conservar a família.

Apesar disso, é preciso refletir sobre dois processos que não estão presentes nas falas dessas mulheres, mas que podem ser observados. Trata-se da sobrecarga de trabalho associada à responsabilidade de sustentação das famílias. Essa independência, possibilitada pela quebra do coco, também resulta no aumento das responsabilidades das mulheres, isentando os homens de suas obrigações de pai. De outro lado, também deve-se ter em consideração que com essa autonomia, as mulheres quebradeiras não precisam mais ficar presas a casamentos marcados por registros de violências e vínculos abusivos.

Para abordar a questão de gênero, em um trabalho de/com quebradeiras de coco babaçu, é necessário pontuar quais são os atravessamentos vivenciados por essas mulheres, conforme vão se desenhando as análises aqui propostas. Precisamos pensar essa discussão de gênero de forma mais objetiva, pontuando o perfil das mulheres que analisamos, a partir dessa relação entre gênero, raça e classe na realidade da América Latina, conforme os apontamentos de González (2011).

Com base nos apontamentos da autora, e a partir de uma análise histórica, vê-se que eram as mulheres negras, trabalhadoras e camponesas que foram excluídas dessas discussões e dos espaços de debates. As pessoas negras lutam por liberdade e igualdade desde antes da abolição da escravatura. É nessa perspectiva que González (2011) afirma que as negras e as indígenas são as testemunhas vivas dessa exclusão. A autora aponta que a questão racial no movimento feminista no Brasil só foi despertada a partir de um manifesto das Amefricanas que evidenciava a exploração econômico-racial e sexual dessas mulheres e, a partir dessa nova perspectiva, esse grupo de mulheres foi se organizando pelo país. Nessa esteira, a pauta de gênero no campo surge por meio do Movimento de Mulheres Camponesas, o qual lança luz ao

feminismo camponês pela experiência das mulheres do campo (PAULILO, 2016, MOREIRA; THEODORO, 2021).

Desse modo, Akotirene (2019) pontua que ao discutir sobre gênero, deve ser levado em consideração as questões de atravessamento dessas mulheres, como raça e classe. Trata-se da interseccionalidade, fundamental quando pensamos em um feminismo decolonial, que inclua as mulheres de várias representações e, em especial, negras e da classe trabalhadora camponesa.

Na medida que se pensa as opressões sofridas pelas quebradeiras de coco da comunidade Sítio, que além de estarem em uma região de fronteira agrícola, possuem na sua formação de identidade o fato de serem mulheres negras e trabalhadoras do campo, que sofrem opressões de diversas formas, em casa pela incidência do machismo nas famílias, na comunidade e na sociedade, além do critério de raça, que está contido em seus corpos-territórios e em suas subjetividades.

Pensar essas opressões que afetam as quebradeiras de coco, assim como a realidade das mulheres do campo, articula “pano para a manga” para entender a formação do feminismo popular camponês (PAULILO, 2016) como um instrumento de luta contra essas opressões. Na medida em que reafirmam a luta também pontuando a interseccionalidade, as mulheres camponesas se organizam em movimento e afirmam que as “Mulheres querem terra, igualdade e democracia”.

Este foi um dos lemas da Marcha das Margaridas (CFEMEA, 2021), apontando caminhos das necessidades das mulheres e marcando as relações igualitárias como ponto essencial desse caminhar coletivo (MOREIRA, 2019). Mas para que o acesso à terra, a igualdade e a democracia sejam realmente possíveis, precisamos também lutar contra o racismo e as estruturas racistas, inclusive dentro dos movimentos.

Desta forma, trazemos a definição de “feminismo que brota da terra” a partir da articulação das quebradeiras de coco babaçu da comunidade Sítio, incluindo as pautas relacionadas às mulheres (gênero), às pessoas negras (raça) e as camponesas (classe trabalhadora). Mesmo que nas falas das mulheres do Sítio a raça não esteja diretamente pontuada, temos que considerar essas mulheres pelo recorte racial, já que elas se autodefinem como mulheres negras e a observação desse aspecto no contexto das suas lutas é válida e essencial ao lidarmos com as categorias nessa busca pela emancipação.

3.4 A identidade no enfrentamento à violência de gênero

“Quero casar sim, mas arranjando um marido bom. Se não der certo, larga”
(Amarílis, 19 anos, entrevista cedida em 2022)

O debate apresentado a seguir apresenta atravessamentos²⁷, mas entendemos que os processos de pesquisa trazem essas reflexões que muitas vezes nos exigem expor nossas vulnerabilidades. Trazemos tais questões aqui não como algo utilitário, mas como algo reflexivo, um recurso importante para a formação de pesquisadoras feministas e contra coloniais. Saffioti (2015) afirma que os agressores geralmente são poupados pelos mecanismos que beneficiam o patriarcado a ser tão agressivo com mulheres, se não pontuarmos essa discussão, nos diferentes espaços, essa cultura pode ser ampliada. Não nos calaremos!

Desta forma, a reflexão se dá a partir do instrumento que é usado para garantir a autonomia das mulheres e no processo de emancipação das mulheres da comunidade Sítio. A autonomia pela vida no coco, que na visão do patriarcado, é tido como algo ameaçador. Essa independência é posta, em certo aspecto, como algo libertador para as quebradeiras, pois isso, na visão dos opressores, diminuirá o controle dos seus corpos, vontades e desejos.

Cabe pontuar como esses aspectos são recorrentes ao longo das gerações das quebradeiras da comunidade e persiste nos contextos atuais, como memória do passado e experiências do presente.

Trazemos falas das quebradeiras a partir do documentário “Filhas do Coco”, mostrando como as relações do capital se conformam no sistema patriarcal e ainda se fazem presentes na vida das quebradeiras de coco da comunidade Sítio. Trata-se de violências ligadas ao gênero que podem ser observadas no seguinte relato:

uma prima minha, ela juntou com um rapaz, teve um filho e foi morar em Pernambuco. Só que aí, lá, o cara judiava dela, bateu nela e ela teve que pedir ajuda às irmãs dela em São Paulo, para fazer o resgate dela e ela veio. Ela não pensou duas vezes, salvou ela e o filhinho dela e até hoje ela não se arrepende de ter vindo de lá. Então ela pensou: “eu não vou ficar parada não. Vou trabalhar, vou conseguir dinheiro, vou manter meu filho”. E foi trabalhar mesmo, sem medo. Então, é só uma coisa, para vocês ver o tanto que essa comunidade aqui tem dado alimento, tem dado um extrazinho para todos nós. Porque mesmo a pessoa vindo de longe, quando ele chega aqui ele tem, sabe que tem esse meio, o coco (Liderança quebradeira, Filhas do coco).

Na fala da quebradeira emergem aspectos que devem ser levados em conta para reflexão: um deles é como o capitalismo, reforçado pelo sistema patriarcal, entende as mulheres como corpos para submissão. Conforme o acontecimento relatado na fala da jovem quebradeira,

²⁷ Usamos a expressão atravessamentos, com o intuito de demonstrar questões que atravessam a subjetividade dessas mulheres, atravessamentos como condição de como essas mulheres são atravessadas por uma sociedade machista, racista e capitalista.

ela viu a oportunidade de melhorar de vida, casar e “sair da comunidade para buscar novas oportunidades” - algo presente nas falas das jovens quebradeiras da comunidade Sítio.

Uma forma exemplar é o relato sobre a quebradeira que foi resgatada do marido que a mantinha sob cárcere privado. Ainda que seja uma quebradeira de coco, já não consegue mais participar ativamente dos processos formativos do grupo de quebradeiras do Sítio, talvez por vergonha do acontecido. Ela ainda tem residência na comunidade, mas passa a maior parte de seus dias na cidade de Cristino Castro.

É preciso perceber as nuances a partir do relato, na medida em que a moça agredida, ao fazer o retorno para a sua comunidade de origem, viu a quebra do coco como meio para recomeçar. Percebeu, ainda, que nesse caso, a comunidade é uma saída para as quebradeiras de coco que sofrem violência. O retorno à sua ancestralidade mostrou um meio de vida, retomando a importância das experiências e saberes herdados de suas parentes mais velhas e conforme lhe foram ensinados.

Em contrapartida, as mulheres, principalmente as mulheres do campo, quando sofrem violência e conseguem falar do acontecido como uma memória de algo que ficou no passado, é algo atípico. Seguidamente, o sistema patriarcal, vivenciado por essas mulheres, é violento e falar custa, não raro, suas vidas. Na Comunidade, este aspecto também foi posto em reflexão pelas quebradeiras, por meio da memória de uma delas que relata como perdeu a mãe:

Minha mãe morreu, com dois anos que nós tava aqui, minha mãe morreu. Ela se matou, ela morreu queimada... brigava demais mais o marido, mais o papai. Papai era muito ruim para ela e ela se desgostou. Quando foi um dia, nós acordemos, foi ela toda incendiada, dentro de casa. Morreu toda queimada; tava com dois anos que nós morava aqui... Aí, depois, ele casou com outra mulher. (Rosa, 63 anos, entrevista cedida em 2022).

Por meio da memória, construída ainda na infância, a quebradeira relata como o sistema patriarcal interferiu na estrutura da sua família e como esse acontecimento afetou sua possibilidade de convívio com a figura materna. Ainda que de forma distinta, mas com a mesma lógica da agressão de gênero, esse fato se repete na Comunidade. A opressão é permanente, ainda que invisibilizada.

Saffioti (2015) considera a violência doméstica como sinônimo de violência de gênero, conforme conceitua o patriarcado como a dominação-exploração das mulheres pelos homens. A autora faz a reflexão de como o patriarcado vem sofrendo transformações ao longo do tempo. Fazendo uma retrospectiva, ela mostra que na Roma Antiga, o patriarca tinha poder de vida e morte sobre a esposa e os (as) filhos (as). Depois de tantas mudanças na sociedade, ao longo da

história, os homens continuam matando suas parceiras, com requintes de crueldades, seja queimando-as ou até deixando paraplégicas, como foi o caso emblemático de Maria da Penha, que deu origem à lei que carregou simbolicamente seu nome.

Recentemente, foi relatado o caso de uma das lideranças quebradeiras da Comunidade, que precisou sair de casa e da comunidade para proteger-se, evitando que acontecesse um atentado fatal contra sua vida, caracterizado como violência doméstica. Ela teve que renunciar o convívio com os filhos, da família e das companheiras de vida no coco, a partir das ameaças do marido, o qual chegou a depredar os bens materiais do casal.

As agressões vão além das ameaças e atos de ataque físico, incluindo também a parte psicológica. No caso da quebradeira, por mais que estivesse em formação política no contexto das pautas de igualdade de gênero, não conseguiu dar queixa contra o companheiro, pois quis preservar a relação com a família do agressor e poupar os filhos de ter o pai preso.

Importante ter em mente que esse sistema patriarcal se sustenta nas contraversões, fazendo com que a vítima se sinta culpada em expor o agressor e causar vergonha para a família do mesmo. Apesar dessa separação forçada de seu grupo, ela, que é uma das lideranças da comunidade, continua participando, mesmo com receio, dos processos formativos das quebradeiras, como forma de resistência, mantendo-se nas discussões e decisões do coletivo de quebradeiras da Comunidade.

Mendes (2019) reflete sobre o enfrentamento à violência contra mulheres em contexto comunitário rural e realça a dificuldade do afastamento do agressor da vítima. Geralmente, explica, as relações violentas se desenrolam em contextos de familiares próximos, em que a dinâmica de espaço entre agressor e a vítima é diferente de certos contextos urbanos, onde há diversos mecanismos de proteção à mulher e a efetividade do cumprimento da medida protetiva.

Safiotte (2001) retoma essa análise ao afirmar que a violência familiar geralmente só é passível de validade penal a partir dos excessos. Ela aponta como exemplo a lesão corporal dolosa (LCD), que só é passível de constatação a partir das marcas deixadas no corpo da vítima. Reconhece, ainda, que a violência intrafamiliar pode ser praticada na frente de parentes ou familiares menores de idade, mas que essas testemunhas são invalidadas pelo grau de parentesco. Trata de uma forma de violência extremamente escamoteada e negligenciada pelo Estado brasileiro.

De acordo com dados do Ipea (2022), entre 2009 e 2019 foram registrados 50.506 assassinatos de mulheres no Brasil, o que significa dizer que a cada 2 horas uma mulher foi morta. O estudo mostra que desse total, 66% das mulheres assassinadas eram negras.

Já os registros de violência de gênero no campo, de acordo com a CPT (2022), mostram que 31% das mulheres do campo já foram ameaçadas de morte, 13% já sofreram intimidação. Há, também, casos de aprisionamento, cárcere privado, morte em consequência da violência, prisão e tentativa de assassinato, impedimento de ir e vir, detenção, ameaça de prisão, tortura, agressão/ferimento e contaminação por agrotóxico. Esse quadro é agravado quando se analisa o grupo formado por mulheres negras do campo, que adicionalmente sofrem outras formas de humilhação e racismo. Este dado é ilustrado pelo número de estupros de mulheres racializadas do campo (21,13%), entre os anos de 2011 e 2021.

No caso das quebradeiras de coco do Sítio, a violência está sendo ampliada pelas constantes agressões praticadas pelos fazendeiros da região, quando negam, cercam, queimam ou envenenam os cocais, bem como por seus companheiros e/ou dos homens da Comunidade. Isto afeta suas subjetividades enquanto mulheres que buscam a emancipação. No entanto, segundo se verificou nos relatos mostrados ao longo do texto, na medida em que sofrem, elas buscam novas formas de resistência, contra o capital, contra o racismo e contra o machismo.

Esta percepção encontra suporte na visão de autoras como Saffioti (2015), que indica que o poder derivado das ações coletivas tem duas faces: da potência e da impotência. Os homens, historicamente, quando se sentem impotentes diante de situações de risco recorrem à violência, principalmente quando se trata do controle sobre os corpos das mulheres.

Mas, *a democracia não começa em casa?* No caso da Comunidade Sítio, a violência atrela-se à autonomia criada pelas mulheres, a partir do trabalho com o coco ou pelas saídas delas da comunidade para os encontros das redes do movimento de quebradeiras de coco. Possivelmente, devido ao imaginário masculino que passa a entender que a liberdade conquistada pelas suas mulheres é uma forma de perda de controle sobre os corpos e sobre as vontades de suas companheiras, resultando nos casos de violência doméstica ou de gênero.

Esse sistema patriarcal sabota as mulheres de tal forma, que até nos direitos conquistados ocorre práticas cruéis por meio da manipulação ou usurpação dos direitos, tornando-as vítimas novamente. Tiram delas a racionalidade e a lógica, e, com isso, não conseguem denunciar a violência sofrida ou quando tentam fazer a denúncia não surte efeito imediato, deixando essas mulheres vulneráveis. Sobre isso, Carneiro (2003) aponta que os

efeitos do sexismo juntamente com o racismo são tão brutais que acabam por impulsionar reações capazes de recobrir todas as perdas já postas nas relações de dominação.

Nos dois casos de violência relatados contra as mulheres da Comunidade, ambas as vítimas não conseguiram denunciar os agressores, seja pelo receio da família ou pela reação das demais pessoas de seu convívio. Mas continuam ligadas à comunidade pelo trabalho no coco ou pelo movimento.

Desse modo, na medida em que se amplia o horizonte de análise da categoria gênero para a de juventude camponesa e quebradeira de coco, percebe-se outra necessidade de articulação, pois são mulheres de uma nova geração que têm acesso, em certa medida, ao debate na perspectiva da igualdade de gênero, seja pelas suas matriarcas ou seja pelas outras mulheres com quem mantêm contato nas redes de movimentos.

Conseqüentemente, ainda que as relações patriarcais estejam fortemente estruturadas na sociedade, a juventude quebradeira já traz outros aspectos de resistência a partir das discussões feitas nos espaços comunitários e a partir da observação da experiência ou vivências das quebradeiras mais velhas. Nesse sentido, uma das jovens quebradeira da comunidade alega “Quero casar sim, mas arranjando um marido bom. Se não der certo, largo” (Amarilis, 19 anos, entrevista cedida em 202). É nesse sentido que Saffiote (2001) afirma que é necessário educar os mais jovens segundo uma matriz alternativa de gênero, fora da matriz dominante.

Nessa nova perspectiva, é necessário incluir essa geração de quebradeiras nos espaços de debates e lideranças, para que se leve adiante a construção desse feminismo “que brota da terra”, a partir dos próprios sujeitos protagonistas, as mulheres quebradeiras de coco babaçu. Este é um aspecto fundamental para que se estabeleçam vínculos com o território, que essa geração de meninas precisa ter acesso aos bens naturais e aos babaçuais da Comunidade, para que possam se manter no campo, mas com condições dignas de vida e com acesso aos espaços essenciais, nas diferentes áreas, mas principalmente na educação, cultura, saúde, esporte e lazer.

A sociedade atual está sustentada pelo capitalismo, onde tudo é convertido em capital. Porém, os custos dessa conversão do campo em mercadoria, se dão, no Sítio, em grande medida, na negação dos bens naturais da comunidade, principalmente no acesso ao coco. O anseio de sair da comunidade pelas jovens quebradeiras é visto como algo urgente e, na maioria das vezes, significa acesso às condições básicas de vida e a direitos, como a educação e trabalho.

Nesse sentido, fica mais do que evidente a necessidade de criação de políticas públicas, para que seja efetivo o direito à educação, mas também à terra e ao trabalho, particularmente para as jovens quebradeiras da comunidade, mas em geral para a população do campo.

4.0 Considerações finais

As quebradeiras de coco da comunidade Sítio constroem sua identidade quebradeira a partir de alguns pilares: o trabalho, a ancestralidade, a organização coletiva, a luta pela autonomia, e o enfrentamento à violência de gênero. Estes acabam sendo os pontos de apoio de seu feminismo, o que brota da terra.

A formação da identidade a partir do trabalho é algo vivo e que se apresenta no cotidiano dessas mulheres desde sua formação ainda no útero de suas mães, na percepção das memórias uterinas. As meninas do Sítio são iniciadas na quebra do coco ainda na infância em convívio cotidiano com as matas dos cocais; o modo de vida flui naturalmente na lida com o coco. Ao longo da sua experiência como quebradeira, a necessidade de auto-organizar em defesa do direito ao coco as aproxima de uma identidade política, a de serem quebradeiras em movimento.

A busca por emancipação no trabalho com o coco e na luta política se apoia em uma coletividade que emerge da ancestralidade. Ancestralidade esta da qual também retiram o saber-fazer da quebra do coco.

Esse novo significado, o da identidade coletiva de quebradeira construído pelas mulheres do Sítio, se dá pelos processos organizativos comunitários entre as mulheres, mas também pelas influências proporcionadas a partir do envolvimento das mulheres do MIQCB ou com a Universidade, como parte desse processo, que apresenta possibilidades de transformação no modo de ver a vida através do coco.

Esse ser camponesa e ser quebradeira, conforme a identidade quebradeira, é construída pelas modalidades de trabalho e assentada em modo de vida na comunidade. Mas é percebido o ser quebradeira de coco como o principal instrumento da identidade dessas mulheres, afetado pela dinâmica das matas das cocais, entre biomas, presentes na comunidade.

Assim, a ancestralidade também exerce influência na construção da identidade quebradeira, na medida que as mulheres apresentam o sentimento de pertencimento ao território, segundo o modo de vida e saberes, que perpassa de geração a geração.

Deste modo, a partir das categorias políticas das mulheres do Sítio, outros atravessamentos são constituintes na formação da identidade. Na medida em que são mulheres, que possuem em sua a identidade questões referentes à de gênero, de raça, e quanto sua classe social.

Dessa maneira, esses aspectos que marcam suas subjetividades, como mulheres negras e do campo, são fundamentais na construção dessa identidade quebradeira quando a sua

reprodução social. Criando assim estratégias de luta e resistência a partir da articulação com a identidade política.

Igualmente, quando é pontuada a construção da identidade quebradeira pela busca da autonomia, possibilitada por meio do trabalho com o coco babaçu, está-se representando as conquistas das mulheres em função de melhoria de condições de vida e uma certa independência adquirida pelo trabalho com o coco.

A identidade ainda se constrói no enfrentamento à violência de gênero na comunidade, na medida em que, pela identidade quebradeira, aprendem coletivamente o que chamamos de “feminismo que brota da terra”, uma forma de luta contra as opressões vividas por mulheres. As relações entre as quebradeiras mais velhas e a juventude quebradeira são fundamentais para o desenvolvimento desse resistir ao modelo racista e sexista que põem em jogo a vida dessas mulheres. A identidade quebradeira das mulheres do Sítio é construída na luta contra as opressões sofridas no campo.

Referências

ACOSTA, A.; **Bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Autonomia Literária, Elefante, São Paulo, 2016.

AKOTIRENE C.; Interseccionalidade; **Feminismos plurais**. Sueli Carneiro. Editora Pólen. São Paulo. 2019.

ALMEIDA, A.W.B.; Quilombos: repertório bibliográfico de uma questão de redefinida (1995-1997), **BIB**, n.45, Rio de Janeiro, pp. 51-70, 1998.

ANJOS, M.P.; **Experiência de formação de professores no Pronera sudeste do Pará**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Rural, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural Da Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

BARBOSA, V.O.; **Na terra das Palmeiras: Gênero, trabalho e identidades no Universo das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão**; Paço editorial; Jundiáí; 2016.

CARNEIRO, S.; Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, V. 17, N.49, 2003.

CFEMEA; **A Marcha das Mulheres Indígenas fez Brasília pulsar**. Publicado 20/09/2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/feminismos/a-marcha-das-mulheres-indigenas-que-fez-brasilia-pulsar/>, acesso em 15 de fevereiro de 2023.

CIAMPA, A. da C. **A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CPT; **Conflitos no campo: Brasil 2021**, Centro de Documentação Dom Tomás Beduño, CPT Nacional, Goiânia, 2022.

DIAS, M.A.M.; PEREIRA, K. A.; SANTOS, V.L.F.; ARAUCO A. M. S.; Mulheres, floresta e extrativismo: modos de ser, existir e resistir de quebradeiras de coco babaçu da comunidade “Sítio”, Cristino Castro, Piauí. In: PEREIRA; SILVA; DIAS. **Faz escuro mas cantamos: agroecologia e política no sul do Piauí**. CRV. P.177-198. Curitiba. 2021.

EVARISTO, C.; A escrituragem e seus subtextos IN: **Escrituragem: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Orgs. DUARTE, C. L.; NUNES, I. R.; ilustrações Goya Lopes. 1. ed. Mina Comunicação e Arte, Rio de Janeiro, 2020.

FREIRE, P.; FREIRE, P.; **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Paz e Terra. São Paulo. 1997.

FREIRE, P.; **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire; Paz e Terra; São Paulo; 1996.

GIL, A.C.; **Como elaborar projetos de pesquisa**, 4ª edição, Atlas, São Paulo, 2002.

GONZALES, L.; Por um feminismo Afro-Latino-Americano, IN: **Caderno de Formação Política do Circuito Palmarino**. N.01 Batalha de ideias, Coordenação Nacional do Circuito Palmarino. Brasil, 2011.

GUÉNEAU, S.; DINIZ, J. D. A. S.; NOGUEIRA, M. C. R. (2020). Alternativas para o desenvolvimento do bioma cerrado: o uso sustentável da sociobiodiversidade pelas comunidades agroextrativistas. In: S. Guéneau; J. D. A. S. Diniz; C. J. S. Passos (Eds). **Alternativas para o bioma Cerrado: agroextrativismo e uso sustentável da sociobiodiversidade** – Brasília: IEB Mil Folhas, pp. 21-76.

JESUS, L.S.; **Lançando as redes contra a espoliação do território pesqueiro em Acupe-Santo Amaro/BA**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura e Desigualdades e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2018.

LINHARES, A. S.; **Quebradeiras de Coco Babaçu no Médio Mearim, Estado do Maranhão: (re) construindo identidades e protagonizando suas histórias em defesa de patrimônios coletivos**. Dissertação/ Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Agricultras Amazônicas, Belém, 2016.

MENDES, M.A.; **Marias Crioulas: emancipação e alianças entre mulheres no enfretamento à violência doméstica em comunidades tradicionais**, dissertação de mestrado do Centro de desenvolvimento sustentável, Mestrado em Sustentabilidade junto a povos e comunidades tradicionais da Universidade de Brasília, 159 P, Brasília, 2019.

MIQCB, **Canto e encanto nos babaçuais músicas sob domínio popular** selecionadas por “As Encantadeiras”. Universidade Federal do Pará (UFPA). 2014.

MIQCB, **Sobre nós. quem somos**. 2020. disponível em <https://www.miqcb.org/sobre-nos>. Acesso em 25 de fevereiro de 2023.

MOLINA, M.C.; A educação do Campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas; **Educação em Perspectiva**, Viçosa, 6(2) 378-400; 2015.

MOREIRA, S. L.S.; **A contribuição da Marcha das Margaridas na construção das Políticas Públicas de agroecologia no Brasil**, Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

PAULILO, M.I.S.; Que feminismo é esse que nasce na horta? Volume 15, edição especial, **Política e sociedade**, Florianópolis, 2016.

POLLAK, M.; **Memória e Identidade Social**. Revista Estudos Históricos. v. 5. p. 200-215. Rio de Janeiro. 1992.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; **Dos Cerrados e de suas Riquezas: de saberes vernaculares e de conhecimento científico**; FASE e CPT; Rio de Janeiro e Goiânia; 2019.

RIBEIRO, M.; Trabalho e educação no movimento camponês: liberdade ou emancipação? **Revista Brasileira de Educação**, V.14, N.42, 2009.

SACRAMENTO M E.C.; **Da diáspora negra ao território das águas: ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas- BA**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação profissional de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SAFIOTTE, H.I. B.; **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª edição, Expressão Popular: fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2015.

SAFFIOTI, H.I.B.; Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero, **Cadernos Pagu**, 16, pp. 115-136, 2001.

SANTANA, E. J.; **“Eu não me baixo, eu não entrego os pontos, eu saio, eu vou à luta”:** processos de emancipação de mulheres rurais da cooperativa D’Irituia, Pará. Dissertação de mestrado (Programa de pós-graduação Agriculturas Amazônica) Universidade Federal do Pará. 2023. 89 f.

SANTOS, A. B.; **Colonização, quilombos: modos e significações**. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI), Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SANTOS, L. A.; Regulamentação das atividades de lobby e seu impacto sobre as relações entre políticos, burocratas e grupos de interesse no ciclo de políticas públicas – análise comparativa dos Estados Unidos e Brasil. Tese defendida no Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Brasília, 2008, 542 p. http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1483/1/Tese_2008_LuizAlbertoSantos.pdf. Acessada em maio/2021

SEN, A.; **Desenvolvimento como liberdade**. Companhia das Letras, São Paulo, 2010.

SEPLAN- **Secretaria de Estado do Planejamento. Governo do Piauí**. 2015. Acesso em: 14/ 05/ 2023. Disponível em: <http://www.seplan.pi.gov.br/mapa-grande.pdf>

SILVA, M.A.D.; Memória e identidade do povo Xetá: narrativas visuais e memórias coletivas no quadro de dispersão, Editora da Universidade Federal do Amazonas, Alexa Cultura, São Paulo, 2020.

SILVEIRA et al.; vivências de jovens transmasculinos na Universidade Federal do Piauí. **Revista eletrônica de Ciências Sociais**, N.35, Juiz de Fora, 2022.

SOUZA, J.R., Terras Geralzeiras em disputa: os processos de autoafirmação identitária e retomada territorial de comunidade tradicionais de Rio Pardo de Minas frente à concentração fundiária. Dissertação de mestrado do Centro de Desenvolvimento Sustentável, Mestrado Profissional em Sustentabilidade Junto a povos e terras tradicionais, da Universidade de Brasília, 228 P., Brasília, 2017.

VIEIRA JUNIOR, I.; **Torto Arado**, 1ª edição, Todavia, São Paulo, 2019.

CAPÍTULO 4

Educação, identidade e memória no enfrentamento ao agronegócio: a partir da juventude quebradeira de coco babaçu da Comunidade Sítio

Resumo: O objetivo deste artigo é problematizar e investigar as relações entre a mudança da identidade das quebradeiras e a construção de sua memória coletiva na desterritorialização da Comunidade Sítio. Por meio da pesquisa qualitativa, de abordagem participativa e colaborativa, revisão documental, entrevistas semiestruturadas e produção de um audiovisual. A pesquisa foi feita com quebradeiras de coco babaçu da comunidade Sítio, Cristino Castro, Sul do Piauí. Potencializando a oralidade dessas mulheres, as quebradeiras analisam as contradições em que vivem apontando a relação da identidade para a formação da memória coletiva, frente a juventude quebradeira da Comunidade. Deste modo, apontam a questão da educação, pela falta de acesso à escola, e o trabalho pela falta de acesso ao coco, como fatores principais do êxodo rural da juventude da comunidade, como uma tentativa de apagamento da memória coletiva da comunidade. Apresenta-se a construção da identidade da juventude quebradeira como construção de sujeitos políticos, na expressão da defesa dos direitos e da resistência da comunidade.

Palavras-chaves: Escolarização, comunidade tradicional, sujeitos políticos, modo de vida.

Abstract: The purpose of this article is to problematize and investigate the relationships between the change in identity of the breakers and the construction of their collective memory in the deterritorialization of the Sítio Community. Through qualitative research, with a participatory and collaborative approach, through document review, semi-structured interviews and production of an audiovisual. The research was carried out with babassu coconut breakers from the Sítio community, Cristino Castro, South of Piauí. Leveraging these women's orality, the breakers analyze the contradictions in which they live, pointing out the relationship between identity and the formation of collective memory, in the face of the community's breaker youth. In this way, they point to the lack of access to school, coconut and work as the main factor in the rural exodus of the community's youth, as an attempt to erase the community's collective memory. Introducing the construction of the identity of the youth breaker as a construction of political subjects, in the expression of the defense of rights and resistance of the community.

Keywords: Schooling, traditional community, political subjects, way of life.

1.0 Introdução

O artigo aborda a relação entre a educação, a identidade e a memória coletiva das quebradeiras de coco babaçu no sul do Piauí, destacando como este modo de vida representa uma forma de resistência à expansão do capitalismo no campo, conformado na região como agronegócio. Tem o objetivo de problematizar e investigar as relações entre a mudança da identidade das quebradeiras e a construção de sua memória coletiva na desterritorialização da comunidade Sítio, no contexto da disputa supracitada. De modo particular, partiu-se das visões da juventude no contexto das relações entre educação, identidade e memória.

Segundo Sposito (1997), a categoria de juventude deve ser pensada no plural – Juventudes – já que não se trata apenas de uma fase da vida, marcada fortemente por mudança biopsíquicas e/ou, demarcada por uma faixa etária, mas de intensas descobertas, crises e

desafios relacionados a como cada segmento social vive essa fase, considerando marcadores como gênero, classe, raça, local de moradia e outros pertencimentos e sociabilidades.

Deste modo, as juventudes rurais, são perpassadas por diversas problemáticas. Particularmente, no caso da juventude quebradeira da comunidade Sítio, podemos perceber alguns fatores: a influência da ideologia urbanocêntrica (MOLINA, 2015), a indústria cultural na colonização do imaginário (BASTOS, STEDILE E VILLAS BÔAS, 2015; CHÃ, 2018), ausência de equipamentos culturais no campo, de oportunidades econômicas e a falta de perspectiva para a sucessão familiar nos lotes (CASTRO, 2009; CASTRO, 2017).

Pensando nisso, apresenta-se os sentidos das categorias discutidas neste artigo, no qual trazemos a educação na perspectiva Freiriana (FREIRE, 1987), que apresenta a concepção de educação no sentido emancipatório, em que se conforma como prática de liberdade, em contraponto da educação bancária.

A identidade é aqui tomada como representação coletiva de um povo que alicerça seu modo de vida. Almeida (1998) afirma que a consolidação da identidade enquanto prática de autodefinição consensual, passa por um sistema de práticas políticas organizativas e produtivas, seja ele na unidade de trabalho familiar ou em outros grupos, envolvendo critérios ecológicos e símbolos que remetem à uma ancestralidade compartilhada, legítima no cotidiano cultural de um povo.

À essa perspectiva acrescentamos as reflexões de Barbosa (2016), para quem a construção da identidade das quebradeiras de coco babaçu, deve ser refletida a partir de critérios de gênero, de classe e étnicos-raciais (e conforme discorreremos no capítulo 3 desta dissertação).

A identidade, portanto, de um lado, se expressa e elabora entre os desafios de ser mulher, camponesa e extrativista, negra, de classe popular e em área de disputa por ser fronteira agrícola. Mas, por outro lado, também se vincula ao lastro do pertencimento à uma linhagem ancestral positivada pelo vínculo co-evolutivo com a natureza, na construção de autonomia econômica e sociocultural.

Como componente estruturante na construção dessa identidade, destaca-se a memória coletiva que reproduz e atualiza às quebradeiras, de geração em geração, a luta social como caminho e alternativa existencial para a reprodução de suas vidas. Isso porque, historicamente, estas são ameaçadas sempre que seu território também interessa à expansão do capital.

Autores como Halbwachs (1990) e Pollack (1992), de modo ocidentalizado, apresentam estudos voltados para a relação entre a identidade e memória coletiva. Neste texto optamos por

trazer uma visão suleada²⁸, seja por autores que trabalham nessa conceituação a partir de um contexto e de uma visão sul americana, seja por intelectuais orgânicos das classes populares e que fazem parte de povos e comunidades tradicionais. Fazemos tal opção como princípio político-epistêmico, por acreditarmos que os próprios povos devem ser protagonistas de suas histórias, não pela perspectiva do colonizador, mas a partir do que Evaristo (2020) conceituou como *escrevivência*, a escrita de si.

A partir disso, temos como principais referências para a reflexão da relação identidade-memória o pensamento das autoras brasileiras Sacramento (2019) e Silva (2020), as quais são mulheres de populações tradicionais, que consideram a identidade e a memória coletiva como artefatos culturais para o fortalecimento, a resistência e a reprodução de vida das comunidades rurais, das águas e das florestas, assim como a manutenção dos territórios que se encontram ameaçados pelo capital. Na medida que, “não existe possibilidade de vida para nós no conjunto do que somos sem os elementos que compõem nossa identidade” (SACRAMENTO, 2019, P.18).

Sob tal lente, analisamos o contexto socioeconômico e cultural do sul do Piauí, considerando, de um lado, que essa região está incluída entre as regiões do Plano de Desenvolvimento Agropecuário Matopiba; ou seja, é um território que foi inserido, por meio de uma política pública, no circuito internacional de reprodução capitalista viabilizada pelo agronegócio, incluindo os negócios de terras²⁹, com vistas a expansão da monocultura de soja e gado, e financiadas por fundos de pensão internacionais (FIAN, REDE, CPT, 2018).

E, de outro, contraditoriamente, é uma região onde vivem povos tradicionais, que dependem da biodiversidade e da terra para viver. Trata-se dos filhos da Chapada das Nascentes, um berço das águas no ecótono Cerrado-Caatinga, caracterizado por uma intensa sociobiodiversidade.

Portanto, nesse território em disputa entre o capital e os povos e comunidades tradicionais nos propomos a pensar as formas plurais de vidas confrontando as narrativas estabelecidas pelo agronegócio e a das quebradeiras de coco.

Desse modo, essa expansão da fronteira agrícola, se estabelece conformando como negócio de terras na região, na medida que as quebradeiras de coco do Sítio têm a percepção de

²⁸ Trazendo pensamentos e práticas pelas vozes do Sul, particularmente da América Latina.

²⁹ Destacamos aqui que o modelo de exploração que vigora na região é baseado nos pressupostos do modelo agrícola que articula a cadeia do agronegócio, onde a terra é usada como mercado por meio de vários métodos. Seja pelo uso para a monocultura, para o gado, seja para a mineração ou, até para a espoliação. Trata-se da implementação dos ideais do capitalismo, que se reinventa para transformar o que era coletivo em algo privado e produtor de capital.

ameaça do território e vão se organizando coletivamente, seja pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, pelos projetos de extensão junto a Universidade Federal do Piauí (UFPI) e mais recentemente pelo projeto do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) ou ainda pelos processos organizativos-comunitários a partir da quebra do coco.

Tratamos, particularmente, das quebradeiras de coco da comunidade Sítio, que se encontram na zona rural do município de Cristino Castro, que apresentam a identidade e a memória a partir de modo de vida amalgamado e enraizado nas dinâmicas ecológicas do território das matas dos cocais no Sul do Piauí. Trata-se de uma comunidade que coevoluiu com o bioma, em processos de extrativismo e agroecologia há mais de 200 anos.

O estudo que aqui se apresenta faz parte de pesquisa de mestrado intitulada “As quebradeiras de coco babaçu do sul do Piauí: memórias e identidades em movimento”, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER) da Universidade de Brasília

2.0 Metodologia

Esta pesquisa é caracterizada como qualitativa, uma vez que, segundo Godoy (1995), estuda fenômenos que envolvam seres humanos e suas relações em diferentes contextos, podendo ser melhor compreendidos no ambiente em que ocorrem ou do qual fazem, segundo um enfoque integrado, na perspectiva das pessoas envolvidas.

Buscou-se a abordagem qualitativa associada à pesquisa participante e colaborativa dialógica, que segundo Colette (2017), vai além das experiências e parte de proposições e articulações conjuntas, assumindo um compromisso com o diálogo e a ação transformadora.

A coleta de dados se deu por meio de revisão documental em relatórios de pesquisas e boletins cartográficos, de entrevistas semiestruturadas, bem como por meio da produção de um vídeo documentário. Além disso, foi feita observação participante e diálogos abertos com o apoio de uso de caderno de campo e gravador.

O público considerado abrangeu cerca de vinte mulheres quebradeiras do coco babaçu da comunidade Sítio, destacando-se lideranças mais maduras e a juventude quebradeira. Os encontros foram organizados a partir de suas disponibilidades, de forma a não atrapalhar a organização do trabalho. Nesse sentido, parte das entrevistas ocorreu no âmbito da dinâmica do trabalho com o coco ou nos afazeres domésticos.

A seleção das interlocutoras deu-se a partir das lideranças quebradeiras, uma vez que são elas as mulheres mais maduras da Comunidade. Posteriormente, essas lideranças foram indicando outras quebradeiras, incluindo mulheres mais jovens, que se configuram como a juventude quebradeira. Esse formato de pesquisa contempla a técnica da bola de neve, que segundo Vinuto (2014) configura-se como uma amostragem não probabilística, utilizando cadeiras de referência, construída com informantes-chaves, localizando pessoas para a pesquisa.

Apesar de várias tentativas, não foi possível fazer a entrevista individual e presencial com algumas das mulheres, devido aos desencontros de horários ou porque algumas delas trabalham nas cidades da região, principalmente no município de Cristino Castro. Mas esse contratempo foi resolvido por meio de contato telefônico de acordo com a disponibilidade das trabalhadoras. Assim, essa pesquisa se deu de acordo com a disponibilidade das quebradeiras, refletindo a realidade de vida como mulheres, mãe, esposas e trabalhadoras do campo em suas múltiplas funções.

As entrevistas e a construção da narrativa documental também serviram como registro para posterior análise de dados. O roteiro do documentário³⁰ levou em conta a história da Comunidade, segundo a narrativa da memória das quebradeiras. Houve uma articulação conjunta com a Escola de Teatro e Vídeo Popular do Piauí: Cenas Camponesas³¹.

A organização dos dados foi feita por meio do software Iramuteq³². Assim, foram criadas categorias temáticas a partir da oralidade das mulheres.

Optamos por expor cada uma das falas usando nomes de flores de forma a não as expor em conflitos, que retratam uma zona de embates entre o modo de vida camponês e o avanço da fronteira agrícola, inserida no modelo do agronegócio. Além disso, como modo de segurança para as interlocutoras de pesquisa e para assegurar as formas de ética de pesquisa, foi lido junto com as mulheres o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), após houve a assinatura, todas as mulheres indicadas aceitaram participar da pesquisa.

³⁰ Documentário “Filhas do Coco”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VSqqfF5cbxw&t=6s> com 14 minutos e 38 segundos.

³¹ Projeto de extensão universitária, coordenado pela professora Kelci Anne Pereira, que visa articular o vídeo popular e o teatro político como formas de organização social, comunicação e cultura política orientadas à resistência e à territorialização camponesa.

³² É um software licenciado pela GNU GPL (v2). Ele ancora-se no software R (www.r-project.org) e na linguagem python (www.python.org). (Disponível em: http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/Tutorial%20IRaMuTeQ%20em%20portugues_17.03.2016.pdf)

3.0 Aspectos da identidade conforme a memória coletiva: a visão da juventude quebradeiraira do Sítio

A identidade de um povo remete à sua memória, tal como a memória remete à construção da sua identidade (SILVA, 2021). Para as quebradeiras de coco babaçu essa relação se reflete na produção e reprodução material e simbólica do seu modo de vida. Trata-se de um processo coletivo em que cada mulher e trabalhadora se vê e se autodefine em relação ao grupo do qual pertence e descende: o das quebradeiras. Tal grupo se atualiza e reafirma a partir da luta social coletiva e da organização política como aspecto fundamental para a manutenção do território, para além da luta cotidiana, do labor, da faina diária no trato e na lida com a natureza, com o trabalho com o coco feito coletivamente com as companheiras.

Neste contexto, situamos a identidade da juventude quebradeiraira da comunidade Sítio, entendendo que esse grupo está em movimento, na medida que as jovens quebradeiras se criam e recriam, a partir da oralidade, do convívio e do trabalho com as mais velhas, e no contexto da luta coletiva junto às quebradeiras mais velhas, organizadas junto ao MIQCB.

Assim, podemos pensar os fatores que afetam a manutenção dessa identidade nesse território, em função do desafio que emerge da dinâmica da fronteira agrícola, onde estão situadas essas mulheres.

De tal modo, o capitalismo no campo, se conforma em negócios de terra na região, seja pelas criações das fazendas ou pela privação dos babaçuais da comunidade Sítio. E este fato se dá a partir de outras privações que perpassam muitas vezes imperceptível para as quebradeiras, mesmo assim, essas mulheres apontam como entendem a interferência do capital na memória coletiva da comunidade. Um dos primeiros apontamentos que as mulheres fazem de que maneira o contexto escolar na comunidade foi desarticulado, como estratégia na tentativa de fragilizar a memória da comunidade, interferindo na permanência das pessoas no campo.

Deste modo, a escola, que tratamos é de acordo com as premissas escola do campo, que é construída contra o viés das escolas hegemônicas, mas em um projeto de educação que é proposto para a classe trabalhadora, enraizada na luta de classes como superação do sistema do capital, no sentido de desenvolvimento de epistemologias pedagógicas, que materializa a realidade desses sujeitos, pensando como base unitária o trabalho, ciência e cultura (MOLINA, SÁ, 2012).

3.1 Escolarização: impactos na identidade e memória

A escola da Comunidade foi fechada em 2013, sem qualquer explicação por parte do poder público. Segundo o depoimento das mulheres, esse foi o principal fator de abandono escolar por parte das quebradeiras de coco mais velhas da comunidade, pois para continuarem estudando elas teriam que se mudar para a cidade. Essa mudança em muitos casos não era uma opção sequer para as quebradeiras mais novas, seja porque suas famílias não tinham parentes para acolhê-las na cidade, seja porque seus pais, ainda apegados ao pensamento patriarcal, não confiavam em enviar suas filhas para a vida urbana, temerosos de que arrumassem namorados e se tornassem “mal faladas”.

Este fato, o do fechamento da escola da comunidade, está articulado à uma dinâmica nacional de massacre das escolas do campo e destinação dos alunos à escolas da cidade ou a escolas nucleadas no campo. O fechamento e nucleação de escolas faz parte de um conjunto de políticas sistemáticas de “limpeza social” para facilitar o avanço da produção mercantil de commodities. A desterritorialização dos sujeitos do campo para a vivência do direito à educação na cidade ou no núcleo significa mudanças significativas na organização socioterritorial, econômica, política e cultural das comunidades locais, que sofrem com uma educação descontextualizada e desterritorializada (RODRIGUES, 2017).

Para a juventude, essa forma de acesso à escola da cidade é algo que interfere no contexto comunitário. Pois a realidade é que as meninas precisam sair da Comunidade cerca de uma hora antes da entrada na sala de aula, e o cotidiano comunitário para essas jovens fica restrito aos períodos de férias ou nos finais de semana. O afastamento das atividades comunitárias, inclusive em ajudar as mães a quebrar o coco, o que antes era possível, nessa conjuntura, precisou ser mudado.

Nesse contexto, de um lado muitas jovens também abandonam a escola, na medida que para a realidade da juventude trabalhadora, em especial, da juventude quebradeira que precisa ajudar os pais na manutenção da família, a escola é importante, mas elas precisam sobreviver para que seja possível estudar. Por outro lado, seguir estudando requer que a juventude tenha que sair da comunidade para mudar-se para a cidade, onde se situa a escola, o que nem sempre é possível, por questões financeiras. Outra possibilidade, refere-se às idas diárias à cidade e retornos diários à Cidade e à Comunidade. As más condições das estradas e do transporte escolar tornam-se desafios permanentes.

Depois da mudança, caso consigam ir morar em Cristino Castro ou adjacências, as jovens e os jovens geralmente não conseguem voltar; suas vidas tomaram outros rumos, se

mantém na cidade e, na medida que vivem o contexto urbano, precisam se manter trabalhando para sobreviver. Na escola urbana, há um contraste com as identidades e memórias das quebradeiras, não se tem o fortalecimento da identidade quebradeira, como algo que é detentora de conhecimentos e sem essa valorização a identidade tende a ser apagada na memória desses jovens. Essa mesma realidade vale para as crianças da Comunidade (DIAS *et al.*, 2021).

As quebradeiras de coco mais velhas, ainda que com baixa escolaridade, têm ciência do poder da escola e da educação na vida das jovens. Isto se apresenta nas falas das mães, na medida que afirmam que não conseguiram estudar, mas que desejam que suas filhas tenham acesso a um longo horizonte na questão da escolaridade. Esse fato se repete com os filhos de suas filhas. Conforme é apresentado na seguinte fala:

Minha menina M. mesmo foi para lá [Cristino Castro] porque ela foi estudar. A L. tem vontade de voltar a morar aqui, mas não tem terra pra ela morar aqui, que a terra que nós mora não oferece, não tem aqui pertinho, lá na Torre não dá para ela morar, né? Não oferece também oportunidade de estudos pros filhos dela, tem que ficar por lá, até os filhos estudar. (Petúnia, 58 anos, entrevista cedida em 2022, – escolaridade Ensino Superior).

Conforme Molina (2015), os processos de fechamento de escola fazem parte de uma lógica articulada pelo capital para o esvaziamento do campo e a construção de um campo sem sujeitos, facilitando assim a ampliação do negócio de terras.

A retirada da escola da Comunidade se articula como desconstrução da memória coletiva e, conseqüentemente, com a identidade das quebradeiras de coco do Sítio, pois este fato causa uma perda de vínculo das quebradeiras com a Comunidade a partir da obrigação de ter que sair para estudar na cidade e não conseguir retornar para convívio familiar. A fala da quebradeira acima mostra, ainda, que o limite da sucessão familiar e do tamanho da terra se encontra em jogo nessa dinâmica das jovens que ficaram na cidade (CASTRO, 2016).

Esse processo de desterritorialização (FERNANDES, 2012) que está acontecendo na comunidade Sítio é algo bem característico que acontece nos territórios camponeses em disputas pelo Brasil, em que este é entendido pelos povos tradicionais como espaço geográfico, cultural e simbólico de reprodução social.

No caso das quebradeiras de coco do Sítio, é projetado, na lógica do capital, como área de expansão de fronteira agrícola. Para que isso seja possível é preciso que não existam nesses espaços escolas, pessoas, babaçuais, nem as populações tradicionais, as quais representam empecilhos para a reprodução do capital.

Com base nisso, ter que sair da Comunidade para estudar é uma realidade imposta, com o apoio da máquina do Estado, pois na medida que as quebradeiras tinham uma escola em pleno

funcionamento e foi fechada, não resta alternativa a não ser ir estudar na cidade. Em um contexto que a escola da cidade não considera a identidade quebradeira, nem a realidade das estudantes que vieram do campo, é reforçado o apagamento da identidade camponesa e de quebradeira de coco, pois estes sujeitos não são considerados providos de conhecimento na lógica da educação bancária (FREIRE,1987) e nem têm suas identidades reconhecidas pela escola urbana.

A partir dessas lógicas de desvalorização da identidade quebradeira na escola, do rompimento de vínculo com a ida para a cidade e dificuldade de retorno para a vida na Comunidade pela falta da terra, seja para morar ou trabalhar, essa juventude quebradeira não tem como entender a vida no coco como possibilidade, uma vez que rotineiramente é reforçado o enfoque de privações de sua realidade.

É nesse sentido que Viera Júnior (2019), em Torto Arado, demonstra como as irmãs camponesas veem essa relação da identidade, a partir dos vínculos com a terra e os aprendizados na escola, por exemplos lúdicos e carregados de ancestralidade, conforme se pode observar no seguinte trecho.

Poder estar ao lado do meu pai era melhor do que estar na companhia de dona Lurdes.... Ela não sabia porque estávamos ali, nem de onde vieram nossos pais, nem o que fazíamos, se em suas frases e textos só haviam histórias de soldado, professor, médico e juiz... Meu pai olhava pra mim e dizia: “O vento não sopra, ele é a própria viração”, e tudo fazia sentido, “se o ar não se movimenta, não tem vento, se a gente não se movimenta, não tem vida”, ele tentava me ensinar. Atento ao movimento dos animais, dos insetos, das plantas, alumbrava meu horizonte quando me fazia sentir no corpo as lições que a natureza havia lhe dado. Meu pai não tinha letra, nem matemática... (VIEIRA JUNIOR, 2019 P. 99).

A valorização da identidade camponesa nos aprendizados repassados pelo pai, exposto pelas personagens das irmãs, trazem luz para a análise do aprendizado, que contrasta com os ensinamentos proporcionados pela professora, seguidamente fora da sua realidade camponesa, e que foi ao abandono escolar. É nesse mesmo sentido, que as jovens do coco da Comunidade Sítio, se veem em um contexto de ensino de uma escola urbanocêntrica que desconhece, ou até mesmo desconsidera, a realidade das quebradeiras de coco, causando o abandono escolar ou o afastamento da identidade quebradeira.

Sacramento (2019) também faz observações sobre como as escolas regulares não “falam a língua” dos povos e comunidades tradicionais, nem valorizam a identidade e história do seu povo, o saber é tratado no sentido folclorizado e como algo que não oferece futuro.

A partir da compreensão da natureza como sujeito de direito (SILVA *et al.*2021), o direito dos povos tradicionais dos territórios é interferido pela lógica de exploração do território,

como na região das quebradeiras da Comunidade Sítio, com a materialização do negócio de terras. Na medida em que essas mulheres, assim como suas ancestrais, estão/estavam na comunidade há mais de 200 anos, na luta pela sobrevivência no território

Deste modo, entende-se a necessidade de retorno da escola da comunidade como uma forma de manter a memória das quebradeiras e de garantir a resistência contra a tentativa de desterritorialização, principalmente da juventude quebradeira do Sítio. Mas sobretudo pensar uma escola do campo de acordo com a realidade das quebradeiras, uma escola contextualizada e que reforce a memória e a identidade das quebradeiras de coco babaçu da comunidade.

3.2 Identidade e memória na relação com a cultura e a ancestralidade

Sacramento (2019) afirma a identidade como algo presente desde o nascimento, a partir da ancestralidade, criticando a escola que não considera ou reduz esse pertencimento como algo vazio ou sem saber.

É nesse sentido que Silva (2020) faz a relação do perigo da perda da cultura no cotidiano, conforme as famílias se mantêm distantes no tempo e no espaço, a ancestralidade estaria com os rumos tomados a partir desses acontecimentos. O afastamento da identidade a partir do afastamento da comunidade de origem, no qual sem o território a identidade ficaria ameaçada.

Nessa perspectiva de que a cultura não é a “cereja do bolo, mas o bolo inteiro”, que deve ser entendida como dimensão significativa de toda as esferas da vida social, como expressão simbólica de diferentes experiências produzidas em um contexto cultural, o qual tem o território como elemento fundante (SARAIVA, 2015 p.60).

Desse modo, a desvalorização da identidade quebradeira pelos artefatos da cultura é estabelecido também a partir do consumo da cultura de massas. Esse é um dos instrumentos usados na interferência no imaginário social, conforme aponta Chã (2016).

No contexto das quebradeiras de coco do Sítio e da região sul do Piauí, as lógicas de apoio a cultura que aponta o fortalecimento do agronegócio como desenvolvimento é construído com apoio do Estado, quando financia as festas da Piauí Exposhow na cidade de Bom Jesus e, conforme também, se apresenta de forma romantizada e distorcida nas mídias nacionais, como nas telenovelas de TV aberta (VILLAS BÔAS, 2023).

Esse projeto de um campo voltado para o agrário convertido em forma de negócio causa influências nas identidades camponesas, seja pelas disputas territoriais e ideológicas, sobretudo pelo ponto de vista da juventude do campo, no modo de perceber seu pertencimento e a forma de ver o modo de vida que associa o tradicional ao atrasado.

3.3 A construção da juventude quebradeira como sujeito político – ancestralidade e direito como elementos da construção de uma identidade e memória

Devemos esclarecer o que entendemos por categoria de juventude camponesa, conforme as considerações de Castro (2009). Ela afirma que a categoria vai além do recorte social hierárquico de idade ou biológico, mas a partir de processo de interação social e configurações em que está imersa. Apresentando identidades sociais, classificada em significados múltiplos.

Assim, a juventude rural construída como sujeitos políticos, reafirmando sua identidade seja como trabalhadores, camponeses ou agricultores familiares, se reorganiza a partir da atuação política como jovens da roça, juventude rural ou jovens camponês. Juventude como construção social.

Essa construção social da identidade das quebradeiras de coco da comunidade Sítio, em movimento, se constitui também como uma forma de resistência contra o capitalismo no campo, se organizando como sujeitos de direitos para lutar contra as formas de privação dos territórios e controle das quebradeiras de coco babaçu.

Na medida em que os territórios tradicionais do sul do Piauí estão em disputa pelo capitalismo no campo. As quebradeiras afirmam que a saída da Comunidade não significa que a jovem vai perder sua identidade de quebradeira, a qual pode se manter viva na memória se esta for valorizada, mas que o vínculo com o território é essencial para firmar e manter os laços de pertencimento do grupo, assim como a continuação da vida na/em comunidade.

É também nesse sentido que Sacramento (2019) faz a discussão de como a identidade é vista como algo fixa, sem possibilidade de movimento. É necessário que se reveja o padrão de identidades, que podem ser múltiplas e continuar sendo singular. Deste modo, a autora afirma:

Trata-se de uma identidade que se constitui por herança ancestral e que também é socialmente construída diante dos conflitos e das ameaças, quando a afirmamos e defendemos ao tempo que nos aperfeiçoamos nela. Nossa identidade construída vem sendo sistematicamente atacada pela imposição externa de um perfil de pescador (a), a tal ponto que quando alguém não se adequa ao perfil imposto é classificado como fraude. Me disponho a dialogar sempre, mas não estou aberta para acatar de forma subalterna os estudos que nos tiram a identidade e a relação com outros ambientes. Sei que podemos fazer várias travessias e, ainda assim, manter a identidade, mas também expandi-la. (SACRAMENTO, 2019. P.25)

É nessa mesma perspectiva, e de outros atravessamentos, que a juventude quebradeira tem despertado para a construção do direito à educação a partir da relação com a universidade, em projetos de extensão, vendo que a identidade quebradeira é símbolo de luta em outros

estados, conforme a relação com a CPT também auxilia, que articula as formações de resistência à expansão das fazendas na região.

Esse despertar também se dá através de outros espaços, seja pelo MIQCB ou pelo (ISPN) com a participação em eventos e seminários, assim como espaços formativos com órgãos governamentais do Estado, reivindicando os direitos das quebradeiras.

3.3 Juventude: trabalho, sonhos e futuro em meio a contradições

A formação acadêmica começa a ser uma possibilidade, na medida que as jovens vislumbram que podem ser quebradeiras de coco e ter formação acadêmica, aprendendo outras profissões, passa a não ser algo impossível e contraditório. A partir disso, as falas das jovens também relatam esse sonho de ter acesso a outros níveis de educação, além da escola e a manutenção da vida na comunidade.

Eu sonho em ser psicóloga, é o meu sonho, eu quero conseguir. Mas quero continuar aqui, né? Não gosto muito de fora não, já viajei, mas não gostei muito não. Para estudar eu vou ter que ir, mas assim pra Bom Jesus, Cristino Castro, mas não pra longe. (Tulipa, 22 anos, entrevista cedida em 2022, - Ensino Médio)

Deste modo, a identidade quebradeira se mantém pela memória coletiva, mas a juventude quebradeira do Sítio demonstra a busca de novas profissões de acordo com seus sonhos de vida, no sentido que, quebram coco, mas também podem ser psicólogas, advogadas ou o que almejam, pensando a necessidade de o vínculo do território para poder estudar, conseguir uma profissão e atuar na comunidade, manter sua ancestralidade no seu território de origem.

É nessa perspectiva que fazemos os apontamentos de um outro fator que tem interferência da identidade quebradeira pelo aspecto da memória coletiva. Em que, de acordo com as mulheres da Comunidade, outra característica, principalmente das saídas, sobretudo dos jovens da Comunidade seria em busca de oportunidades de trabalho e melhoria de vida.

Essa circunstância é observada na visão das quebradeiras sobre a saída de seus irmãos da comunidade, que ocorre devido a busca de trabalho. Quando questionadas sobre os motivos dessa saída, as quebradeiras evidenciam aspectos importantes.

O meu irmão trabalha na fazenda... Ele faz plantação, cuida de vacas, tira leite. (Gérbera, 13 anos, entrevista cedida em 2022- Ensino Fundamental).

Eles foram à procura de uma vida melhor. Foram trabalhar. Eles trabalham no mercado e construção, tem em Cristino, os outros foram pra Goiânia, são três homens,

todos em Goiânia e duas mulheres, uma em Cristino e outra em Goiânia (Jasmim, 27 anos, entrevista cedida em 2022 - Ensino Médio).

Partindo desses relatos, tem-se a visão das jovens sobre as saídas, sobretudo dos irmãos que partem em busca de melhores condições de vida, em contrapartida a mãe desses mesmos jovens não têm o mesmo entendimento sobre a melhoria de vida dessa forma. Para tanto fazem uma série de observações, visto que já entendem a forma de vida dos filhos fora da comunidade como melhoria, apresentando uma série de observações:

Fui pra Goiânia, visitar meu filho, quando dava 4 da manhã eu já vi, um e outro, levantando dentro de casa para ir para o serviço. Quando é 7:00 da noite não chega, meu fi isso não é vida não, eu ficava doida. Isso não é vida não meu filho, não faz uma coisa dessa, meu filho. Vão embora construir uma casa, meu filho. Pega as coisas de vocês e vão construir uma casa e morar aqui. Lá em Cristino já tem muito emprego também, que a mulher dele trabalha de caixa e ele trabalha de pedreiro, aí tem que sair bem cedo, que é longe, fica longe. E aí eu digo, meu filho, isso é vida? Vender hora? Vá para o Piauí, meu filho vai, lá a tua mulher, arruma serviço lá, meu filho sua mulher arruma um serviço para trabalhar e lá aqui no serviço agora em Cristino Castro, agora com esse prefeito, tem serviço aí pra povo trabalhar e tem o vereador aqui também da Comunidade, mas ele nem mora aqui mais. A pessoa quase nem vive direito, cria os filhos tudo preso... Só sai mesmo só pra escola, que não deixa os menino sair (Begônia, 54 anos, entrevista cedida em 2022 - Ensino Fundamental).

Meus sobrinhos, minha sobrinha, eles saíram daqui da comunidade foi a procurar uma vida melhor, porque tem uns que têm convicções diferentes e outros pra estudar também. Brasília é o lugar que tem mais família minha. Tem alguns que tem vontade de voltar a morar aqui, tem uns que a gente ver disse: queria arrumar uma condição melhor pra voltar pra aqui, pra ter uma vida, levar vida diferente aqui, pra voltar pra minhas profissões... (Comélia, 45 anos, entrevista cedida em 2022 - Ensino Fundamental).

Importante ter em mente que essa busca pela “melhoria de vida” tem prevalecido a partir das influências ditadas pelo capitalismo, que de forma sutil induz a um entendimento de que a vida seria melhor na cidade, onde se tem segurança, em certa medida, de empregos e salários. Mas de acordo com a análise das mães, essa melhoria não foi alcançada, é certo que precisamos de dinheiro para viver, afinal vivemos sob um sistema capitalista que explora cada vez mais a força de trabalho do proletariado, mas a imagem que se vende no campo a partir dessa visão do capital é que devesse ir para a cidade, como aconteceu com milhares de camponeses do interior do Nordeste para a capital do país, em busca dessas melhorias.

Nesse sentido, se nas comunidades camponesas tivessem políticas públicas de educação do campo e empregos voltados para a juventude rural, essa realidade poderia ser vista de outra forma. Os jovens poderiam estudar nas cidades conforme almejam, e conseguir voltar para a comunidade e atuar no emprego que gostariam de executar. Mas o que acontece, principalmente

com a juventude quebradeira da comunidade Sítio, é que eles saem, seja para estudar ou para trabalhar e não conseguem voltar, pois na comunidade não tem a oportunidade de emprego e as terras estão sendo cada vez mais privatizadas, deste modo não conseguem manter a família na comunidade.

Em contrapartida, as mães da juventude quebradeira fazem uma outra análise a partir das observações de bem viver na comunidade, diferente das convicções da juventude que creem na melhoria de vida na cidade.

Nada tá ganho de emprego aqui, que mulher e que mulher ia trabalhar aqui? se não fosse o coco? Aí é uma benção para os pais de família. Eles, os cocal aí que Deus deixou aí para nós, o nativo da terra aí para nós. (Begônia, 5 anos, entrevista cedida em 2022 - Ensino Fundamental).

Eu gosto muito porque eu nunca tive sonho de sair para morar fora. De morar aqui, né? Sempre... um lugar que tem trabalho para gente trabalhar, né? Porque aqui nunca faltou serviço para a gente trabalhar. Aqui nós trabalha na roça, nós quebra coco e aí arrumando o pão de cada dia, sempre... (Hortência, 55 anos, entrevista cedida em 2022, - Ensino Fundamental).

A partir da identidade quebradeira e da memória das mulheres mais velhas da comunidade, elas entendem que a partir das benesses do coco babaçu a vida em Comunidade é entendido pela denominação do Bem-Viver (ACOSTA, 2016), na medida que as quebradeiras mais velhas acreditam no trabalho do coco e da roça como suficientes para se manter na comunidade. Já a juventude busca acesso a novos meios de sobrevivência que não esteja ligado a campo.

O projeto do agronegócio na região dominando mentes se apresenta como desafio em duas principais frentes: na relação da tentativa de desterritorialização das quebradeiras de coco da comunidade Sítio, conforme a juventude não consegue perceber o trabalho no coco como possível, processo que interfere na sucessão rural e na manutenção da identidade quebradeira e as estratégias desenvolvidas pelo negócio de terras, que faz essa tentativa de desfazer o vínculo das quebradeiras com seus territórios.

Mas, na medida que se faz a reflexão desse processo do meio de vida das quebradeiras mais velhas da comunidade, tem que se levar em conta que alguns motivos podem interferir nessa análise. É preciso compreender que suas histórias de vida e as oportunidades estiveram ligadas à vida no coco e na roça, mas deve-se considerar que lhes foi tirado o acesso à educação, sem a escola na comunidade.

Já as juventudes buscam novos horizontes, de acesso à educação e trabalho fora da comunidade, por perceberem a vida no coco e na roça como algo exaustivo, mas também por

entender as condições de ameaça que a comunidade tem, sem acesso aos bens naturais, pois quanto mais o tempo passa, mais a terra e os babaçuais ficam cada vez mais difíceis.

A presença dos estudantes da universidade na Comunidade, pode também ter interferência nesse processo de visão das jovens da comunidade, pois uma vez que o acesso aos estudos é um direito, mas um direito que se deve, além do esforço intelectual, um esforço físico e mental da necessidade do movimento da vida, da comunidade para a cidade. Sendo que, esse caminho de volta geralmente não tem possibilidade de acontecer, conforme isso se expressa na oralidade e memória das quebradeiras.

Desse modo, as jovens quebradeiras de coco do Sítio afirmam que precisam sair para estudar, mas que querem voltar a morar na comunidade, essa forma de sentir o seu lugar no mundo da juventude quebradeira se conforma como modo de resistência pelo acesso à educação, pelo acesso à universidade, pois a leitura de mundo passa por esse processo de retorno e se manter no território é manter a ancestralidade, é resistência.

Cabe destacar também que, algumas jovens da Comunidade passaram a ter acesso a uma educação universitária pela perspectiva da educação do campo, que é uma educação crítica que propõe o fortalecimento da identidade e do território como modo de resistência ao capital que tenta dominar a região.

A partir desse entendimento, uma das estudantes Ledoquianas³³, que faz parte da juventude quebradeira, afirma essa representação de seu território e de sua identidade conforme tem contato com essas discussões contra coloniais (SANTOS, 2015) na academia. “Essa comunidade representa afetos, minha ancestralidade, meus parentes mais antigos que já faleceram” (Magnólia, 14 de novembro- Cursando o Ensino Superior).

As quebradeiras mais velhas, apesar de não terem contato interno com a universidade, trazem em sua memória esses aspectos da ancestralidade na afirmação de sua identidade e vínculo como território, na medida que afirma que:

O Sítio pra mim é a recordação dos meus antepassados é ali, e aí é muito bom o meu Sítinho, não largo ele por nada... (Margarida, 36 anos, entrevista cedida em 2022, - Ensino Fundamental).

Porque aqui eu estudei aqui, né? Fui para a cidade, mas o aprendizado foi aqui, começou daqui, para mim. Acho que representa tudo. Aprendizado da vida mesmo, trabalhar, eu aprendi a trabalhar aqui do coco, eu considero quebradeira de coco como minha profissão... lavradora e quebradeira de coco... (Orquídea, 36 anos, entrevista cedida em 2022-Ensino Médio).

³³ Estudantes da Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC).

Esses artefatos culturais, da quebra do coco e do modo de vida se configuram como processos de resistência no território, a demonstração dessa identidade quebradeira como forma de manter a vida na comunidade e manter a comunidade. Apesar dos desafios com o agronegócio na região, as quebradeiras de coco da comunidade Sítio seguem resistindo ao desenvolvimento do capitalismo no campo, conforme fortalecem seus vínculos com o território.

É nesse sentido, que Silva *et al.*, (2021), faz reflexões sobre as relações de pertencimento a partir dessa ligação com o território, na medida que afirma que:

os territórios dos afetos nos conduzem a um lugar comum, um tempo comum, a um trabalho de memória que atualiza nossa identidade e sentimento de pertença... O atentado contra a floresta é, entre outras coisas, um atentado contra a identidade dos povos que dela vivem ou que dela descendem (SILVA *et al.*, 2021, P.04).

Assim, as quebradeiras de coco do Sítio ao reafirmar seus vínculos com as florestas de babaçus, com o território, criam e recriam modos de resistência, a partir das terras as quais foram de seus ancestrais e apresentam esse sentimento de pertencimento que promove a vida e vai contra a destruição.

3.4 Conflitos, desterritorialização e permanência na comunidade

Outro apontamento de interferência na permanência na comunidade, assim interferindo a identidade e a memória coletiva, é a presença dos conflitos agrários, o que antes era difícil de acontecer, agora se torna constante na região e em especial na comunidade em questão.

Os conflitos agrários relatados pelas quebradeiras interferem em suas vidas e cotidianos. As mulheres têm ciência das disputas de forças instaurada da região e percebe-se o medo de falar sobre esse tema, conforme percebido na fala a seguir:

É tudo fechado de arame, tem as porteiras é trancada de cadeado, aí por isso que a gente não consegue carregar para casa, ter acesso para buscar, se fosse aberto, tinha, mas não consegue por causa dos cadeado, é tudo trancado. (Liderança quebradeira, 30 de novembro).

A maior dificuldade? Caçar, de ir caçar no mato que é difícil achar, que antes era mais fácil de achar, ia bem ali, já tinha um montão. Era mais fácil, as bages do coco eram mais grossas, só que agora é mais ruim as bages... (Juventude quebradeira, entrevista cedida em 2022).

Não tem como você trazer (o coco) porque a moto furou o pneu. A S. vinha empurrando não tinha como nos trazer, é longe onde nós estava... mas não vai ter como eu buscar, eu falo nas pernas, vinha pesada minhas pernas, trazendo na cabeça. Nós tinha deixado a moto para trás, trazendo a baje, aí eu deixei em cima de um pedra, deixei lá... Eu vou buscar ele. É pesado, é, a gente muda ein!? Eu botava o coco na cabeça na Torre e vinha tirar aqui, olha, eu vim parece que isso aqui já vinha descadeirado, aí eu falei eu não vou não, deixei... são quatro pratos de coco, é muito, quatro prato para trazer na cabeça e a outra a outra bagagem. Aí deixei. Fui ontem o dia todo, aí viemos de tarde... Mas se molhar não estraga. Deixa assim, fiquei com medo de chover e depois molhar ou de bicho comer, mocó, eu fico, eita essas mocó

rasgar meu saco, comer meus coco... lutei tanto para quebrar, hein. (Liderança quebradeira, entrevista cedida em 2022).

Os babaçuais acessíveis estão distantes, o que causa sofrimento e dificuldades de toda ordem para as quebradeiras, em função dos longos deslocamentos. Essa situação aparece em vários relatos, que mostram como essa situação interfere no trabalho e na dinâmica de vida da Comunidade, quando se veem sem opções de coleta. Privá-las do acesso ao coco é uma negação de direitos, visto que, a lei do Babaçu Livre³⁴ foi aprovada no estado do Piauí (MIQCB, 2022).

Com a privatização dos babaçuais os direitos da natureza (SILVA *et al.*, 2022) e os direitos das quebradeiras (MIQCB, 2022) são negados, configurando ameaça à reprodução de vida dessas mulheres.

Outro fator que pode ser observado pelas imagens do documentário “Filhas do coco”, é que o território das quebradeiras babaçu vai além das áreas dos babaçuais, se estabelecem também os espaços de trabalho e lazer, se prolongando pelas serras e chapadas nos entornos da Comunidade. “O próprio trabalho produtivo nos garantiu muitas alegrias, talvez as maiores alegrias de toda vida, e um importante processo de aprendizado que vou levar. Além de sermos educadas pelo trabalho, também acessamos lazer no trabalho” (SACRAMENTO, 2019, P. 23).

Desse modo, percebe-se a necessidade de demarcação do território tradicional das quebradeiras de coco babaçu da comunidade Sítio, conforme aconteceu na comunidade Vila Esperança, onde o governo do Estado do Piauí entregou as quebradeiras de coco o Título Definitivo de Propriedade Coletiva do Território Tradicional (MIQCB, 2022).

Portanto, há essa urgência do território das quebradeiras, pelo seu reconhecido a partir do Estado, visto que, a privatização das áreas dos babaçuais, que tem acontecido na comunidade Sítio, tem restringido o acesso aos aos frutos do babaçu e as terras da região às quebradeiras.

Deste modo, há relatos que precisaram sair da comunidade por falta da terra e são constantes no território da comunidade Sítio. As famílias que residiam há décadas estão sendo expulsas do seu lugar de origem pelo agronegócio. A liderança quebradeira relata um desses casos.

Daqui meus irmãos que morava com nós, mora quase tudo em São Paulo. Só tem dois aqui mais eu. Aí um foi para Bom Jesus e outro mora na Japeçanga. é o J. H. Um casou e foi morar em Bom Jesus, o outro casou e foi morar na Japeçanga. Foi embora por causa que o patrão do papai morreu ali e aí e tomaram de conta das terras aí... uma ruma aí, veio não sei de onde e tomou de conta aí. Não tem como recuperar não chegou dizendo que tinha comprado que tinha comprado, mentindo que comprado aí e papai saiu. Nem teve não teve como correr atrás e aí ficou por isso... aí teve que procurar

³⁴Lei Estadual 7.888/22, disponível em: https://sapl.al.pi.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2022/5438/lei_7888.pdf

outro lugar para trabalhar, meu irmão que era casado e já morava lá pra Japécanga... Casou com uma mulher daqui do Sítio, mas foi morar pra lá porque foi morar em uma outra propriedade. (Liderança quebradeira, entrevista cedida em 2022).

Os relatos das tomadas de terras é algo que as quebradeiras evitam falar, e as que falam apresentam ainda com um certo receio. A partir de estudos anteriores (DIAS *et al.*, 2021) trazemos alguns desses casos, pelas vozes das quebradeiras da Comunidade, registradas no 1º boletim informativo do Projeto Nova Cartografia Social dos Babaçuais, em que essas denúncias de espoliação, grilagem e controle das terras colocam em risco à vida desses povos do cerrado e os conflitos gerados pela expansão da fronteira agrícola na região (PNCSA, 2019).

Assim, é preciso pontuar que ao longo da pesquisa e a partir do vínculo estabelecido da primeira autora com a Comunidade, as quebradeiras ficaram mais à vontade em fazer alguns relatos sobre os conflitos. Assim, as mulheres explanam em suas falas essa percepção crítica sobre a dimensão desses processos privativos em seu modo de vida.

Pra cá, tem só até na casa da Aparecida mais pra baixo do Carlucio, mas lá morreu quase tudo os coco, morreu muito coco para lá para baixo, porque pra lá tem as Fazendas, fecharam e lá já derrubaram quase tudo lá nas fazendas.... (Liderança quebradeira, entrevista cedida em 2022).

as dificuldades é de achar o coco, porque tem muita gente que toca fogo aí acaba com as matas de coco. Meu pai trabalha na fazenda e tem meus primos que trabalham lá também, eles moram no assentamento que faz parte aqui do Sítio, o filho da S. também trabalha lá... É privado, não pode pegar o coco, mas lá quase não tem mais coco, já tá tudo desmatado mesmo... (juventude quebradeira, entrevista cedida em 2022).

Nas narrativas, as quebradeiras mostram sua insatisfação com as fazendas, pois percebem que já não se tem mais coco acessível na comunidade e com as privatizações essa falta de acesso se torna maior.

Contudo, relatam que existe um fazendeiro em específico, que as deixam coletar em sua propriedade, isto faz com que as mulheres sintam um sentimento de gratidão pelo permissionário, mas na medida que o babaçu livre se torna lei aprovada no Estado do Piauí, essa atitude do fazendeiro não deve ser concebida como caridade. Assim como deve ser exigido em outras fazendas a permissão e proteção dos babaçuais que restaram, principalmente daqueles que estão dentro do território das quebradeiras da Comunidade.

Deste modo, a partir da análise dos direitos das quebradeiras, mesmo com as fazendas sendo privadas, a coleta de coco seria resguardada pela lei, mas não é isso que acontece. Na época das entrevistas, as quebradeiras continuavam a fazer suas coletas na fazenda que lhes era “permitida”, mas ao decorrer dos dias, o dono da propriedade vendeu essas terras e as quebradeiras ficaram sem ter local perto da comunidade para a coleta, pois se sentem

intimidadas em entrar em uma fazenda que não sabem que é o atual dono, por medo de retaliações.

Conseqüentemente, percebe-se que além da aprovação do babaçu livre, há uma necessidade de fiscalização e implementação da lei, pois os latifundiários não se sentem intimidados em ameaçar as mulheres que queiram fazer a coleta e em continuar as derrubadas dos babaçuais, conforme denúncias (MARTINS, 2023). Há, portanto, o imperativo do cumprimento da lei e penalidades para que os infratores que tentarem atentar contra a vida das quebradeiras de coco da comunidade Sítio, tal como aqueles que possam provocar a destruição das matas dos cocais na região.

4.0 Considerações finais

A identidade das quebradeiras de coco babaçu da comunidade Sítio é posta em movimento, na medida que a juventude quebradeira, juntamente com as suas matriarcas e com o apoio das ancestrais, lutam e resistem às ações do agronegócio.

Um dos caminhos elencados pela juventude quebradeira é o acesso à escola e ao trabalho, preferencialmente que lhes possibilite congregar as atividades de quebradeira de coco (em acordo com a memória de suas mães e tias) com novas profissões. Elas sugerem que sair e retornar a vida coletiva na Comunidade significa resistência, mas também novas oportunidades. Com isso terão a oportunidade de assegurar a manutenção de suas identidades.

Um dos principais pontos da problematização nessa relação entre a identidade das quebradeiras de coco babaçu e a memória da comunidade Sítio está vinculado ao fechamento da escola da Comunidade. Esse processo vem causando uma nova dinâmica de distanciamento. O acesso à escola e à escolaridade é essencial, assim como é um direito. Assim, a privação desse direito converte-se em uma tentativa de apagar a memória construída, já que as jovens quebradeiras têm que sair de sua realidade para acessar a educação formal.

O apagamento da memória e a invalidação de identidades se dá de diversas formas e, em especial pelos mecanismos de monoculturalização das mentes (Shiva, 2003) dos jovens, que passam a aceitar a ideia de que a vida camponesa representa atraso em contraposição ao progresso representado pelo agronegócio (Svampa, 2019).

Essa situação é recorrente, especialmente na região sul do estado do Piauí, inserido no âmbito da região denominada Matopiba, por meio das ações de desterritorialização das comunidades tradicionais. Contrapondo-se a essa lógica, as quebradeiras do Sítio se organizam

e pela resistência por meio das memórias das mulheres mais velhas e como artefato cultural e de reprodução de vida na comunidade.

Nessa trilha, a juventude quebradeira da comunidade Sítio quer manter essa identidade resistindo e permanecendo na Comunidade após um período de formação e estudo que lhes possibilite habilidades e profissões. Ainda assim, elas se espelham na experiência das mais velhas, que com seus modos de entendimento da vida transmitem conhecimentos e sabedorias orgânicas. O conhecimento empírico, ao final, poderá junto com o conhecimento formal trazer novas potencialidades para esse grupo de mulheres.

Referências

ACOSTA, A.; Bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Autonomia Literária, Elefante, São Paulo, 2016.

ALMEIDA, A.W.B.; Quilombos: repertório bibliográfico de uma questão redefinida (1995-1997). **BIB**, Rio de Janeiro, n.45, pp. (51-70), 1998.

BARBOSA, V.O.; **Na terra das Palmeiras: Gênero, trabalho e identidades no Universo das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão**; Paço editorial; Jundiaí; 2016.

BASTOS, M.D.; STEDILE, M.E.; VILLAS BÔAS, R.L.; Indústria cultural, hegemonia e educação. In: BASTOS, M.D.; GONÇALVES, F.C.; **Comunicação e disputa de hegemonia: a indústria cultural e a reconfiguração do bloco histórico**. São Paulo, Outras Expressões, Cadernos 3, 1ª edição, 2015. P. (27- 40).

CASTRO, E. G. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. **REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - POLÍTICA & TRABALHO**, [S. l.], v. 1, n. 45, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/30734>. Acesso em: 30 jun. 2023.

CASTRO, E.G.; Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Rev. Latinoam, cien. Soc. Niñez**, nº 07, V. 01, P(179-208), 2009.

CHÃ, A.M.J.; **Agronegócio e indústria cultural; estratégias das empregadas para a construção da hegemonia**. 2016, 161p. Dissertação de Mestrado em desenvolvimento territorial na América Latina e Caribe do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2016.

COLETTE, M.M.; **Contribuições da pesquisa-ação para o exercício da função social da universidade**. Tese de doutorado da Universidade do Grande Rio “Professor José de Souza Herdy, Rio de Janeiro, 2017.

DIAS, M.A.M.; PEREIRA, K. A.; SANTOS, V.L.F.; ARAUCO A. M. S.; Mulheres, floresta e extrativismo: modos de ser, existir e resistir de quebradeiras de coco babaçu da comunidade “Sítio”, Cristino Castro, Piauí. In: PEREIRA; SILVA; DIAS. **Faz escuro mas cantamos: agroecologia e política no sul do Piauí**. CRV. P.177-198. Curitiba. 2021.

EVARISTO, C.; A escrevivência e seus subtextos IN: Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Orgs. DUARTE, C. L.; NUNES, I. R.; ilustrações Goya Lopes. 1. ed. Mina Comunicação e Arte, Rio de Janeiro, 2020.

FERNANDES, B.M.; Território Camponês. In: CALDART, R.S.; PEREIRA, I.B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G.; **Dicionário da educação do Campo**, Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, expressão Popular, 2012.

FIAN; REDE (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos); CPT (Comissão Pastoral da Terra). **Os custos ambientais e humanos do negócio de terras: o caso do Matopiba**, Brasil. FIAN Internacional. Heidelberg. Alemanha. 2018.

FREIRE, P.; **Pedagogia do oprimido**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 129p, 17ª edição.

GIL, A.C.; **Como elaborar projetos de pesquisa**, 4ª edição, Atlas, São Paulo, 2002

GODOY, A.S. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais; **Revistas de Administração de empresas**; V. 35; N.3; P-20-29; São Paulo 1995.

HALBWACHS, M.; **A Memória Coletiva**; Revista dos Tribunais LTDA; São Paulo. 1990.

MARTINS, T.; Mesmo proibido, agronegócio avança e ameaça babaçuais no sul do Piauí. **Ocorre Diário**, 28 de junho de 2023. Disponível em: <https://ocorrediarario.com/mesmo-proibido-agronegocio-avanca-e-ameaca-babacuais-no-sul-do-piaui/>. Acesso em: 30 de junho de 2023.

MIQCB, Babaçu Livre agora é Lei no Estado do Piauí. **MIQCB**, São Luís- MA, 20 de dez. de 2022. Disponível em: <https://www.miqcb.org/post/baba%C3%A7u-livre-agora-%C3%A9-lei-no-estado-do-piau%C3%AD>. Acesso em: 15 abril de 2023.

MIQCB, CONQUISTA HISTÓRICA! Primeiro território tradicional de Quebradeiras de Coco Babaçu é titulado, **MIQCB**, São Luís- MA, 4 de abr. de 2022. Disponível em: <https://www.miqcb.org/post/conquista-hist%C3%B3rica-primeiro-territ%C3%B3rio-tradicional-de-quebradeiras-de-coco-baba%C3%A7u-%C3%A9-titulado#:~:text=Ap%C3%B3s%20anos%20de%20luta%2C%20o,e%20modos%20de%20vida%20tradicionais>. Acesso em: 23 de março de 2023.

MOLINA, M.C.; A educação do Campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas; **Educação em Perspectiva**, Viçosa, 6(2) 378-400; 2015.

MOLINA, M.C.; SÁ, L.M.; Escola do Campo. In: CALDART, R.S.; PEREIRA, I.B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G.; **Dicionário da educação do Campo**, Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, expressão Popular, 2012.

PNCSA (Projeto Nova Cartografia Social dos Babaçuais), Boletim Nova Cartografia Social dos Babaçuais, **Povos do Cerrado em defesa de seus territórios e contra a devastação causada pelo agronegócio no Piauí**. N. 01, Manaus: UEA edições/ PNCSA, 2019.

POLLAK, M.; **Memória e Identidade Social**. Revista Estudos Históricos. v. 5. p. 200-215. Rio de Janeiro. 1992.

RODRIGUES, M.D.S.; Política de nucleação de escolas: Uma violação de direitos e a negação da cultura e da educação escolar quilombola, dissertação de mestrado, Centro de desenvolvimento sustentável, Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável Junto a povos e terras Tradicionais.

SACRAMENTO M E.C.; **Da diáspora negra ao território das águas: ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas- BA**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação profissional de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SANTOS, A. B.; **Colonização, quilombos: modos e significações**. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI), Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SARAIVA, R.C.F.; A cultura não é a cereja do bolo: reflexões sobre cultura, memória e identidade. In: VILLAS BÔAS, R.L.; PEREIRA, P.M; **Cultura, arte e comunicação**. 1ª edição, São Paulo: Outras expressões, 2015.

SHIVA, V.; **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. Gaya LTDA. São Paulo. 2003.

SILVA, M.A.; FERREIRA, J.S.; MORI, N.N.R.; Identidade e pertencimento: quando a natureza, sujeito de direito, promove direito dos sujeitos. **Revista Videre**, V. 13, N.27, P (26-56), Dourados, 2021.

SILVA, M.A.D.; **Memória e identidade do povo Xetá: narrativas visuais e memórias coletivas no quadro de dispersão**, Editora da Universidade Federal do Amazonas, Alexa Cultura, São Paulo, 2020.

SPOSITO, M.P.; Estudos sobre juventude em educação. **Revista Brasileira de Educação**, nº 06, P. (37-52), 1997.

SVAMP, Maristela. **As fronteiras do neoeextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo, Elefante Ed., 2019, p. 23-74.

VIEIRA JUNIOR, I.; **Torto Arado**, 1ª edição, Todavia, São Paulo, 2019.

VILLAS BÔAS, R.; A questão agrária nas telenovelas e outras possibilidades de representação. **Brasil da Fato**, Distrito Federal, 19 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefatodf.com.br/2023/05/19/a-questao-agraria-nas-telenovelas-e-outras-possibilidades-de-representacao>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

VINUTO, J.; A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto; **Temáticas**; V.22, N.44; 203-220, ago/dez; Campinas; 2014. DOI 10.20369/temáticas.22i44.10977.

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo investigar os processos das mudanças de identidades e memórias coletivas de quebradeiras de coco babaçu afetados pela expansão do agronegócio na região Sul do Piauí. Assim, cada um dos objetivos específicos fez parte da caracterização dessa investigação no formato de pesquisa. Cada capítulo, em formatos de artigos, foi elaborado na perspectiva de contemplar os objetivos elencados.

No artigo *Filhas das Nascentes: Filhas das Nascentes: memórias das mudanças sócio territoriais das quebradeiras de coco babaçu no ecótono do Sul Piauí*, buscou-se descrever a realidade sócio territorial das mulheres quebradeiras de coco babaçu, da comunidade Sítio. Partiu-se de uma abordagem do território dos povos tradicionais da região, que o entendem como Território Chapadas das Nascentes, lugar de produção dos babaçuais e reprodução da quebra do coco como modo de vida.

A realidade do território das quebradeiras, afetado pela expansão do agronegócio, se apresenta com complexidade, pela incidência de fazendas voltadas à exploração nos entornos da Comunidade Sítio e, inclusive, dentro desta. Este fato tem se intensificado a partir da política de apoio e financiamento ao setor agropecuário nos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (MATOPIBA). Nesse embate político, o Estado reforça a expansão do capitalismo nestes territórios, em especial no das quebradeiras de coco do sul do Piauí, que pela política de desenvolvimento de sua Secretaria de Planejamento passa a reconhecer a região como Chapadas das Mangabeiras, legitimando o território como lugar apto à exploração dos seus bens naturais.

As quebradeiras de coco da Comunidade Sítio, as Filhas das Nascentes, resistem aos processos de cooptação do seu território pelo capital, pelo senso coletivo-comunitário e por meio de formações políticas pelo direito ao trabalho com o coco babaçu e pelo território. E, ainda, se articulando em movimento pela manutenção de suas memórias coletivas para a continuação do modo de vida no coco e da reprodução de vida na comunidade.

No artigo "Feminismos da terra: a identidade coletiva enquanto organização de um feminismo popular camponês" foi caracterizado os processos de formação de identidades das jovens quebradeiras de coco babaçu. Retomou-se a construção dessa identidade, a partir de atravessamentos vividos por essas mulheres e percebendo que o trabalho no coco se instrumentaliza como principal meio de reprodução social das quebradeiras da Comunidade.

A identidade apresenta-se como forma de resistência aos processos de privatizações e opressões sofridos por essas mulheres. Refletindo desde as questões de gênero, de raça e de classe, assim como processos de articulação de um feminismo que brota da terra. Este que abre

espaço para o coletivo das mulheres refletir como essas violências interferem em seus corpos e territórios.

Com isso, caracterizamos as redes de movimentos (MIQCB, CPT, UFPI), que chegam de fora para dentro e abordamos as redes de caráter familiar e comunitário, que fazem parte desse de auto-organização do processo de dentro para fora. Essas redes são essenciais para as formações sociopolíticas e identitárias dessas mulheres em defesa de seus corpos-territórios e do território de reprodução das quebradeiras.

A discussão sobre as relações entre a mudança da identidade das quebradeiras e a construção de sua memória coletiva na desterritorialização da comunidade Sítio está presente no artigo Educação, identidade e memória no enfrentamento ao agronegócio: a partir da juventude quebradeira de coco babaçu da Comunidade Sítio.

Neste artigo, procurou-se demonstrar que o fechamento da escola do Sítio é a principal problemática quanto ao acesso das quebradeiras às formas de escolarização, sendo um motivo das saídas da juventude da comunidade.

Outro aspecto apontado é a falta de oportunidades, principalmente de trabalho, para essa juventude quebradeira, que se vê sem a possibilidade de vida no coco, seja por essa falta de acesso ao fruto, seja porque a narrativa do sistema difunde que o campo é um lugar de atraso.

Com esses direitos privados, a juventude quebradeira tende a sair da Comunidade para a busca de melhoria de vida nas cidades. Fazemos a reflexão que a identidade quebradeira não se apaga ao sair da comunidade, mas é preciso perceber que com o território ameaçado, com a impossibilidade da sucessão rural e com ausência dos espaços formativos e de luta das quebradeiras, a identidade construída como modo de vida também é colocada em risco. Pois, sem o território as quebradeiras não conseguem se reproduzir socialmente.

Assim, pontuamos que há uma necessidade da construção de políticas públicas de educação e trabalho, mas também de acesso à cultura, esporte e lazer para essa juventude do campo que se encontra em expansão de fronteira agrícola. Posto que, os processos de exploração da terra, aliado ao desenvolvimento do capitalismo no campo e à indústria cultural, estão cooptando os jovens do campo para os setores do agronegócio.

Na comunidade Sítio, esses processos de privatizações da terra, destruição das florestas de babaçus e a negação de direitos das quebradeiras compõem elementos para a tentativa da desterritorialização da comunidade, apresentado como projeto de expansão do capital agrário.

A relação entre a identidade e a memória coletiva está ligada pelo território das quebradeiras. Com o território em ameaça, o modo de vida tende a ser advertido também. Na

medida em que se opõem ao desenvolvimento do capital no campo, as quebradeiras de coco estabelecem formas de resistir aos processos de violações, que atentam contra sua identidade, contra o modo de vida e a reprodução social na comunidade.

Para que seja assegurado o território das quebradeiras do Sítio, mesmo com a lei do babaçu livre vigente no Estado do Piauí, é preciso que as terras tradicionalmente ocupadas por essas mulheres sejam reconhecidas e tituladas, neste caso, com o Título Definitivo de Propriedade Coletiva do Território Tradicional, o que compete ao governo do estado do Piauí. Deste modo, é imprescindível se atentar para os conflitos agrários que persistem na região sul do Estado e implementar ações para a defesa dos povos tradicionais, assim como dos seus territórios.

6.0 REFERÊNCIAS GERAIS

AATR (Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais); **Relatório INCRA e Poder Judiciário reconhecem fraudes na aquisição de terras no Brasil por fundo de pensão de TIAA-CREF/COSAN e Universidade de Harvard**. 17 de dezembro de 2020. Disponível em <<https://www.social.org.br/index.php/reports/relatorios-portugues/254-incra-e-poder-judiciario-reconhecem-fraudes-na-aquisicao-de-terras-no-brasil-por-fundos-de-pensao-de-tiaa-cref-cosan-e-universidade-de-harvard.html>> Acesso: 17/02/2023.

ACOSTA, A.; **Bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Autonomia Literária, Elefante, São Paulo, 2016.

AGUIAR, D.; BONFIM, J.; CORREIA, M.; **Na fronteira da (i)legalidade: desmatamento e grilagem no matopiba**. 1ª edição, AATR, Salvador, 2021.

AKOTIRENE C.; Interseccionalidade; **Feminismos plurais**. Sueli Carneiro. Editora Pólen. São Paulo. 2019.

ALENTEJANO, P.; A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela terra e Reforma Agrária no Brasil. Caderno Prudentino de Geografia. **Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência**. n. 42. v. 4. p. 251-285. Presidente Prudente.2020.

ALMEIDA, A.W.B.; Quilombos: repertório bibliográfico de uma questão de redefinida (1995-1997), **BIB**, n.45, Rio de Janeiro, pp. 51-70, 1998.

ANDRADE, M.C.; **A terra e o homem no Nordeste**; Brasiliense; Brasília, 1986.

ANGROSINO, M.; **Etnografica e observação participante**. Editora Artmed: Bookman, São Paulo, 2009.

ANJOS, M.P.; **Experiência de formação de professores no Pronera sudeste do Pará.** Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Rural, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural Da Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

ARROYO, M. G.; **Outros sujeitos, outras pedagogias.** Vozes. Petrópolis. Rio de Janeiro. 2017.

ASSIS, R.F.; **os índios do território Serra da Capivara: história, memória e ensino;** Dissertação do programa de Mestrado Profissional em Ensino de História; Universidade Federal do Tocantins; Araguaína; 2016.

BARBOSA, V.O.; **Na terra das Palmeiras: Gênero, trabalho e identidades no Universo das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão;** Paço editorial; Jundiá; 2016.

BASTOS, M. D.; Colonização do inconsciente, colonização da natureza: elementos para uma crítica da articulação entre comunicação popular, revolução verde e indústria cultural. IN: BASTOS, GONÇALVES. **Comunicação e disputa da hegemônica a indústria cultural e reconfiguração do bloco histórico;** Caderno 3. Outras Expressões. São Paulo. 2015.

BAUER, M.W.; GASKELL, G.; **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** 2ª edição, editora vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2002.

BRANDÃO, C.R.; BORGES, M.C.; **A pesquisa participante: um momento da educação popular;** Programa de Formação Continuada em Educação, Saúde e Cultura Populares; Rev. Ed. Popular; v. 6; p.51-62; Uberlândia; 2007.

BRASIL, **Decreto nº 8.447**, de 6 de maio de 2015; disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/decreto/d8447.htm#textoimpresso o Acesso em: 14/02/2023.

BRASIL, **Lei Nº 6967**. De 03 de Abril de 2017; Disponível em: <http://www.seplan.pi.gov.br/ppt.php> Acesso em: 19/02/2023.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Secretária de Desenvolvimento Regional; **Plano de Ação Integrada e Sustentável da Mesorregião da Chapada das Mangabeiras;** Brasília-DF; 2012.

BRASIL, Ministério de Minas e Energia; **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí: diagnóstico do município de Cristino Castro /** Organização do texto [por] Robério Bôto de Aguiar [e] José Roberto de Carvalho Gomes. CPRM - Serviço Geológico do Brasil. Fortaleza. 2004.

BRASIL, **Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Perfil Territorial Chapada das Mangabeiras –PI.** Secretaria de Desenvolvimento Territorial. 2015. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_206_Chapa%20das%20Mangabeiras%20-%20PI.pdf> Acesso em: 15 de fevereiro de 2022.

CALDART, R.S.; Pensando a educação dos camponeses; IN: WIZNIEWSKY, C.R.F.; MOURAD, L.A.F.A.; **Educação, memória e resistência popular na formação social da América Latina**; editora Evangraf; Porto Alegre; 2016.

CARNEIRO, S.; Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, V. 17, N.49, 2003.

CASTRO, E. G. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. **REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - POLÍTICA & TRABALHO**, [S. l.], v. 1, n. 45, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/30734>. Acesso em: 30 jun. 2023.

CASTRO, E.G.; Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Rev. Latinoam, cien. Soc. Niñez**, nº 07, V. 01, P(179-208), 2009.

CEPRO, Fundação Centro de pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí; **Piauí em Números**; 10ª edição, Teresina; 2013.

CFEMEA; **A Marcha das Mulheres Indígenas fez Brasília pulsar**. Publicado 20/09/2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/feminismos/a-marcha-das-mulheres-indigenas-que-fez-brasilia-pulsar/>, acesso em 15 de fevereiro de 2023.

CHÃ, A. M.; **Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CHÃ, A.M.J.; **Agronegócio e indústria cultural; estratégias das empresas para a construção da hegemonia**. 2016, 161p. Dissertação de Mestrado em desenvolvimento territorial na América Latina e Caribe do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2016.

CIAMPA, A. da C. **A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CODEVASF; **Bacia do Parnaíba abriga 4,8 milhões de pessoas, 279 municípios e três diferentes biomas; 2016**. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/noticias/2014/bacia-do-parnaiba-abriga-4-8-milhoes-de-pessoas-279-municipios-e-tres-diferentes-biomas> Acesso: 13/02/2023.

COLETTE, M.M.; **Contribuições da pesquisa-ação para o exercício da função social da universidade**. Tese de doutorado da Universidade do Grande Rio “Professor José de Souza Herdy, Rio de Janeiro, 2017.

CORDEIRO, H.S.; Acesse Piauí. **Poços Violeta derramam água sem aproveitamento econômico**. 02 de janeiro de 2018. Disponível em: https://www.acessepiaui.com.br/ver_coluna2/1776/Pocos-Violeta-derramam-agua-sem-aproveitamento-economico- acesso em: 15/02/2023.

CPT; **Conflitos no campo: Brasil 2021**, Centro de Documentação Dom Tomás Beduino, CPT Nacional, Goiânia, 2022.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**; 3ª edição; editora Atlas; São Paulo; 1995.

DIAS, M.A.M.; PEREIRA, K. A.; SANTOS, V.L.F.; ARAUCO A. M. S.; Mulheres, floresta e extrativismo: modos de ser, existir e resistir de quebradeiras de coco babaçu da comunidade “Sítio”, Cristino Castro, Piauí. In: PEREIRA; SILVA; DIAS. **Faz escuro mas cantamos: agroecologia e política no sul do Piauí**. CRV. P.177-198. Curitiba. 2021.

DIAS, M.A.M.; PEREIRA, K.A.; Mulheres, floresta e extrativismo: modos de ser, existir, educar e resistir de quebradeiras de coco babaçu da comunidade “Sítio” (Cristino Castro, Piauí/Brasil). **REMEA - Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental**, 39(1), 372–394. <https://doi.org/10.14295/remea.v39i1.13093>

EVARISTO, C.; A escrevivência e seus subtextos IN: **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Orgs. DUARTE, C. L.; NUNES, I. R.; ilustrações Goya Lopes. 1. ed. Mina Comunicação e Arte, Rio de Janeiro, 2020.

FAVORETO, A.; NAKAGAWA, L.; KLEEB, S.; SEIFER, P.; PÓ, M. Há mais pobreza e desigualdade do que bem-estar e riqueza nos municípios do Matopiba. **Revista Nera**. n. 47. p. 348- 381. Presidente Prudente. 2019.

FERNANDES, B.M.; Território Camponês. In: CALDART, R.S.; PEREIRA, I.B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G.; **Dicionário da educação do Campo**, Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, expressão Popular, 2012.

FIAN; REDE (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos); CPT (Comissão Pastoral da Terra). **Os custos ambientais e humanos do negócio de terras: o caso do Matopiba, Brasil**. FIAN Internacional. Heidelberg. Alemanha. 2018.

FREIRE, P.; **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Paz e Terra. São Paulo. 1997.

FREIRE, P.; **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1997.

FREIRE, P.; **Pedagogia do oprimido**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 129p, 17ª edição.

FREIRE, P.; **Pedagogia do Oprimido**. 75ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro/ São Paulo. 2020.

FREIRE. P.; **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire; Paz e Terra; São Paulo; 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**; 6ª edição; Ed. Atlas. 2008.

GIL, A.C.; **Como elaborar projetos de pesquisa**, 4ª edição, Atlas, São Paulo, 2002.

GODOY, A.S. **Pesquisa qualitativa tipos fundamentais**; Revistas de Administração de empresas; V. 35; N.3; P-20-29; São Paulo 1995.

GONZALES, L.; Por um feminismo Afro-Latino-Americano, IN: **Caderno de Formação Política do Circuito Palmarino**. N.01 Batalha de ideias, Coordenação Nacional do Círculo Palmarino. Brasil, 2011.

GUÉNEAU, S.; DINIZ, J. D. A. S.; NOGUEIRA, M. C. R. (2020). Alternativas para o desenvolvimento do bioma cerrado: o uso sustentável da sociobiodiversidade pelas comunidades agroextrativistas. In: S. Guéneau; J. D. A. S. Diniz; C. J. S. Passos (Eds). **Alternativas para o bioma Cerrado: agroextrativismo e uso sustentável da sociobiodiversidade** – Brasília: IEB Mil Folhas, pp. 21-76.

GUIMARÃES J.L.B.; Memória, esquecimento e política e Walter Benjamin: a reinterpretação da história a partir do comprometimento ético com os vencidos; **Kalagatos**; V. 16; N.2; P 104-128; 2019.

HALBWACHS, M.; **A Memória Coletiva**; Revista dos Tribunais LTDA; São Paulo. 1990.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/2017-np-censo-agropecuario/9827-censo-agropecuario.html?=&t=destaques> Acesso: 15/02/2023.

IBGE- **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/cristino-castro/panorama> Acesso em: 19/02/2023.

JESUS, L.S.; **Lançando as redes contra a espoliação do território pesqueiro em Acupe-Santo Amaro/BA**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura e Desigualdades e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2018.

LIMA, C.L.S.; Boletim Nova Cartilha Social dos Babaquais/ Povos do Cerrado em defesa de seus territórios e contra a devastação causada pelo agronegócio no Piauí. N.01. Manaus: UEA Edições/PNCSA. 2019.

LIMA, V. S; NASUTI, S.; Universo quebradeiras The universe of babaçu coconut breakers; **Sustentabilidade em debate**; v.08; N.02; Brasília; P. 147- 169; 2017.

LINHARES, A. S.; **Quebradeiras de Coco Babaçu no Médio Mearim, Estado do Maranhão: (re)construindo identidades e protagonizando suas histórias em defesa de patrimônios coletivos**. Dissertação/ Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2016.

MARTINS, A.C.N.C.; **Potencialidades e ações para o turismo no Pólo das Nascentes-Vale do Gurguéia/PI**. Dissertação de mestrado do Programa de pós-graduação em Turismo e Hotelaria da do Vale do Itajaí. 2014.

MARTINS, T.; Mesmo proibido, agronegócio avança e ameaça babaçuais no sul do Piauí. **Ocorre Diário**, 28 de junho de 2023. Disponível em: <https://ocorrediarario.com/mesmo-proibido-agronegocio-avanca-e-ameaca-babacuais-no-sul-do-piaui/>. Acesso em: 30 de junho de 2023.

MENDES, M.A.; **Marias Crioulas: emancipação e alianças entre mulheres no enfretamento à violência doméstica em comunidades tradicionais**, dissertação de mestrado do Centro de desenvolvimento sustentável, Mestrado em Sustentabilidade junto a povos e comunidades tradicionais da Universidade de Brasília, 159 P, Brasília, 2019.

MIQCB, Babaçu Livre agora é Lei no Estado do Piauí. **MIQCB**, São Luís- MA, 20 de dez. de 2022. Disponível em: <https://www.miqcb.org/post/baba%C3%A7u-livre-agora-%C3%A9-lei-no-estado-do-piau%C3%AD>. Acesso em: 15 abril de 2023.

MIQCB, **Canto e encanto nos babaçuais músicas sob domínio popular** selecionadas por “As Encantadeiras”. Universidade Federal do Pará (UFPA). 2014.

MIQCB, CONQUISTA HISTÓRICA! Primeiro território tradicional de Quebradeiras de Coco Babaçu é titulado, **MIQCB**, São Luís- MA, 4 de abr. de 2022. Disponível em: <https://www.miqcb.org/post/conquista-hist%C3%B3rica-primeiro-territ%C3%B3rio-tradicional-de-quebradeiras-de-coco-baba%C3%A7u-%C3%A9-titulado#:~:text=Ap%C3%B3s%20anos%20de%20luta%2C%20o,e%20modos%20de%20vida%20tradicionais>. Acesso em: 23 de março de 2023.

MIQCB, **Sobre nós. Quem somos**. 2020. disponível em <<https://www.miqcb.org/sobre-nos>> Acesso em 25 de fevereiro de 2023.

MMA, **Plano Nascente Parnaíba: plano de preservação e recuperação de nascentes do rio Parnaíba**/ Eduardo Jorge de Oliveira Motta e Ney E. Wanderley Gonçalves (orgs). Companhia de desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) / editora IASB, Brasília –DF, 2016.

MOLINA, M.C.; A educação do Campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas; **Educação em Perspectiva**, Viçosa, 6(2) 378-400; 2015.

MOLINA, M.C.; SÁ, L.M.; Escola do Campo. In: CALDART, R.S.; PEREIRA, I.B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G.; **Dicionário da educação do Campo**, Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, expressão Popular, 2012.

MOREIRA, S. L.S.; **A contribuição da Marcha das Margaridas na construção das Políticas Públicas de agroecologia no Brasil**, Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

NUNES, R.B.; **A unidade na diversidade: tessituras e desdobramentos cotidianos de professores (as) no contexto da educação escolar quilombola**; Tese de doutorado do Programa de pós-graduação em educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

OLIVEIRA, B.D.; **Agroecologia e agronegócio: uma análise sobre a sindemia (covid-19) nos territórios camponeses da Chapadas das Nascentes-PI**. Trabalho de Conclusão de Curso da Engenharia Florestal da Universidade Federal do Piauí; Bom Jesus-PI; 2022.

PAULILO, M.I.S.; Que feminismo é esse que nasce na horta? Volume 15, edição especial, **Política e sociedade**, Florianópolis, 2016.

PNCSA (Projeto Nova Cartografia Social dos Babaçuais), Boletim Nova Cartografia Social dos Babaçuais, **Povos do Cerrado em defesa de seus territórios e contra a devastação causada pelo agronegócio no Piauí**. N. 01, Manaus: UEA edições/ PNCSA, 2019.

POLLAK, M.; **Memória e Identidade Social**. Revista Estudos Históricos. v. 5. p. 200-215. Rio de Janeiro. 1992.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; **Dos Cerrados e de suas Riquezas: de saberes vernaculares e de conhecimento científico**; FASE e CPT; Rio de Janeiro e Goiânia; 2019.

PORTO-GONÇALVES, C.W.; CUIN, D.; PANEZ, A.; SILVA, M.N.; SOTTO-MAIOR, M.B.; LEAL, L.; Os Cerrados e os Fronts do Agronegócio no Brasil; **Conflitos no Campo Brasil**; 2016.

RIBEIRO, M.; Trabalho e educação no movimento camponês: liberdade ou emancipação? **Revista Brasileira de Educação**, V.14, N.42, 2009.

RODRIGUES, M.D.S.; Política de nucleação de escolas: Uma violação de direitos e a negação da cultura e da educação escolar quilombola, dissertação de mestrado, Centro de desenvolvimento sustentável, Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável Junto a povos e terras Tradicionais.

SACRAMENTO M E.C.; **Da diáspora negra ao território das águas: ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas- BA**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação profissional de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SAFFIOTTE, H.I.B.; **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª edição, Expressão Popular: fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2015.

SAFFIOTI, H.I.B.; Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero, **Cadernos Pagu**, 16, pp. 115-136, 2001.

SANTANA, E. J.; **“Eu não me baixo, eu não entrego os pontos, eu saio, eu vou à luta”:** processos de emancipação de mulheres rurais da cooperativa D’Irituia, Pará. Dissertação de mestrado (Programa de pós-graduação Agriculturas Amazônica) Universidade Federal do Pará. 2023. 89 f.

SANTOS, A. B.; **Colonização, quilombos: modos e significações**. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI), Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SANTOS, A.B.; Somos da terra. **Piseagrama**, Número 12, P. 44-51, BH. 2018.

SANTOS, M.; **A natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**/ Milton Santos; 4.ed.; 2ª reimpr, Editora da USP; São Paulo; 2006.

SARAIVA, R.C.F.; A cultura não é a cereja do bolo: reflexões sobre cultura, memória e identidade. In: VILLAS BÔAS, R.L.; PEREIRA, P.M; **Cultura, arte e comunicação**. 1ª edição, São Paulo: Outras expressões, 2015.

SEN, A.; **Desenvolvimento como liberdade**. Companhia das Letras, São Paulo, 2010.

SEPLAN- **Secretaria de Estado do Planejamento. Governo do Piauí. 2015**. Disponível em: <http://www.seplan.pi.gov.br/mapa-grande.pdf> Acesso: 14/02/ 2023.

SHIVA, V.; **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. Gaya LTDA. São Paulo. 2003.

SILVA, A.N.M.; **Uma escrita contra colonialista do quilombo Mumbuca Jalapão-TO**; Dissertação de Mestrado Profissional em Sustentabilidade Junto à Povos e Territórios Tradicionais; Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SILVA, M.A.; FERREIRA, J.S.; MORI, N.N.R.; Identidade e pertencimento: quando a natureza, sujeito de direito, promove direito dos sujeitos. **Revista Videre**, V. 13, N.27, P (26-56), Dourados, 2021.

SILVA, M.A.; MORI, N.N.R.; Memória e identidade na educação Xetá: um desafio á resistência e existência; **Revista interethnica** ; V.23, N.01; p. 277-303; 2022.

SILVA, M.A.D.; **Memória e identidade do povo Xetá: narrativas visuais e memórias coletivas no quadro de dispersão**, Editora da Universidade Federal do Amazonas, Alexa Cultura, São Paulo, 2020.

SILVA, V.R.; **A complexidade da agroecologia no caminhar para agroecossistemas e sociedades sustentáveis: uma mirada desde o Semiárido de Pernambuco**. 413p. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pernambuco. Recife, 2021.

SILVEIRA et al.; vivencias de jovens transmasculinos na Universidade Federal do Piauí. **Revista eletrônica de Ciências Sociais**, N.35, Juiz de Fora, 2022.

SOARES, M.S.; LIMA, M.F.B.C.B. **Os impactos causados com o risco de extinção do coco babaçu principal fonte de renda da comunidade Sítio**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Piauí. Bom Jesus. 2020.

THEODORO, S.H.; Lobby e ética: como conciliar interesses na construção das leis? Monografia do curso de especialização defendida na Fundação Getúlio Vargas. Brasília. 2015, 67 p.

SPADOTTO, B. R.; COGUETO, J. V. Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro. **Revista Nera**. Presidente Prudente. n. 47. p. 202-229. 2019.

SPOSITO, M.P.; Estudos sobre juventude em educação. **Revista Brasileira de Educação**, nº 06, P. (37-52), 1997.

SVAMP, Maristela. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo, Elefante Ed., 2019, p. 23-74.

VIEIRA JUNIOR, I.; **Torto Arado**, 1ª edição, Todavia, São Paulo, 2019.

VILLAS BÔAS, R.; A questão agrária nas telenovelas e outras possibilidades de representação. **Brasil da Fato**, Distrito Federal, 19 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefatodf.com.br/2023/05/19/a-questao-agraria-nas-telenovelas-e-outras-possibilidades-de-representacao>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

VINUTO, J.; A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto; **Temáticas**; V.22, N.44; 203-220, ago/dez; Campinas; 2014. DOI 10.20369/temáticas.22i44.10977.

APÊNDICES

I. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO (TCLI)

Prezada participante.

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa: processos de transformação de identidades e memórias coletivas de quebradeiras de coco babaçu no Cerrado Piauiense, desenvolvida por Millena Ayla da Mata Dias, discente do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural- MADER da Universidade de Brasília com Telefone (98) 984725226, sob orientação da Professora Dr^a Suzi Maria de Cordova Huff Theodoro e Co-orientadora Kelci Anne Pereira. Ambas podem ser encontradas na Universidade de Brasília (UnB), Campus de Planaltina (FUP). O objetivo central do estudo é: Investigar os processos intergeracionais de transformações de identidades das quebradeiras de coco babaçu afetada pelo agronegócio e suas influências sobre as memórias coletivas dessas mulheres.

O convite à participação de vocês se deve ao objetivo de investigar as memórias e as identidades das mulheres quebradeiras de coco babaçu. Suas participações são voluntárias, isto é, não são obrigatórias, e vocês têm plena autonomia para decidir se querem ou não participar, bem como retirar suas participações a qualquer momento. Vocês não serão penalizados de nenhuma maneira caso decidam não consentir suas participações, ou desistir da mesma. Contudo, elas são muito importantes para a execução da pesquisa. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por vocês prestadas. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, vocês poderão solicitar da pesquisadora informações sobre suas participações e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

As suas identidades, não serão reveladas, se assim concordarem. Além disso, qualquer material que indique a participação de vocês não será fornecido a outro (a) pesquisador (a) ou demais interessados, sem suas autorizações prévias, bem como, em nenhuma publicação que possibilite e reveja as suas identidades. As suas participações consistirão em responder perguntas de um roteiro de entrevista à pesquisadora do projeto, que será gravado. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente uma hora. As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e suas orientadoras.

A partir da colaboração de vocês no estudo, serão beneficiados (as) professores (as) e alunos (as) envolvidos no processo educacional, no qual, servirá para ampliar as discussões sobre a identidade e importância da comunidade. Assim, compreendemos que as quebradeiras de coco devem estar de acordo com a realidade dos educandos, pois permitirá que seja desenvolvida uma educação emancipadora e instrumento para o processo de pertencimento, valorização da cultura e saberes locais.

Os (as) pesquisadores (as) e a universidade também serão beneficiados (as) com o estudo, visto que terão acesso à produção e discussão atualizadas sobre a temática, podendo utilizá-las como referência nas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. Pretende-se contribuir cientificamente para as comunidades tradicionais, pois o presente trabalho, realizado através de pesquisa bibliográfica e de campo, analisará a importância das mesmas para o processo de pertencimento, valorização da cultura e dos saberes que perpassam pelas mulheres quebradeiras de coco babaçu.

Deste modo, este estudo, propiciará uma educação da resistência, em que valorize a identidade de quebradeira de coco, a cultura, o pertencimento e todo o processo de resistência que historicamente são protagonistas invisibilizados. Somos conhecedores de que toda pesquisa envolvendo seres humanos, oferece danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer fase de uma pesquisa e dela decorrente. Por conta disso, tomaremos as devidas precauções com relações éticas, no qual deixamos evidente, que as pesquisadoras (responsáveis e orientandas) envolvidas nesse projeto, estão cientes destes cuidados com as questões éticas no decorrer do estudo. Entre os riscos que poderão surgir no andamento da pesquisa de campo, destacamos o desconforto dos sujeitos em pesquisa, em fornecer respostas para as perguntas que serão utilizadas na pesquisa.

Em decorrência disto, será garantida aos participantes, a liberdade de deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo, e o direito de manter-se informados a respeito dos resultados parciais da pesquisa. A identificação dos sujeitos, seja por nome, foto ou qualquer material que indique a participação, não será fornecido a outro (a) pesquisador (a) ou demais interessados (as), sem sua autorização prévia, além de que, em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo será revelada sua identidade. Os resultados serão divulgados em palestras dirigidas ao público participante, congressos, simpósios e relatórios individuais para os entrevistados, artigos científicos e na dissertação do mestrado para o título de mestre a pesquisadora.

Declaração do Pesquisador:

Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12, especificamente sobre o que trata no item IV.5 e suas complementares que diz: O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deverá, ainda: a) conter declaração do pesquisador responsável que expresse o cumprimento das exigências contidas nos itens IV. 3 e IV.4, este último se pertinente.

Millena Ayla da Mata Dias

Pesquisadora

Declaração da Participante

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Assinatura da participante

II. TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM DE VOZ PARA FINS DE PESQUISA

Eu, _____, autorizo a utilização da minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/entrevistado(a) no projeto de pesquisa intitulado Processos de transformação de identidades e memórias coletivas de quebradeiras de coco babaçu no Cerrado Piauiense, sob responsabilidade de Millena Ayla da Mata Dias vinculado(a) ao Programa de pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (MADER) da Faculdade de Planaltina da Universidade de Brasília.

Minha imagem e som de voz podem ser utilizadas apenas para análise por parte da equipe da pesquisa, para construção de um documentário da comunidade, apresentações em conferências e atividades educacionais e/ou acadêmicas.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e som de voz.

Este documento será elaborado em duas vias, onde uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com a participante.

Assinatura da participante

Nome e Assinatura da pesquisadora

Brasília, ____ de _____ de _____

III. Etapa 1. Entrevistas individualmente

Nome _____

Idade _____

Quantos filhos _____

Escolaridade _____

Estado civil _____

Profissão _____

Juventude () adulta ()

Social

1. Há quanto tempo mora na comunidade?

De 1 – 4 anos

De 4.1 – 7 anos

De 7.1 – 10 anos

Mais que 10 anos

2. O que essa comunidade representa para você?

a) Minha história

b) Minha opção para criar a família com segurança

c) Meu vínculo com minha ancestralidade

d) Segurança

e) Outras respostas. Quais? _____

3. Alguém de sua família foi embora da comunidade?

a) Irmão (ã)

b) Pai

c) Mãe

d) Primos (as)

e) Outros

4. Pode dizer o motivo?

a) Buscar outras oportunidades

b) Emprego (que tipo de trabalho)

c) Disputa de terra

d) Cansou dessa vida

e) Outro _____

5. Foi para onde?

a) Citar algumas cidades/estados

6. Tem pretensão de voltar?

a) Sim

b) não

5. Seu marido ou seus filhos trabalham fora da comunidade?

a) Sim

b) Não

c) Se sim em que local? _____

6. Quais suas principais atividades do dia-a-dia?

7. Me fale de sua profissão ou profissões (se for juventude, me fale de seus sonhos profissionais futuros, pretende continuar na quebra do coco?)
8. Como você descreve a dupla função de ser mulher e quebradeira de coco babaçu?
- a) Um desafio diário
 - b) É uma sina das mulheres daqui
 - c) Tranquila, pois isto é papel das mulheres
 - d) Uma forma de manter a família unida
 - e) Resposta livre_____
9. Com quem aprendeu a profissão (ou atividade) de quebrar o coco?
- a) Com minha mãe
 - b) Com minha avó
 - c) Com minhas amigas
 - d) Com outras pessoas fora da família
 - e) Outras opções_____
10. O que você acha que as mulheres quebradeiras de coco babaçu significam para a comunidade?
- a) Segurança econômica
 - b) Um modo de vida
 - c) Ancestralidade
 - d) Ausência de outras opções de trabalho
 - e) Outras opções_____
11. Você gosta de ser quebradeira de coco?
- a) Sim
 - b) Não
 - c) Às vezes
12. O que você sente quando exerce sua profissão e quais as principais dificuldades dela?
13. Resposta aberta_____.

IV. Etapa 2. Grupo focal (com todas)

1. Quais as principais áreas de coleta do coco babaçu na comunidade?

a) áreas de preservação

b) quintal

c) em terras de outros proprietários

d) comunidades vizinhas

e) outros _____

2. Vocês conseguem fazer coletas em áreas privadas?

a) sim

b) não

c) as vezes

d) quase sempre

3. Já ouviu algum conflito pela necessidade de coleta do coco em propriedade particular?

a) sim

b) não

c) algumas vezes

d) Sempre

4. Há muitas fazendas nos arredores da comunidade?

5. Quando começou a instalação das fazendas na região?

6. Elas afetaram vocês de alguma maneira? (Seja ela em relação ao coco ou as terras compradas).

7. Qual a relação de vocês com os donos das fazendas, se houver alguma. Esse aumento no número de fazendas aqui nos arredores causa algum sentimento? Qual?

8. Já ouviu algum conflito por terra na comunidade? Podem relatar?

V. Roteiro de gravações

Início – Música (Música leve que vai se transformando em um canto de quebradeira)

- Apresentação da comunidade (um compilado de imagens da comunidade)

Apresentação – Entrevistas > diferentes focos – close (olho, boca, mãos) e plano médio.

- Mulheres e as jovens da comunidade se apresentando e falando da sua identidade enquanto quebradeira de coco.

Coleta – Cuidar de captar bem os sons do trabalho/Captar sons de animais que vivem no cocal, pássaros sobretudo

- Vídeos de coleta do coco e sincronizar com o áudio delas conversando durante a coleta.

Quebra –

- S. e E. quebrando coco
- E. apresentando a casa comunitária

Torra –

- S. e B.
- B. se apresentando enquanto torra o coco e falando um pouco sobre a sua relação com o coco e também fala um pouco sobre o mesocarpó
- Pegar o vídeo da S. torrando o coco e usar como imagem de transição

Conflito –

- Mostrar a fala das mulheres sobre os conflitos
- Mostrar imagens do cercamento

Moer –

- E. moendo o coco
- Ela falando de suas percepções quanto quebradeira na comunidade

Caminho até a casa da E. –

- Fala sobre a escola e o novo posto de saúde
- Foto da placa em frente a construção

MIQCB –

- Fala da S.

Cozimento –

- E. colocando o coco para cozinhar
- Fala dela sobre a questão da violência e a independência financeira das mulheres

Final –

- Mostrar o óleo fervendo na panela
- Vídeo do alto da serra mostrando a comunidade
- Vídeo do pássaro voando
- Música do início e créditos

VI. Imagens da Comunidade Sítio

Figura 01: Casa coletiva das quebradeiras



Fonte: Autora principal, 2023

Figura 02: Visão de cima da comunidade Sítio.



Fonte: Autora principal, 2022

Figura 03: Coco babaçu coletado para a quebra



Fonte: Autora principal, 2022

Figura 04: Quebradeira quebrando coco



Fonte: Autora principal, 2021

Figura 05: Produção caseira do azeite de babaçu



Fonte: Autora principal, 2022

Figura 06: Carvão do babaçu



Fonte: Autora principal, 2022

Figura 07: Estrada da comunidade



Fonte: Autora principal, 2022

Figura 08: Serra na entrada da comunidade



Fonte: autora principal, 2023

Figura 09: Entrada de uma das fazendas



Fonte: Autora principal, 2022

ANEXOS

Figura 10. Destruição dos babaçuais



Fonte: Quebradeiras da Comunidade Sítio, 2023

Figura 11: Destruição dos babaçuais



Fonte: Quebradeiras da Comunidade Sítio, 2023